

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP**

Áurea Eleotério Soares Barroso

**TRAJETÓRIA DOS FÓRUNS REGIONAIS DE CIDADÃOS IDOSOS
E DO INTERFÓRUM DO CIDADÃO IDOSO:
um sujeito coletivo e político em movimento - São Paulo, 1995-2005**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP**

Áurea Eleotério Soares Barroso

**TRAJETÓRIA DOS FÓRUNS REGIONAIS DE CIDADÃOS IDOSOS
E DO INTERFÓRUM DO CIDADÃO IDOSO:
um sujeito coletivo e político em movimento - São Paulo, 1995-2005**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva.

**SÃO PAULO
2007**

BANCA EXAMINADORA

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Áurea Eleotério Soares Barroso

São Paulo, de agosto de 2007

AGRADECIMENTOS

Aos *sujeitos da pesquisa*, pela delicadeza com que compartilharam comigo suas histórias e esperanças de vida.

À profa. *Maria Lúcia Carvalho da Silva*, minha orientadora no Mestrado e no Doutorado, que me mostrou como é árdua e prazerosa a tarefa de elaborar uma pesquisa científica. Sinto que sempre estaremos juntas, de algum modo, nesta vida.

Aos professores *Alcina Martins*, minha tutora e *Alfredo Henríquez*, presidente do Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS), instituição na qual realizei o estágio de doutoramento, em Portugal. Quando alguém se sente sozinho, como eu estava, quando cheguei a Portugal, é uma sorte encontrar pessoas como os professores Alcina e Alfredo que o recebem como se você fosse um velho conhecido, mostram-lhe os lugares mais bonitos, apresentam-lhe todas as pessoas que trabalham com o tema que você está interessado em investigar e solicitam a diversos professores que lhe ofereçam a oportunidade de falar, em suas universidades, sobre o trabalho que você vem desenvolvendo em seu país.

À profa. *Mariangela Belfiore-Wanderley* que me ajudou a enxergar os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e o Interfórum do Cidadão Idoso com mais profundidade. Hoje, penso que o meu envolvimento emocional com “a causa dos idosos” me dificultava enxergar algumas questões que para a profa. Mariangela estavam tão claras.

À profa. *Clorinda Luz Mansini Queda* por sua leitura criteriosa, atenta e generosa de meu memorial, destacando pontos positivos e mostrando alguns nortes para a continuidade da pesquisa.

À profa. *Elisabeth Frohlich Mercadante* que me ensinou a olhar para os idosos, de um jeito que eu jamais poderia imaginar que fosse possível. A partir desse conhecimento, redirecionei minha trajetória profissional, pois as questões enfrentadas por eles não diziam mais respeito só a eles, mas também a mim.

À minha família que tenho visto tão pouco, mas que mora no meu coração. Em especial a *Virgínia* e a *Bruna*, minha irmã e minha sobrinha.

Ao *Oswaldo*, meu “fiel escudeiro”, que vem compartilhando comigo alegrias e tristezas, que espera, pacientemente, e fica feliz quando me vê chegar das minhas batalhas invisíveis.

A *Maria Alice Machado*, profissional que propôs a criação do primeiro Fórum Regional de Cidadão Idoso e do Interfórum do Cidadão Idoso da cidade de São Paulo e que me apresentou a *Maria Cecília Sanches*, grande contribuidora dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e do Interfórum do Cidadão Idoso, a partir de quem a pesquisa se tornou possível.

Às profas. *Beltrina Côrte*, *Ruth Costa Lopes* e *Suzana Medeiros* com quem tenho tido a oportunidade de concretizar sonhos na área do envelhecimento.

À profa. *Maria Lúcia Martinelli* que me apresentou o Serviço Social, quando eu ainda era aluna ouvinte do Programa de Pós-Graduação da PUC-SP e com quem pude descobrir quão desafiador e prazeroso pode ser desvendar o real, quando se tem esperança de que é possível contribuir para sua transformação.

A *Maria* que soube aquecer o meu coração com suas delícias, depois das orientações com a profa. *Maria Lúcia Carvalho da Silva*.

Aos *amigos* (professores e colegas) dos Programas de Pós-Graduação em Gerontologia e Serviço Social, cujos nomes não me arrisco a mencionar, pois são tantos que poderia deixar fora da minha lista alguém muito especial. Um agradecimento especial para *Manoela* e *Kátia*, secretárias desses Programas, pela acolhida generosa e sempre prestativa.

A *Regina*, *Lívia* e *Lila* que estiveram comigo na minha qualificação e *Bernadete*, *Neide*, *Berna*, *Irene* que só não puderam estar presentes porque estavam trabalhando no horário em que o exame foi realizado.

Aos meus novos amigos do INPG (Instituto Nacional de Pós-Graduação): Prof. *Shinoda, Valéria, Beatriz, Antônio Carlos, Carina e muitos outros.*

A Cleusa Corrêa, Francisca Martucci, Ênio Magri, Ângela De Marco, Odete Marques, Eronita Godói, Inês Aparecida, Marly Dente, Terezinha Abreu, Irene Annes Silva, Celina Rangel, Lia Débora, Dermi Azevedo, Cariri, Antonieta Guerriero, Creusa Nascimento, Diva Magalhães, Deisy, Marcy Gabeloti, Rivalda Cintra, Antonieta Ferraz Penna, Alice Toda, Cida Caprino, Conceição Rebelo, Padre Vicente, Guaraciaba, Margareth entre muitos outros amigos que fiz no movimento. Um agradecimento especial para *Elzie Mariano*, fundadora do primeiro Fórum Regional do Cidadão Idoso e do Interfórum do Cidadão Idoso, pela acolhida generosa e afetiva.

A *Maria Inês Guimarães Faria* e *Aída Rosa Conci* que aceitaram prontamente o desafio que lhes fiz de me acompanhar na reta final de elaboração da tese, fazendo as correções e formatando o texto.

À *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)* pela bolsa de estudo. O suporte material que recebi da Capes foi fundamental para que eu pudesse realizar esta pesquisa. Estou certa de que o conhecimento adquirido ao longo dessa caminhada não me pertence individualmente, portanto, pretendo devolvê-lo, de alguma forma, colaborando na construção de uma sociedade melhor, notadamente, para os idosos.

A *todos* agradeço de coração.

RESUMO

A presente tese tem como objeto de estudo a trajetória do Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) e dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCIs) da cidade de São Paulo, no período de 1995-2005. É seu propósito analisar como o IFCI e os FRCIs vêm se constituindo como um sujeito coletivo e político em movimento, na direção da conquista e efetivação de direitos de cidadania para o segmento. Em decorrência, a hipótese foi assim formulada: O IFCI e os FRCIs da cidade de São Paulo, ao longo de sua trajetória, vêm lutando e conquistando direitos de cidadania para o segmento idoso, ampliando o espaço público e aprimorando as relações políticas com o Estado e a sociedade civil e se constituindo como um sujeito coletivo e político em movimento. Na pesquisa, foi utilizado o método qualitativo, compreendendo a coleta de depoimentos obtidos por meio de questionários, observação participante, levantamento documental e pesquisa bibliográfica realizada em São Paulo e em Portugal. O marco teórico tem como base os seguintes autores: PAZ (2002), MERCADANTE (1997), BEAUVOIR (1990), DAGNINO (2002), entre outros. Os resultados revelam que o despertar dos idosos para a importância da luta política, como uma possibilidade de efetivação de direitos de cidadania para o segmento, aconteceu no processo de participação, pois, na ocasião em que foram criados os FRCIs e o IFCI, a maioria dos idosos não a valorizava. A pesquisa mostrou que os FRCIs e o IFCI vêm enfrentando dificuldades na sua trajetória, entre elas: falta de recursos financeiros para realizar suas atividades, pouca qualificação técnica e política de seus participantes, aspectos relacionados ao campo da cultura política brasileira, como o pouco envolvimento dos cidadãos em processos participativos, entre outras. A pesquisa revelou ainda que as principais discussões e lutas empreendidas pelos FRCIs e pelo IFCI estão voltadas para o atendimento de necessidades básicas. Dessa forma, a discussão da temática do envelhecimento não ocupa um lugar central nesses espaços. Todavia, apesar dos obstáculos que os FRCIs e o IFCI vêm enfrentando na sua trajetória, estes não superaram as conquistas alcançadas, como a valorização pelos idosos do processo de participação e a redefinição das relações do Estado e da sociedade com o segmento idoso, entre outras.

Palavras-chave: Envelhecimento, Participação Social e Cidadania.

ABSTRACT

The aim of this present thesis is the study of the trajectory of the Interforum of the elderly citizen and the Regional Forum of the elderly citizens of São Paulo between the years 1995-2005. The main purpose is to analyze how the IFCI and the FRCI are being formed as a collective subject and a politic person in movement towards the achievement and the accomplishment of the citizenship rights for the segment. As a result, the hypothesis was formulated. The IFCI and the FRCIS of São Paulo, in their trajectory have been struggling and conquering the citizenship rights for the elderly people segment enlarging the public space, as well as, improving the public relationship between the state and the civil society, forming a collective and politic person in movement. In this research it was used the qualitative method, that included the statements obtained from the, questionnaires, participant observation, document study and bibliographic research which were done in São Paulo and Portugal. The theoretical landmark is based on the following authors PAZ (2002), MERCADANTE (1997), BEAUVOIR (1990), DAGNINO (2002), and others. The results show the awareness of the elderly people when it comes to the importance of the politic struggle with the possibility of the accomplishment of the citizenship rights for the segment that has happened in the participation process because when the FRCI and the IFCI were found the majority of the elderly people didn't use to give a great value to it. The research showed that the FRCI and the IFCI have been facing problems in their trajectory such as lack of financial resources for their activities, not enough technical and political qualification of their participants, related to the Brazilian political culture field, where there are very few citizens involved and taking part in it, and others. It was also observed that the main discussions and struggles by the FRCI and IFCI are aimed at the basic necessity support. This way the discussion of the aging issue unfortunately, doesn't have much relevance. In spite of the fact that the FRCI and IFCI have been facing many obstacles in their trajectory, they don't surpass the achievements because of the high importance that the elderly people give in the participation of the reconstruction of the State relationship and the society with the elderly people segment, among others.

Key Words: aging, social participation and citizenship

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	011
CAPÍTULO I: TRAJETÓRIA DOS FÓRUMS REGIONAIS DE CIDADÃOS IDOSOS E DO INTERFÓRUM DO CIDADÃO IDOSO NA CIDADE DE SÃO PAULO – 1995-2005.....	036
1. Olhando São Paulo.....	036
2. Antecedentes do surgimento dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e do Interfórum do Cidadão Idoso na cidade de São Paulo.....	059
3. Organização e expansão dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e do Interfórum do Cidadão Idoso.....	061
CAPÍTULO II: BASES CONCEITUAIS PRESENTES NA TRAJETÓRIA DOS FÓRUMS REGIONAIS DE CIDADÃOS IDOSOS (FRCIS) E DO INTERFÓRUM DO CIDADÃO IDOSO (IFCI).....	070
1. Década de 1970 e começo dos anos 1980: o ressurgimento da sociedade civil.....	070
2. Década de 1980: lutas em defesa da democracia.....	080
3. Década de 1990 e início dos anos 2000: o processo de participação em tempos neoliberais.....	090
CAPÍTULO III: SIGNIFICADOS DA TRAJETÓRIA DOS FÓRUMS REGIONAIS DE CIDADÃOS IDOSOS (FRCIS) E DO INTERFÓRUM DO CIDADÃO IDOSO (IFCI) – UM SUJEITO COLETIVO E POLÍTICO EM MOVIMENTO – NA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	109
1. O processo de constituição, expansão dos FRCIs e do IFCI na cidade de São Paulo e a dinâmica das relações internas	109
2. O processo de participação política dos FRCIs e do IFCI na direção da efetivação de direitos de cidadania	120
3. O processo e a temática do envelhecimento humano.....	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165

ANEXOS	179
--------------	-----

“Gracias a la vida que me dado tanto”

Violeta Parra

INTRODUÇÃO

Tentando compreender a escolha desta pesquisadora para investigar o sujeito idoso, na ótica do “envelhecimento coletivo”, percebe-se que sua trajetória pessoal e profissional vem se realizando em um entrelaçamento entre o conviver com idosos e o espaço coletivo. E foi assim, desfiando o “tecido de sua vida”, que foi encontrado o objeto deste estudo: “a trajetória do Interfórum do Cidadão Idoso e dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos na cidade de São Paulo, no período de 1995-2005”.

A seguir, são relatadas algumas memórias, provavelmente, as mais significativas. Frequentemente, são lembrados acontecimentos que nos marcaram de algum modo, como diz Cícero: “*Jamais vi um velho esquecer o lugar onde escondeu seu tesouro*” (CÍCERO, 1997, p. 21).

Seu nascimento aconteceu numa cidade muito pequena, no interior de Minas Gerais. Durante o dia lá faz muito calor, mas as noites, por serem frescas, são muito agradáveis. Podem-se ver com nitidez as estrelas no céu e observá-las era um dos seus passatempos preferidos.¹

Cresceu ouvindo algumas senhoras contar histórias sobre a vida dos santos, os mistérios da vida e da morte e muitas outras. Adorava ficar ali, no meio delas, embora, algumas vezes, sentisse vontade de sair correndo pela rua, de brincar de “esconde-esconde” com as outras crianças. Mas “o seu reumatismo” era mais forte que esse desejo.

Conviver com velhos generosos, sábios e encantadores contadores de histórias foi um privilégio. Velhas senhoras a acolheram com tanta delicadeza que ela não se sentia uma estranha no meio delas. Não havia noção da diferença de idades, possivelmente em razão da enorme reciprocidade existente entre elas; talvez houvesse sido “vítima” de algum bom encantamento, como um daqueles que elas

¹ Na década de 1970, sua família veio morar em São Paulo com o propósito de buscar novas oportunidades de estudo e trabalho.

relatavam nas suas histórias fascinantes, ou então não fosse agradável voltar para o dia-a-dia, no qual havia doença e alguns sofrimentos emocionais. Eduardo Galeano também teve o privilégio de conviver, na sua juventude, com velhos narradores orais. Ele falou um pouco sobre isso em uma entrevista:

Pra mim foi muito importante esse período de formação, foi ali que se deu a revelação do magnetismo do poder da palavra (...). Depois que comecei a reconhecer nas palavras um poder de comunicação que eu não sabia que elas tinham. E então começo a escrever. Mas isso não foi revelado pelos livros, foi revelado pelas pessoas. Foi revelado por caras que não existem mais, que já morreram, que eram velhos (...) Daqueles maravilhosos que contavam como deuses (...). São pessoas que, com conhecimento acumulado no espírito, encarnam um tempo, às vezes uma cidade, um país. Às vezes, uma rua apenas. Para mim, era um prazer imenso essa convivência. Eu passava todo o tempo que podia escutando aqueles narradores (p. 34-37).

Na sua dissertação de mestrado, a autora desta tese analisou as peculiaridades do envelhecimento de um grupo de imigrantes espanhóis atendidos pela Sociedade Beneficente Rosalia de Castro, no ano de 2001. Mais uma vez se reconstituía o “tecido de sua vida”, a partir do entrelaçamento entre os fios: sujeito idoso e viver no espaço coletivo, pois, desde os primeiros contatos com a entidade, prestou serviços voluntários, através de atividades socioeducativas, como dinâmicas para estreitar o vínculo afetivo entre os idosos, que era muito distante, embora se conhecessem há vários anos, e através de palestras, oficinas, passeios e outras atividades em que foram discutidas questões referentes à cidadania e envelhecimento, entre outras.

A transformação da perspectiva de comportamento dos idosos foi visível: estreitamento do vínculo afetivo, consciência de direitos que têm na instituição etc. Além disso, houve uma alteração significativa dos trabalhos realizados na entidade, no sentido de tratar as pessoas como usuárias de uma instituição que existe para lhes prestar serviços e permitir que usufruam seus direitos. Os membros perceberam a intenção e gostaram das mudanças. Os idosos passaram a reivindicar mais.

Terminado o mestrado, começou a observar as ações realizadas pelo movimento social de idosos, na cidade de São Paulo, com o objetivo de conhecer os diferentes espaços de participação dessa faixa etária.

Nesse percurso, teve a oportunidade de conhecer a organização e as práticas empreendidas por associações de aposentados, ANG-SP – Associação Nacional de Gerontologia, seção São Paulo², Interfórum do Cidadão Idoso e Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos, Conselho Municipal e Estadual do Idoso de São Paulo, entre outros. Neles também prestou serviços voluntários, ora refletindo com idosos e técnicos que assessoram o movimento a respeito de sua organização interna e de suas ações, ora ministrando palestras sobre envelhecimento, cidadania, entre outras.

Participando de ações promovidas pelo Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) e pelos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCl) do município de São Paulo, esta pesquisadora constatou que esses espaços de participação ainda não tinham sido objeto de investigação científica, embora existam há mais de dez anos.

Algumas pessoas que participaram do momento da criação dos FRCl e do IFCI estão muito idosas e outras com saúde bastante fragilizada. Assim, foi considerado interessante que esta pesquisa pudesse ser realizada, enquanto suas lideranças têm boas condições de saúde para prestar depoimentos, até porque os FRCl e o IFCI não têm um arquivo organizado, o que dificultaria a reconstituição de suas ações, a partir de uma pesquisa documental.

Além disso, a necessidade de amadurecer a reflexão a respeito da problemática da velhice e de aprofundar a compreensão acerca de questões vivenciadas com os idosos e técnicos, que assessoram os FRCl e o IFCI, impulsionaram a pesquisadora a buscar apoio nos estudos, no debate realizado pelo universo acadêmico. A resposta foi encontrada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP.³

² ANG é uma entidade de natureza técnico-científica, de âmbito nacional, fundada em 1985 e com representação em quase todos os Estados da União. Desenvolve ação técnica e política, junto aos órgãos públicos, entidades, comunidade em geral, visando à melhoria da condição de vida dos idosos. A pesquisadora é filiada e, por diversas vezes, ocupou cargo na diretoria da ANG-SP.

³ A autora matriculou-se no Programa, como aluna ouvinte, na disciplina ministrada pela Profa. Maria Lúcia Martinelli: “Serviço Social: Identidade e Contemporaneidade”. No Programa há uma preocupação de responder a antigas e novas demandas sociais e de dar visibilidade e legitimidade às reivindicações da sociedade civil, notadamente dos segmentos mais fragilizados. A problematização de demandas sociais realizadas durante as aulas contribuiu para elucidar questões que até então não eram discutidas com profundidade, por pesquisadores de outros campos do saber, como a pesquisadora, que vem da educação. Vale pontuar que, em quase todos os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos, há um profissional do Serviço Social prestando assessoria. Como diz Carmelita

O projeto de pesquisa, apresentado no doutorado, tem o seguinte título: “Trajetória dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e do Interfórum do Cidadão Idoso – um sujeito coletivo e político em movimento – São Paulo, 1995/2005” e engloba a área de concentração do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP: Políticas Sociais e Movimentos Sociais e a linha de pesquisa: Política Social: Estado, Movimentos Sociais e Associativismo Civil.

É um estudo desafiador, em razão de sua originalidade, uma vez que os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e o Interfórum do Cidadão Idoso ainda não foram investigados pelo universo acadêmico e, assim, a pesquisadora espera contribuir para o fortalecimento e a consolidação destes espaços de participação na cidade de São Paulo e na construção do conhecimento sobre o envelhecimento.

O objeto deste estudo é a trajetória do Interfórum do Cidadão Idoso e dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos da cidade de São Paulo, no período de 1995-2005. Nesta trajetória são focadas sua constituição, organização, práticas e lutas empreendidas na direção da conquista de direitos de cidadania para o segmento idoso, constituindo-se, assim, como sujeitos coletivos e políticos em movimento, na ampliação do espaço público e aprimorando as relações políticas, com o Estado e a sociedade civil.

O objetivo geral é compreender e analisar a trajetória do Interfórum do Cidadão Idoso e dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos da cidade de São Paulo, nos seus dez primeiros anos de atuação e como nesse processo vêm se constituindo como sujeitos coletivos e políticos em movimento, na direção da conquista e efetivação de direitos de cidadania para o segmento.

Yazbek: *Notável é, na atualidade, em todo o território nacional, a presença do assistente social em fóruns e conselhos vinculados às políticas sociais, seja no plano da defesa dos direitos sociais dos usuários destas políticas, seja no âmbito do legítimo controle social das mesmas*” (1999, p. 98).

Os objetivos específicos deste estudo são:

- Conhecer e analisar a trajetória do Interfórum do Cidadão Idoso e dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos da cidade de São Paulo, desde a criação do primeiro Fórum (1995), até 2005, marcos e momentos significativos deste processo;
- Compreender e analisar como, nesta trajetória, o Interfórum do Cidadão Idoso e os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos vêm se constituindo como sujeitos coletivos e políticos e suas contribuições para ampliação do espaço público;
- Compreender e interpretar os significados atribuídos por participantes dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e do Interfórum do Cidadão Idoso ao envelhecimento e às ações empreendidas por estes sujeitos coletivos e políticos, no período de 1995-2005;
- Compreender e interpretar os significados atribuídos por técnicos que assessoraram os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e o Interfórum do Cidadão Idoso às suas atribuições e às ações empreendidas por estes espaços de participação na cidade de São Paulo.

A pergunta que norteou esse estudo foi: Como os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e o Interfórum do Cidadão Idoso vêm se constituindo e se afirmando, na cena paulista brasileira, como sujeitos coletivos e políticos e ampliando o processo de relações políticas com o Estado e a sociedade civil?

Em decorrência, a hipótese foi assim formulada: O Interfórum do Cidadão Idoso e os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos da cidade de São Paulo, ao longo de sua trajetória, vêm lutando e conquistando direitos de cidadania para o segmento idoso, ampliando o espaço público e aprimorando as relações políticas com o Estado e a sociedade civil e se constituindo como sujeitos coletivos e políticos em movimento.

Esta pesquisa teve a abordagem metodológica qualitativa, que responde a questões muito particulares, conforme afirma Minayo: “(...) *ela trabalha com o*

universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço das relações dos processos e dos fenômenos (...)” (1998, p. 21-22).

O universo desta pesquisa é constituído pelo Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) e pelos 17 Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCIs) existentes no Município de São Paulo, que estão localizados nas seguintes regiões da cidade:

- 1) Norte
 - 1.1 Santana
 - 1.2 Pirituba
 - 1.3 Freguesia do Ó/Casa Verde/Brasilândia/Cachoeirinha
 - 1.4 Vila Maria/Vila Guilherme

- 2) Sul
 - 2.1 Campo Limpo
 - 2.2 Ipiranga
 - 2.3 Capela do Socorro/Santo Amaro/Cidade Ademar

- 3) Leste
 - 3.1 Tatuapé⁴
 - 3.2 Vila Prudente
 - 3.3 São Miguel
 - 3.4 São Mateus
 - 3.5 Penha
 - 3.6 Ermelino Matarazzo
 - 3.7 Itaquera

⁴ O FRCI Tatuapé é chamado por alguns idosos de “Fórum Mãe”, pois os outros FRCIs da região leste foram criados a partir dele. As suas reuniões mensais comparecem representantes dos FRCIs desta região. Funciona como coordenador regional.

- 4) Oeste
 - 4.1 Pinheiros⁵
 - 4.2 Butantã

- 5) Centro
 - 5.1 Centro

As categorias centrais do estudo são: envelhecimento, participação social e cidadania estão fundamentadas em autores das áreas das ciências sociais e políticas, do serviço social, da gerontologia, contemporâneos, brasileiros e portugueses.

No **primeiro momento da pesquisa** foi realizado o levantamento bibliográfico e documental:

- livros, revistas científicas, dissertações de mestrado, teses de doutorado, no acervo da biblioteca da PUC-SP, Unicamp, USP e de universidades das cidades de Lisboa, Coimbra e Porto, em Portugal;
- estudo de legislações, dados e relatórios elaborados por institutos de pesquisa e censos sobre o segmento de idosos;
- levantamento realizado no acervo do Interfórum do Cidadão Idoso e dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (atas, folhetos de divulgação de suas atividades, etc.).

Segundo Martinelli (1999), no que se refere às pesquisas qualitativas, exige-se do pesquisador uma grande disponibilidade e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa. Concordamos com a autora e, por esta razão, no **segundo momento da pesquisa**, na fase empírica, priorizou-se a observação participante.

Através da observação participante, a autora dessa tese teve a oportunidade de vivenciar e de compreender situações que não teriam sido captadas sem o contato direto com os sujeitos da pesquisa. Além disso, quando os observados

⁵ No FRCI Pinheiros aparecem lideranças idosas que freqüentam outros FRCIs da região oeste. Funciona como um coordenador na região oeste da cidade.

percebem no observador alguém interessado em contribuir para o fortalecimento dos espaços nos quais atuam, eles se sentem menos receosos para revelar suas ansiedades e expectativas sobre o trabalho desenvolvido, até porque eles vêem no pesquisador alguém que poderá contribuir positivamente naquele cenário.

Como a pesquisadora presta assessoria técnico-voluntária no Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) e em alguns Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCIs), teve oportunidade de vivenciar “a atitude participante”, caracterizada segundo Chizzotti *“por uma partilha completa, duradoura e intensiva da vida e da atividade dos participantes, identificando-se com eles, como igual entre pares, vivenciando todos os aspectos possíveis da sua vida, das suas ações e dos seus significados”* (CHIZZOTTI, 2003, p. 90).

Foi adotado um diário de campo para registrar observações, falas dos idosos durante a realização das assembléias nos FRCIs e no IFCI, temas que foram objeto de debates, percepções, inquietações, para que este material pudesse ser analisado posteriormente.

Em razão da proximidade da pesquisadora com os FRCIs e o IFCI, muitas informações foram obtidas em incontáveis conversas informais mantidas com os participantes e profissionais que atuam nesses espaços.

Os sujeitos da pesquisa são: os participantes dos FRCIs e do IFCI, a coordenadora geral do IFCI, os profissionais que prestam assessoria nestes espaços e as proponentes da criação do primeiro FRCI e do IFCI na cidade de São Paulo, que responderam a um questionário, como se verá a seguir.

A pesquisadora conversou longamente com os sujeitos da pesquisa, com o propósito de certificar-se de que os mesmos haviam compreendido o propósito da investigação, o conteúdo de cada questão e se não existiam dúvidas em relação a termos ou expressões constantes no questionário. A pesquisadora esteve em interação constante com os sujeitos durante a elaboração dos questionários. Após a entrega dos questionários, ela retomou o contato com eles para elucidar ou aprofundar algumas questões.

Segundo Martinelli (1999), as pesquisas qualitativas privilegiam o uso de uma abordagem em que há o contato do pesquisador com o sujeito. Neste sentido, merece mencionar que esta pesquisa não se restringiu à entrega e à devolução de questionários, pois a pesquisadora concorda com Martinelli em que é indispensável: “o contato direto com o sujeito da pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p.22).

Foram feitas perguntas fechadas e abertas para os coordenadores dos 17 FRCIs que também participam das ações empreendidas pelo IFCI. Em alguns FRCIs, embora em número reduzido, há mais de um coordenador.

Durante o ano de 2005, foram acompanhadas, de forma assídua, as atividades realizadas pelos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos de Pinheiros (região oeste), Tatuapé (região leste), Santana/Tucuruvi (região norte), Centro (região central) que desenvolvem ações de âmbito regional e também as ações promovidas pelo Interfórum do Cidadão Idoso. Inicialmente foi feito o acompanhamento das ações promovidas pelo FRCI Vila Mariana (região sul), mas, depois de alguns meses, ele foi desativado.

Nesses FRCIs, foram escolhidos outros sujeitos e adotados três critérios para selecioná-los: atuação em outros movimentos sociais, dedicação grande nas atividades realizadas pelos FRCIs e pelo IFCI e pessoas de ambos os sexos.

Foram aplicados 27 questionários, sendo: 20 coordenadores de FRCIs que participam das ações promovidas pelo Interfórum do Cidadão Idoso e 7 lideranças que participam dos FRCIs Pinheiros, Tatuapé, Santana/Tucuruvi e Centro, pessoas do sexo masculino e feminino, entre 55 e 85 anos, sendo que duas não quiseram mencionar a idade.

Inicialmente, pretendia-se adotar o critério idoso para selecionar os sujeitos da pesquisa, mas alguns dos coordenadores dos FRCIs e do IFCI, embora sejam em número muito reduzido, ainda não completaram 60 anos.⁶ Assim, não foi

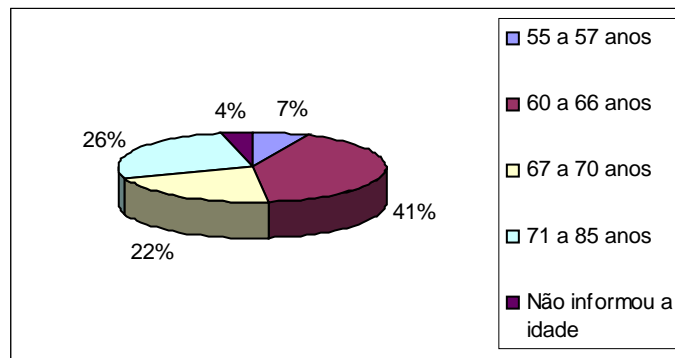
⁶ Conforme dispõe a Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842, de 4 de novembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 1.948, de 20 de dezembro de 1996: idosa é a pessoa com 60 anos ou mais de idade.

adotado este critério porque isso implicaria deixar de ouvir lideranças que desempenham um papel importante no movimento.

A seguir, através de gráficos, pode-se observar um perfil dos coordenadores e das lideranças dos FRCIs e do IFCI. Aspectos relacionados à trajetória de participação política desses sujeitos serão mencionados e analisados no capítulo III.

Gráfico 1: Distribuição dos sujeitos por faixa etária⁷

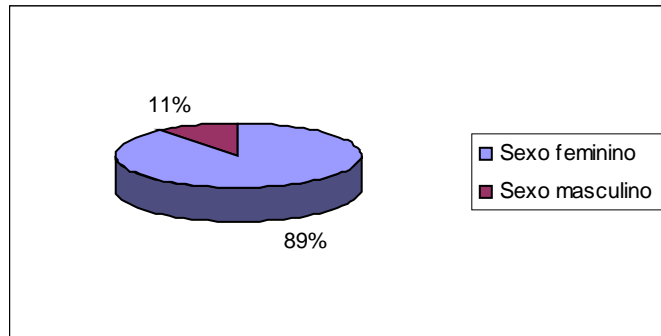
55 a 57 anos	7%
60 a 66 anos	41%
67 a 70 anos	22%
71 a 85 anos	26%
Não informou a idade	4%



⁷ Segundo a Fundação Seade, em 2004, a esperança de vida ao nascer, no Estado de São Paulo, correspondia a 73,1 anos, quase um ano e meio a mais que a registrada no Brasil (71,7 anos). Entre as mulheres, a expectativa de vida era de 77,2 anos; entre os homens, de 69 anos. De 1993 a 2004, a esperança de vida, no Estado de São Paulo, aumentou em 3,8 anos.

Gráfico 2: Distribuição dos sujeitos por sexo⁸

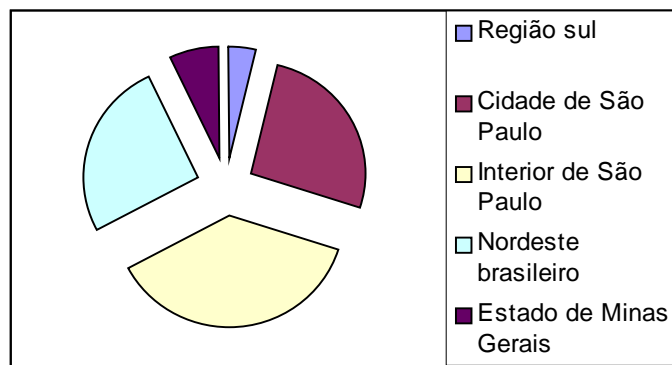
Sexo feminino	89%
Sexo masculino	11%



⁸ O envelhecimento é também uma questão de gênero. Segundo o IBGE/Censo Demográfico de 2000, as mulheres representavam 55% da população idosa. No contingente muito idoso, a proporção de mulheres é ainda mais elevada. Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que, embora as mulheres brasileiras vivam mais, elas estão mais sujeitas a deficiências físicas e mentais, portanto, a predominância da população feminina entre os idosos tem repercussões nas demandas por políticas públicas, conforme consta do Texto para Discussão (TD 858), disponível no *website* do IPEA.

Gráfico 3: Distribuição dos sujeitos segundo o lugar de nascimento⁹

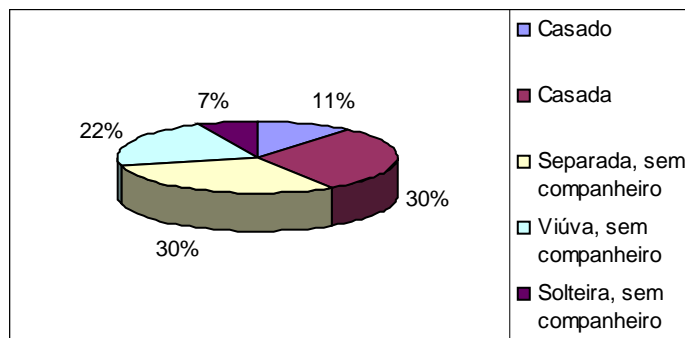
Região sul	4%
Cidade de São Paulo	26%
Interior de São Paulo	37%
Nordeste brasileiro	26%
Estado de Minas Gerais	7%



⁹ Como diz Maura Pardini Bicudo Vêras (2004), não é possível refletir sobre a migração de forma generalizada, pois as migrações nordestinas têm alto contingente de afro-brasileiros e de influência indígena. Sendo assim, deve-se enxergar a diversidade nelas existente.

Gráfico 4: Distribuição dos sujeitos por sexo e situação conjugal¹⁰

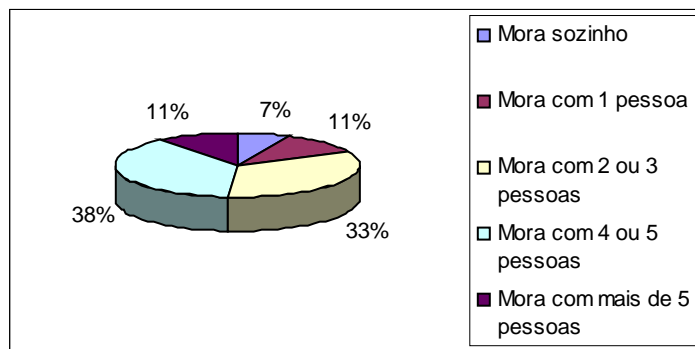
Casado	11%
Casada	30%
Separada, sem companheiro	30%
Viúva, sem companheiro	22%
Solteira, sem companheiro	7%



¹⁰ Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que as idosas apresentam, em geral, uma tendência maior do que os homens a viverem sozinhas. Esta tendência tende a aumentar com o passar dos anos. Isso se deve ao fato de grande parte delas serem viúvas e uma proporção crescente ser separada, divorciada. Somado a isso, normas sociais e culturais prevalentes em nossa sociedade têm levado homens a se casarem com mulheres mais jovens, conforme consta do Texto para Discussão (TD 858), disponível no *website* do IPEA.

Gráfico 5: Quantas pessoas moram na sua casa?¹¹

Mora sozinho	7%
Mora com 1 pessoa	11%
Mora com 2 ou 3 pessoas	33%
Mora com 4 ou 5 pessoas	38%
Mora com mais de 5 pessoas	11%



¹¹ Estudos vêm revelando novos arranjos nas famílias que contêm idosos. Em regiões distantes das grandes cidades, tem aumentado o número de idosos que vive com familiares. Em tempos atuais, de desemprego, precariedade nas relações de trabalho, o rendimento do idoso tem contribuído para complementar o orçamento doméstico, o que justifica, em parte, mais pessoas vivendo numa mesma casa. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os idosos são responsáveis por uma contribuição importante na renda de suas famílias e esta contribuição vem aumentando no transcorrer dos anos. De acordo com o IPEA, famílias com idosos apresentam, em média, renda maior do que as famílias sem idosos, conforme consta do Texto para Discussão (TD 858), disponível no *website* do IPEA.

Gráfico 6: A residência do(a) sr.(a) é:

Própria	92%
Própria (conseguida em participação no movimento de moradia)	4%
Alugada	4%

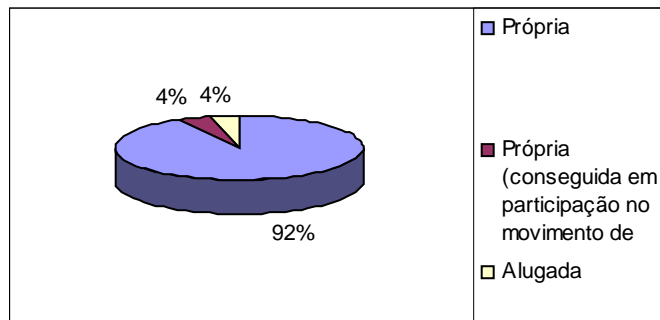
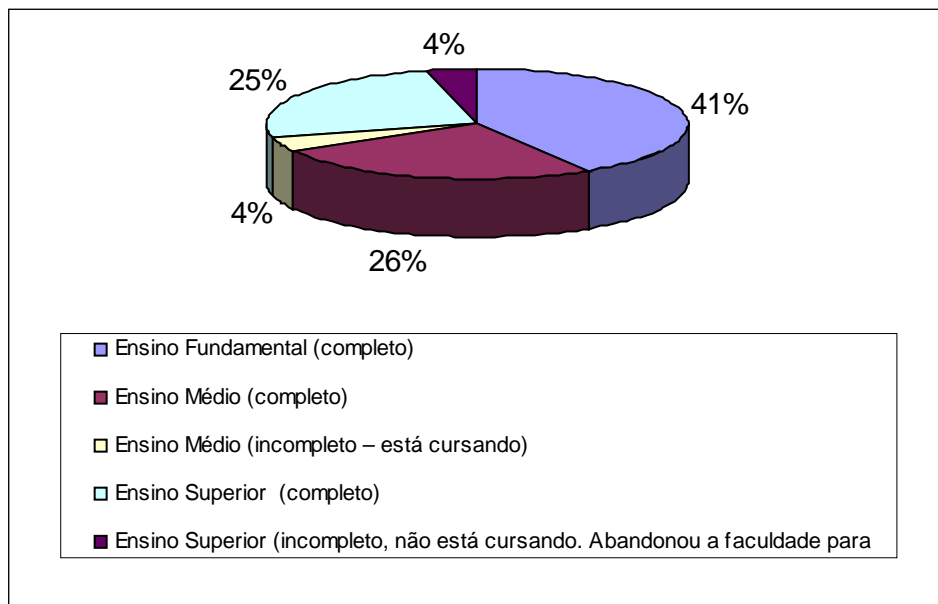


Gráfico 7: Distribuição dos sujeitos segundo o grau de escolaridade¹²

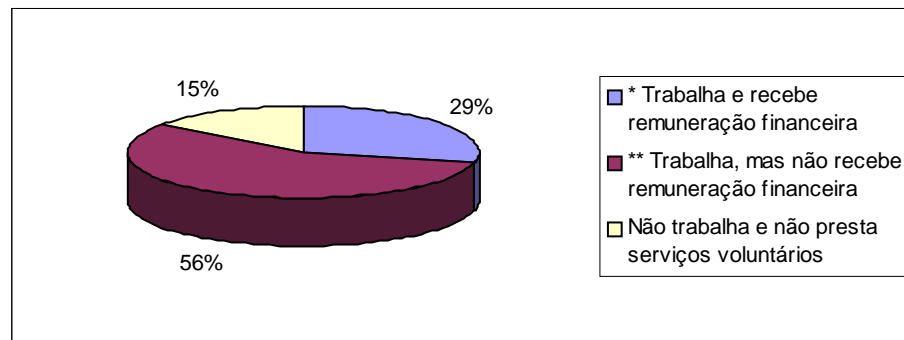
Ensino Fundamental (completo)	41%
Ensino Médio (completo)	26%
Ensino Médio (incompleto – está cursando)	4%
Ensino Superior (completo)	25%
Ensino Superior (incompleto, não está cursando. Abandonou a faculdade para cuidar de seus filhos)	4%



¹² Estudos vêm revelando que há uma preocupação de militantes de movimentos sociais de buscar conhecimento. Percebe-se essa preocupação também no movimento social de idosos na cidade de São Paulo. Entretanto, a alfabetização entre idosos no Brasil é preocupante. Pesquisa realizada pelo SESC nacional, SESC-São Paulo e Fundação Perseu Abramo, em 2006, sobre o perfil dos idosos brasileiros, revela que quase metade do segmento idoso admite dificuldades para ler e escrever. Foram sujeitos da pesquisa 2.136 pessoas com 60 anos ou mais em 204 municípios brasileiros. Eis alguns dados: 23% não sabem ler e escrever; 77% sabem ler e escrever, dos quais: 40% consideram a atividade fácil, 22% consideram a atividade difícil, 4% sabem ler e escrever apenas o nome e 11% chegaram ao ensino médio ou superior.

Gráfico 8: Distribuição dos sujeitos segundo prestação de serviço remunerado financeiramente ou não¹³

* Trabalha e recebe remuneração financeira	29%
** Trabalha, mas não recebe remuneração financeira	56%
Não trabalha e não presta serviços voluntários	15%

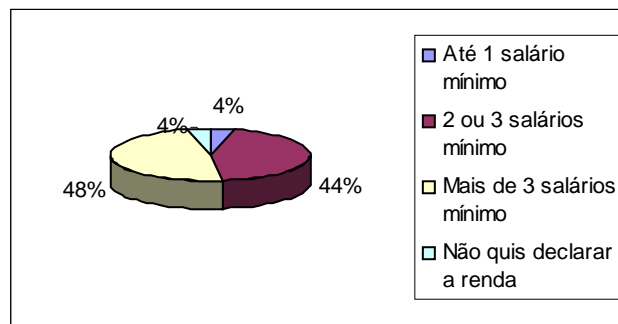


As legendas constantes na tabela referem-se a: (*) Trabalha e recebe remuneração financeira: lava, passa e costura roupa para terceiros, planta e vende verduras, frutas na vizinhança e em pequenos estabelecimentos comerciais próximos de sua residência. (**) Presta serviços voluntários em hospitais, ONGs, cuida de netos, pais idosos, etc.

¹³ Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que a participação do idoso brasileiro no mercado de trabalho é considerada alta, segundo os padrões internacionais. Isso está relacionado à inserção do aposentado e à sua não-saída do mercado. Mas, há uma tendência de queda em algum tipo de atividade econômica entre pessoas com mais de 85 anos de idade, conforme consta do Texto para Discussão (TD 830), disponível no *websíte* do IPEA.

Gráfico 9: Qual a sua faixa de renda mensal (familiar)?

Até 1 salário mínimo	4%
2 ou 3 salários mínimos	44%
Mais de 3 salários mínimos	48%
Não quis declarar a renda	4%



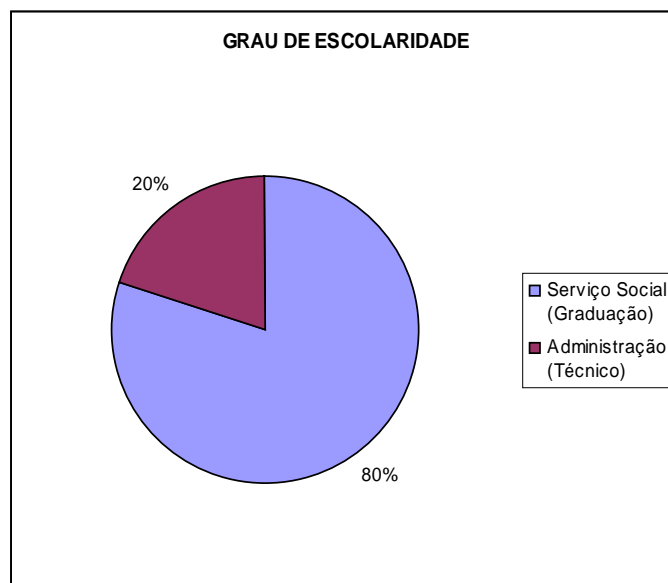
Foi solicitado aos profissionais que assessoram o Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) e os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCIs) localizados nas regiões norte, leste, oeste, centro e sul da cidade de São Paulo que respondessem a um questionário. Selecionou-se um assessor por região. Na região oeste, no FRCI Pinheiros, dois profissionais prestam assessoria ao movimento, portanto, os dois foram escolhidos e o mesmo profissional que assessora os FRCIs da região leste também assessora o IFCI.

O profissional que assessora o FRCI Santana/Tucuruvi, localizado na região norte, não entregou o questionário no tempo determinado para devolução, embora tenha mostrado interesse em respondê-lo. O tempo da devolução foi prorrogado por mais uma semana, mas o assessor disse que necessitava de mais 15 dias e, por isso, foi dispensado desta atribuição.

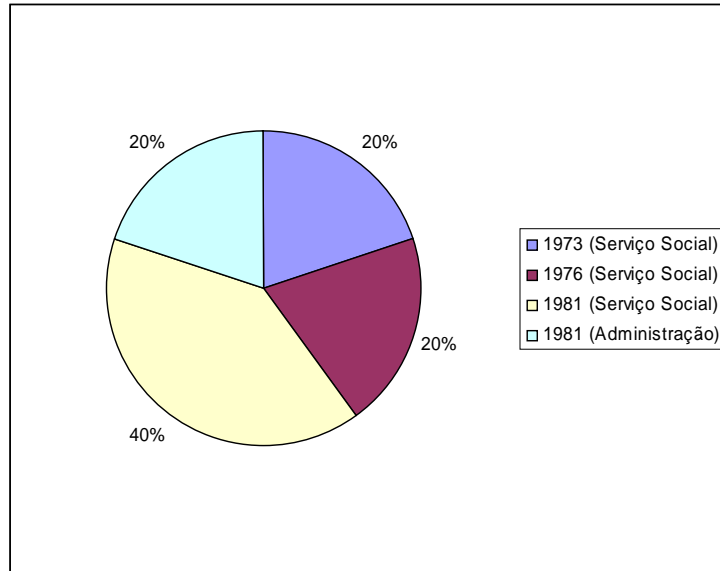
No total, 5 assessores responderam ao questionário. Após a devolução dos mesmos, realizaram-se encontros pessoais com esses profissionais, com o propósito de refazer algumas questões que mereciam ser aprofundadas. Todos trabalham na Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP).

A seguir, através de gráficos, podem-se observar algumas características sobre a formação escolar dos assessores. Aspectos relacionados à trajetória de participação política desses sujeitos serão mencionados e analisados no capítulo III.

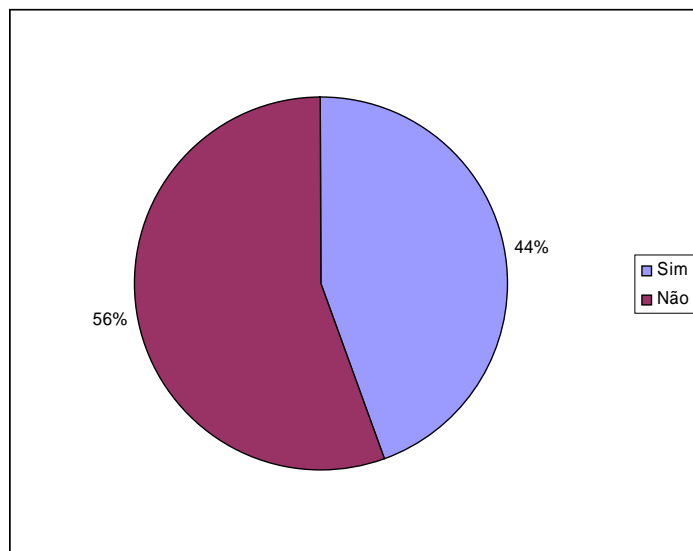
1. Distribuição dos assessores segundo o grau de escolaridade:



2. Em que ano a sra. concluiu sua formação?



3. A sra. continuou estudando?¹⁴



¹⁴ Os técnicos que responderam de modo afirmativo fizeram Curso de Especialização em Saúde Pública e em Gerontologia.

Alguns sujeitos da pesquisa, embora em número reduzido, disseram que não gostariam que seus nomes verdadeiros fossem revelados e argumentaram que gostam de ser discretos na vida. A maioria dos participantes disse que gostaria que os seus nomes constassem da pesquisa, pois acha importante dar visibilidade e crédito aos protagonistas do movimento. No entanto, em algumas questões referentes ao preconceito em relação aos velhos, solicitaram que os seus nomes verdadeiros não fossem mencionados.

Um assessor solicitou que seu nome fosse omitido, para que ele pudesse falar com maior franqueza sobre os problemas que enfrenta para prestar serviços ao Fórum Regional do Cidadão Idoso, como críticas, preconceitos por trabalhar com esta faixa etária da população, falta de apoio, de incentivo, entre outros. Se o seu nome verdadeiro fosse divulgado, ele poderia ter alguns aborrecimentos com a sua chefia, na PMSP.

Assim sendo, os nomes foram mantidos em sigilo, usando-se apenas algumas iniciais que, muitas vezes, não coincidem com seus nomes, com o objetivo de assegurar o caráter anônimo das informações obtidas.

Também foram feitas perguntas para as fundadoras do primeiro Fórum Regional do Cidadão Idoso e do Interfórum do Cidadão Idoso da cidade de São Paulo, por meio de um questionário e foi estabelecido contato com elas para que pudessem aprofundar algumas questões.

O número de questionários aplicados, no total, foi de 34 sendo: 20 coordenadores de FRCIs que participam do IFCI; 7 lideranças dos FRCIs Pinheiros, Tatuapé, Santana/Tucuruvi e Centro que desenvolvem ações de âmbito regional; 5 profissionais que assessoram estes FRCIs e o IFCI e mais dois questionários foram respondidos pelas fundadoras do primeiro FRCI e do IFCI na cidade de São Paulo.¹⁵

No **terceiro momento da pesquisa** foi realizada a análise de conteúdo, que tem por objetivo, segundo Chizzotti: *“compreender criticamente o sentido das*

¹⁵ Questionários anexados à tese.

comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (2003, p. 98).

Aglair Alencar Setúbal também reflete a esse respeito. Segundo ela, a análise requer alguns cuidados, que foram observados durante a elaboração da pesquisa como:

Ultrapassar as evidências imediatas, à medida que busca a certeza da fidedignidade das mensagens socializadas e a validade da sua generosidade; aprofundar, por meio de leituras sistemáticas e sistematizadas, a percepção, a pertinência e a estrutura das mensagens (1999, p. 73).

Foi analisada a trajetória dos FRCIs e do IFCI na cidade de São Paulo, no período de 1995-2005, atentando para o caráter histórico e social em que os mesmos foram se constituindo como um sujeito coletivo e político em movimento.

Os sujeitos da pesquisa foram ouvidos e compreendidos como seres históricos, portanto, na dimensão histórica, social e cultural em que vivem. Franco compreende seres históricos:

Como produtos de circunstâncias determinadas e, ao mesmo tempo, produtores dessa mesma história que se concretiza na prática social, via pensamento-linguagem e ação, que se deixa impulsionar por necessidades biopsicológicas, que se orienta a um fim e que se expressa no conjunto, socialmente elaborado, das representações sociais (1994, p. 157).

Esta tese, além da Introdução e Considerações Finais, contém três capítulos:

O primeiro capítulo - Trajetória dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCIs) e do Interfórum do Cidadão Idoso na cidade de São Paulo (IFCI) – 1995-2005 – apresenta o cenário da pesquisa: a cidade de São Paulo, antecedentes do surgimento dos FRCIs e do IFCI e aspectos relacionados à organização e expansão destes espaços.

O segundo capítulo - *Bases conceituais presentes na trajetória dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e do Interfórum do Cidadão Idoso* – define como categorias centrais: envelhecimento, participação social, cidadania e movimento social, fundamentadas em autores contemporâneos, brasileiros e portugueses das áreas das ciências sociais e políticas, do serviço social e da gerontologia.

O terceiro capítulo - *Significados da trajetória dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCIs) e do Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) no período de 1995-2005* – na percepção dos sujeitos da pesquisa – analisa e interpreta a trajetória dos FRCIs e do IFCI na cidade de São Paulo, nesse período, atentando para o caráter histórico e social em que os mesmos foram se constituindo como um sujeito coletivo e político em movimento, e busca compreender os significados que os idosos atribuem à velhice, às suas atuações nos FRCIs e no IFCI, às ações empreendidas por estes espaços em defesa de seus interesses.

“Se uma pessoa perfeita do planeta Marte descesse e soubesse que as pessoas na terra se cansavam e envelheciam, teria pena e espanto. Sem entender jamais o que havia de bom em ser gente, em sentir-se cansada, em diariamente falar; só os iniciados compreenderiam essa nuance de vício e esse refinamento de vida”.

“A imitação da rosa” (1998)

Clarice Lispector

I. TRAJETÓRIA DOS FÓRUNS REGIONAIS DE CIDADÃOS IDOSOS E DO INTERFÓRUM DO CIDADÃO IDOSO NA CIDADE DE SÃO PAULO – 1995-2005

1. Olhando São Paulo

O Estado de São Paulo é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizado no sul da região sudeste, com a maior população do país, estimada em 2005, em 40.442.795 habitantes, sendo 10,5% maiores de 60 anos.

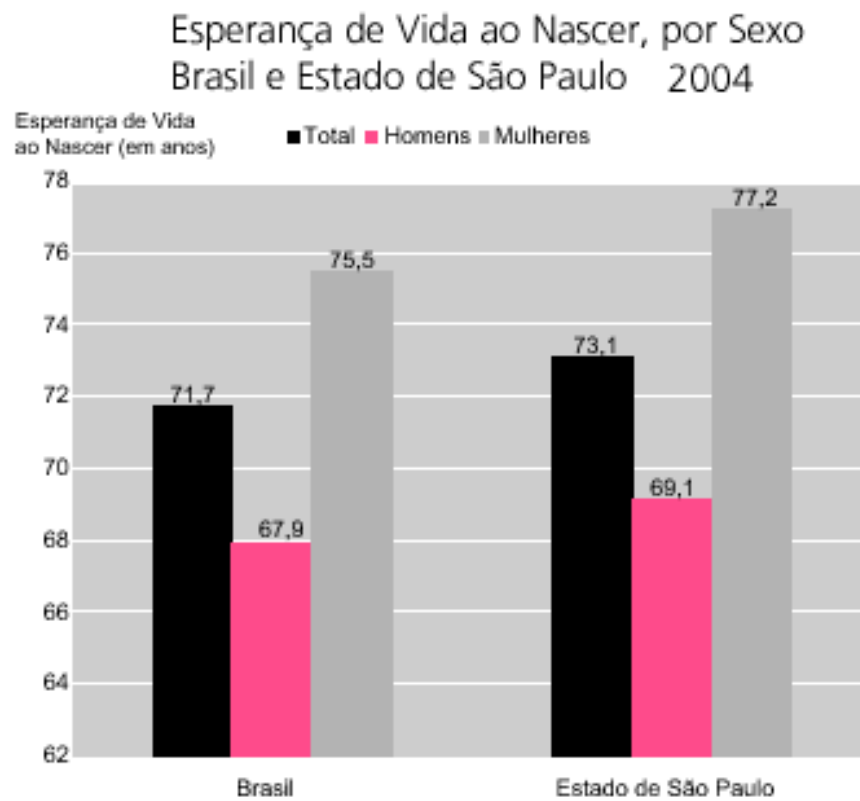
O Estado de São Paulo vem enfrentando inúmeros desafios no sentido de encontrar saídas inovadoras para seus problemas socioeconômicos. Apesar de seus problemas, estudos vêm mostrando uma evolução dos principais indicadores sociais do Estado, como o estudo realizado no período 1993-2004 que comparou a situação paulista com a nacional e confrontou os indicadores sociais com os dispêndios e alguns indicadores de resultados de programas e ações específicas de várias áreas: demografia; renda, pobreza e trabalho; saúde; segurança pública; educação; habitação e saneamento e meio ambiente.

O estudo apoiou-se em informações contidas nos bancos de dados da Fundação Seade e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, de ministérios e secretarias de Estado. Por ser bastante longo, serão mencionados alguns de seus resultados.

No tocante à esperança de vida, como se sabe, a longevidade dos indivíduos de uma sociedade resulta de uma combinação de fatores: desenvolvimento científico e tecnológico, notadamente, na área da saúde; investimentos em saneamento básico; maior acesso a serviços de saúde de qualidade; hábitos alimentares mais saudáveis e menor consumo de tabaco, álcool e drogas, entre outros.

De 1993 a 2004, a esperança de vida no Estado aumentou 3,8 anos. Para as mulheres, o acréscimo foi de 3,4 anos; para os homens, de 3,9.

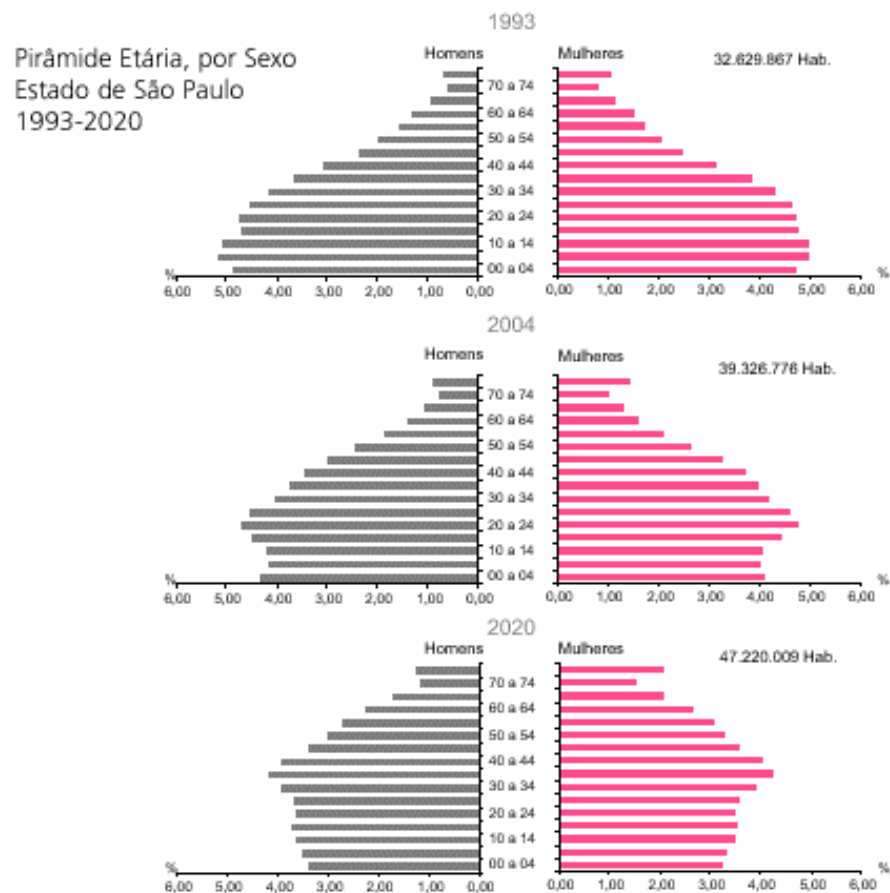
Em São Paulo, em 2004, a esperança de vida ao nascer correspondia a 73,1 anos, quase um ano e meio a mais que a registrada para o Brasil (71,7 anos). Entre as mulheres, a expectativa de vida era de 77,2 anos; entre os homens, de 69 anos.



Fonte: IBGE (projeções demográficas preliminares); Fundação Seade.

Em ritmos diferenciados, as tendências de queda de fecundidade e o aumento da longevidade estão presentes em todo o país. A proporção da população paulista acima de 60 anos supera a registrada para o total da população brasileira, tanto entre os homens quanto entre as mulheres.

A pirâmide paulista de 2004, comparada com a de 1993, mostra expressivo estreitamento de sua base e a esperada para 2020, elaborada pela Fundação Seade a partir da projeção da população do Estado de São Paulo, e indica que sua base será ainda mais estreita no futuro. Sendo assim, a participação dos grupos de adultos e idosos no total da população será ainda maior que hoje, ou seja, o envelhecimento populacional tende a aumentar. Dessa forma, investimentos públicos devem ser feitos no sentido de atender às necessidades de pessoas das faixas etárias adulta e idosa.



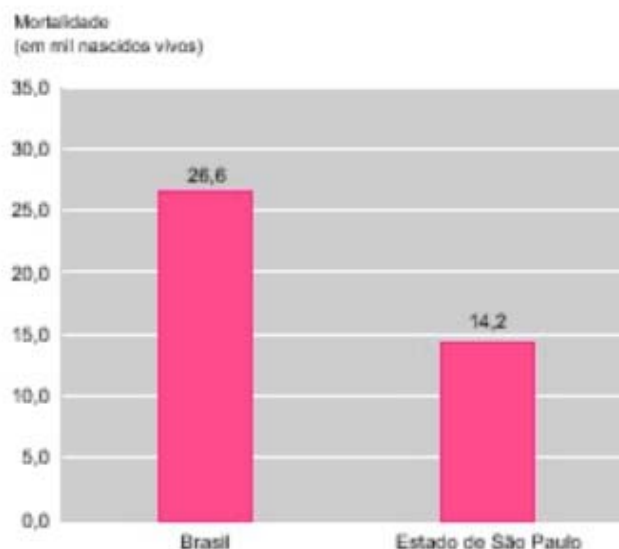
No tocante à renda, o estudo mostrou que em São Paulo a distribuição de renda é um pouco menos concentrada que no conjunto do país, embora seja longo o caminho que o Estado deve percorrer até alcançar padrões de distribuição de renda mais igualitários.

Apesar disso, houve uma redução nos níveis de pobreza absoluta; em 1993, a parcela paulista com renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo era de 17,5% contra 11,7% em 2004. Aquela com renda familiar *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo passou de 4,2%, em 1993, para 2,7% , em 2004.

Quanto à mortalidade infantil, em comparação com a média populacional (26,6 por mil nascidos vivos), a taxa paulista (14,2 por mil) é baixa.

O estudo mostra que houve um decréscimo da mortalidade infantil entre 1993 e 2004, no Estado de São Paulo, de 46%.

Taxas de Mortalidade Infantil
Brasil e Estado de São Paulo
2004



Fonte: IBGE; Fundação Seade.

Diversos fatores contribuíram para essa trajetória, como a expansão dos serviços básicos de atenção materno-infantil, melhorias no saneamento básico, avanços na área da saúde, surgimento de novos medicamentos e maior acesso da população aos mesmos.

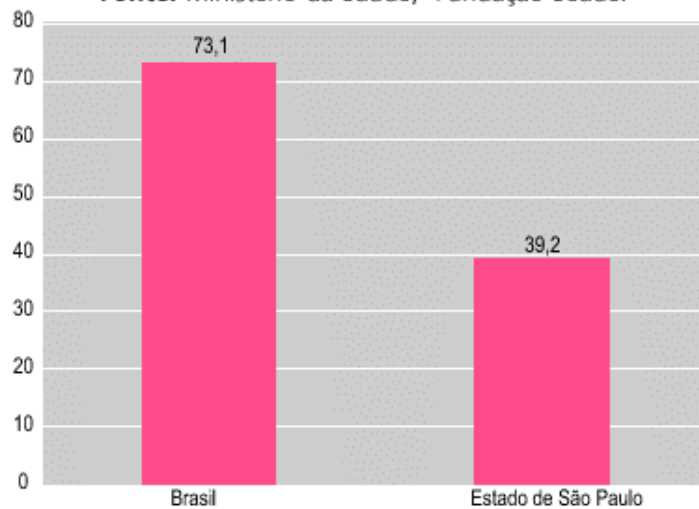
Vale pontuar que a mortalidade infantil no Estado de São Paulo não está ligada à incidência de doenças infecciosas ou problemas nutricionais, mas às condições da gestação, do parto e dos primeiros cuidados do recém-nascido. Assim sendo, a criação de programas de saúde da família e da mulher foi fundamental para redução da mortalidade infantil no Estado.

A taxa de mortalidade materna estimada para o Brasil, em 2002, foi de 73,1 óbitos por 100 mil nascidos vivos. O Estado de São Paulo registrou 135 óbitos no mesmo ano, sendo esse valor ainda considerado alto.

Taxas de Mortalidade Materna Brasil e Estado de São Paulo 2002

Mortalidade Materna (em 100 mil nascidos vivos)

Fonte: Ministério da Saúde; Fundação Seade.



O declínio das taxas de mortalidade infantil e materna depende de acompanhamento da saúde da gestante. Portanto, a assistência pré-natal é fundamental, pois muitas patologias relacionadas à gravidez podem ser tratadas ou controladas, evitando complicações para a saúde da mãe e da criança.

A partir dos anos 1940 é possível observar um processo contínuo de redução da incidência e da letalidade, em razão de doenças infecciosas e parasitárias em contraposição às doenças crônicas degenerativas, por diversos fatores, entre eles: melhoria das condições de habitação e saneamento, desenvolvimento tecnológico, maior acesso a serviço de saúde.

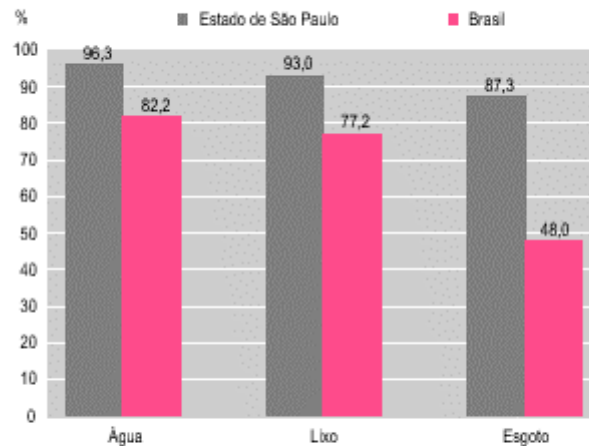
Atualmente, os óbitos decorrentes de doenças crônico-degenerativas, como as do aparelho circulatório, do aparelho respiratório e neoplasias, além das causas externas, ultrapassam em muito os provocados por doenças infecciosas e parasitárias. Exemplificando, em 1979, estas últimas eram responsáveis por 10% dos óbitos ocorridos no Estado de São Paulo e reduziu-se para 3,8% em 1995.

O estudo mostra ainda que houve progressos no campo da educação no Estado de São Paulo. Por exemplo, ampliou-se o acesso e a permanência dos alunos nas escolas. Praticamente a totalidade de crianças em idade escolar obrigatória (7 a 14 anos) estava freqüentando a escola (98,5%) em 2004.

Também aumentou o número de moradias com acesso à rede sanitária. Em 1973, 77% das moradias paulistas tinham acesso a esses serviços, em 2004 esse percentual superou 87%.

Observe-se, a título de comparação, a proporção de moradias com acesso às redes de serviços urbanos de água, lixo e esgoto no Brasil e em São Paulo.

Proporção de Moradias, segundo Acesso às Redes de Serviços Urbanos de Água, Lixo e Esgoto (1)
Brasil e Estado de São Paulo 2004



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

(1) Serviços urbanos de água - proporção de domicílios particulares permanentes que têm água de rede geral, canalizada para o domicílio ou para a propriedade. Lixo - proporção de domicílios particulares permanentes que têm lixo coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada. Esgoto - proporção de domicílios particulares permanentes que têm esgoto sanitário por rede geral.

Uma questão que preocupa a população paulista é a da violência. O estudo mostra que iniciativas foram tomadas no sentido de combater a violência como a introdução de programas de atendimento policial na comunidade, aperfeiçoamento do sistema de informação e inteligência da polícia, compatibilização de áreas de atuação das polícias civil e militar, renovação de frotas e equipamentos e construção de unidades prisionais. Esse mesmo estudo aponta que houve avanço no sentido da compreensão do fenômeno da violência e de seu enfrentamento, a partir do reconhecimento de múltiplas causas e impactos diferenciados provocados na sociedade. A partir desse entendimento, o seu enfrentamento passou a contar com a participação da União, municípios, sociedade civil organizada e ações conjuntas foram tomadas no sentido de combater a violência. Um exemplo da articulação entre Estado e sociedade civil são os Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs) dos quais participam muitos idosos e que são em número de 784 em todo o Estado.

A partir da leitura dos dados contidos nesse estudo, é possível afirmar que a população paulista encontra-se em situação mais privilegiada, em várias áreas, que o conjunto do país e que houve uma melhora no patamar do desenvolvimento social.

Porém, a despeito das conquistas obtidas, ainda há muito a ser feito no sentido de oferecer melhores condições de vida para a população paulista. A conclusão do estudo traz esta preocupação, ao pontuar que novos esforços devem ser empreendidos no sentido de melhorar os resultados obtidos até o presente momento.

O Estado de São Paulo possui 645 municípios distribuídos em três Regiões Metropolitanas: Baixada Santista, Campinas e São Paulo, onde se encontra a capital do Estado, o município de São Paulo.

Fundada em 1554, a cidade de São Paulo tem uma área de 1.509 km² dividida em 31 subprefeituras¹⁶ e compõe com outros 38 municípios a Região Metropolitana de São Paulo.

Possui uma população estimada, em 2006, em 11.016.703 habitantes¹⁷, sendo 1.086.000 idosos.

Durante o século XX apresentou acentuado crescimento, inicialmente em razão da vinda de imigrantes de diferentes países e, depois, com sua transformação em importante centro industrial, ao se tornar um lugar procurado por brasileiros vindos de outros Estados do país.

Segundo Maura Pardini Bicudo Vêras (2004), a cidade de São Paulo não tem uma característica cultural porque a sua característica cultural é a diversidade.

Quando se diz que, a partir de 1940, têm-se migrações cada vez mais fortes em regiões esvaziadas economicamente como o nordeste, usa-se um conceito genérico, porque essas migrações nordestinas vêm da Bahia, que tem alto contingente de afro-brasileiros, vêm do Ceará, que também tem um alto contingente de influência indígena. Então, se faz uma generalização e tudo isso está aqui, construindo esta cidade (VÉRAS, 2004, p.119).

¹⁶ Em anexo mapa com distribuição das subprefeituras pela cidade. O município, unidade político-administrativa básica do país, foi subdividido em 31 subprefeituras, após aprovação da Lei Municipal nº 13.339, de 1º de agosto de 2002. Os Conselhos de Representantes, uma forma de controle social, foram instalados em julho de 2004, com aprovação da Lei Municipal nº 13.881. A criação das subprefeituras e dos Conselhos de Representantes estava prevista em Lei Orgânica Municipal desde 1990, mas o processo de descentralização administrativa iniciou-se durante a administração Marta Suplicy (2001-2004).

¹⁷ Interessante observar que o número de habitantes da cidade de São Paulo saltou de 50 mil habitantes em 1885 para 240 mil em 1900, quando passou a ser o centro comercial e financeiro cafeeiro.

O município de São Paulo foi durante décadas um importante centro industrial, mas entre 1970 e 1980 modificou-se, em decorrência de fatores locais, nacionais e mundiais, como: restrições da legislação metropolitana, incentivos fiscais oferecidos por outras cidades, globalização¹⁸, entre outros.

Nesse contexto, a cidade¹⁹ foi se transformando em um centro financeiro, com expressivo setor terciário, tanto no comércio, como na área dos serviços, para a qual foi redistribuída uma parcela dos trabalhadores excluídos pelas mudanças na produção industrial.

Diversas metrópoles²⁰, não apenas São Paulo, deixaram de ser essencialmente industriais e passaram a oferecer uma quantidade incontável de serviços. Estudos têm mostrado que é fundamental que essas cidades tenham serviços com qualidade e uma eficiente estrutura urbana para que possam atrair investimentos de grandes corporações e assim, aumentar o número de empregos e acelerar o crescimento econômico na dimensão local.

Alguns estudiosos afirmam que São Paulo é uma cidade global²¹, outros que se trata apenas de uma megacidade. Para avaliar se uma cidade é global observa-se o seu nível de desenvolvimento e não a sua densidade populacional, portanto, as

¹⁸ Boaventura de Souza Santos define globalização como “um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiros à revolução nas tecnologias e práticas de informação e de comunicação, da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações transfronteiriças de pessoas como emigrantes, turistas ou refugiados, ao protagonismo das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais, das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo” (*A Globalização e as Ciências Sociais*, p.11).

¹⁹ Para Guyot, cidade: “É um modo de organização social que resulta do jogo combinado de fatores culturais, sociológicos e econômicos. É sempre difícil e algumas vezes totalmente errôneo estabelecer uma ordem de preponderância entre estes fatores” (GUYOT apud JARDIM DE CERQUEIRA, *As qualidades de localização intrametropolitana dos espaços de escritórios*, p. 44). Segundo Castells (2000), a cidade deve ser pensada e redefinida a partir dos pontos de conflito e das contradições entre acumulação de capital e redistribuição social, de um lado, e entre o controle do Estado e a autonomia da população, de outro.

²⁰ *Metrópole: “Cidade principal, ou capital de província ou de estado. A principal cidade que exerce influência funcional, econômica e social sobre as cidades menores de uma Região Metropolitana”* (FERREIRA apud CARREIRA, *Ferraz de Vasconcelos*, p. 11).

²¹ Matzkin (2006) pontua que, na perspectiva da teoria da cidade global, as cidades mais preparadas para crescer são aquelas mais avançadas na sua modernização capitalista, ou seja, aquelas que têm melhor relação entre custo e qualidade de mão-de-obra, um tecido industrial que estimule a subcontratação, boas condições de infra-estrutura de transporte e comunicações e políticas de apoio aos investimentos estrangeiros. E todas essas características não são encontradas nas grandes cidades latino-americanas, sendo assim, elas se encontram em segundo plano nas preferências do capital transnacional (*Metrópoles latino-americanas*).

condições de sua infra-estrutura são fundamentais nesta análise. Assim sendo, alguns analistas apontam que São Paulo não oferece uma estrutura social de cidade na mesma proporção que grandes metrópoles americanas ou capitais européias. Conforme afirma Jardim de Cerqueira (2004), as cidades globais são vetores importantes da globalização: *“Elas são sede de poder e por meio delas que a economia global é administrada, coordenada e planejada. Elas formam uma rede onde transitam os trilhões que alimentam os mercados financeiros internacionais”* (JARDIM DE CERQUEIRA, 2004, p. 45).

Castells (2000) prefere o termo megacidade, ao invés de global. Para o autor, toda grande cidade é global em proporções diferentes e tem algo local ao mesmo tempo.

Castells (2000) compreende megacidades como centros de dinamismo econômico, tecnológico, cultural e social que estão interligadas às redes globais de todos os tipos. Destaca que, apesar de todos os seus problemas sociais, urbanos e ambientais, elas continuarão a crescer em tamanho e em oportunidades de aperfeiçoamento pessoal e profissional e inclusive de entretenimento.

Para a ONU (1992), megacidades são localidades onde vivem mais de 10 milhões de habitantes.²²

Assim sendo, a cidade de São Paulo, a nosso ver, deve ser compreendida como uma megacidade e não como uma cidade global.

A maioria de seus onze milhões de habitantes tem dificuldade de acesso à moradia e, por esta razão, adotam-se “soluções-problema” como favelas, cortiços e ocupações ilegais.²³ Enquanto uma pequena parcela da população vive em imóveis

²² Segundo a ONU (1992), existem 13 megacidades: Buenos Aires, Bombaim, Calcutá, Cidade do México, Osaka, Nova York, Los Angeles, Pequim, Rio de Janeiro, São Paulo, Seul, Tóquio e Xangai.

²³ Significativa parcela da população de baixa renda reside em conjuntos habitacionais construídos pela administração pública em regiões periféricas da cidade onde os terrenos são mais baratos, o que acaba isolando esta população. Somado a isso, as políticas públicas habitacionais no Brasil, historicamente, têm priorizado a classe média e excluído a população com renda mensal de até três salários mínimos. Assim sendo, é necessário direcionar investimentos públicos para a população de baixa renda e garantir que lhe é assegurado não apenas o direito à moradia, mas também o direito à cidade. Em anexo foto mostra o contraste existente entre a cidade real e a cidade legal (favela Paraisópolis, no bairro do Morumbi).

amplos, é possível encontrar, em um mesmo bairro, em uma mesma rua, a chamada cidade real e a cidade legal, das leis de zoneamento, uso e ocupação do solo.

Segundo Pochmann (2005), famílias moradoras em apenas 10 distritos da cidade de São Paulo: Jardim Paulista, Moema, Itaim Bibi, Perdizes, Vila Mariana, Pinheiros, Morumbi, Santo Amaro, Consolação e Alto de Pinheiros movimentam mensalmente 53,2% da renda dos mais ricos da cidade. Nesses distritos encontram-se o bairro Jardim Europa pertencente ao distrito Jardim Paulista, com o segundo metro quadrado mais caro do país, avaliado em R\$ 6,5 mil e a Avenida Paulista, um dos maiores centros financeiros da América Latina, que contém uma completa infraestrutura em equipamentos sociais, como hospitais, cinemas e *shopping centers*.

A cidade de São Paulo tem inúmeros problemas: poluição visual, sonora e do ar, causados em sua maior parte pela circulação de aproximadamente cinco milhões de veículos e de sua população; violência; enchentes, entre outros. Mas, também oferece excelentes serviços de saúde, cultura, educação, gastronomia, àqueles que podem pagar para ter acesso a eles.

Enfim, como bem diz Caio Prado Jr., a nossa sociedade construiu um abismo entre dois extremos, em um deles:

(...) a minoria já começa a participar do teor da vida do mundo moderno, e que tão freqüentemente, e tão ilusoriamente também, se toma pela realidade brasileira. O outro, a grande maioria semi-imersa, senão imersa de todo em longínquo passado onde estagnou, e que sem dúvida representa a essência daquela realidade. E que enquanto perdurar em tal situação, não permitirá nunca ao Brasil livrar-se da mediocridade que é sua (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 153).

Ainda que imersa em inúmeros problemas, a cidade de São Paulo vem gerando gestos de solidariedade²⁴ e espaços de afetividade, como diz Bader Sawaia: “A cidade compreende os espaços de intimidade cotidiana, onde se dão as relações mais personalizadas e onde se partilham carências – lugares onde a exposição do eu se dá sem perda do sentido” (SAWAIA, 1995, p. 22).

²⁴ Foto em anexo (enchente na cidade de São Paulo).

Merece mencionar que, em 1996, foi elaborado um importante instrumento para análise da exclusão/inclusão denominado *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo* por pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social (Nepsas) - PUC-SP, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis) sob a coordenação de Aldáiza Sposati, docente da PUC-SP e coordenadora do Nepsas-PUC-SP. A segunda versão deste instrumento de pesquisa intitula-se *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo/2000: dinâmica social dos anos 90*.

Refere-se a uma metodologia de análise geoespacial de dados e produção de índices intra-urbanos sobre a exclusão/inclusão social e a discrepância territorial da qualidade de vida.

Os pesquisadores definiram variáveis, dimensionaram-nas territorialmente em números absolutos e relativos, estabeleceram a escala de distância entre a pior e a melhor posição de cada variável no território, construíram o índice de exclusão/inclusão (IEX) de cada variável em cada parcela de território, processaram a análise cartográfica dos resultados e a análise espacial dos resultados, enfim, criaram uma metodologia que permite conhecer o lugar dos dados (sua posição geográfica no território).

Selma Amaral Silveira faz uma análise interessante a partir de dados do Mapa, associando os maiores índices de longevidade a bairros com menores índices de exclusão social e vice-versa, em sua tese de doutorado: *Resignificando a velhice com autonomia. Um desafio para a família, o Estado, a sociedade e um prazer para os idosos*, defendida no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP, em 2001.

A Prefeitura do Município de São Paulo possui e divulga informações sobre diversas áreas: finanças, demografia, rede de saneamento, entre outras e que estão contidas em um documento denominado *Município em Dados*.²⁵ Trata-se de extensa compilação de indicadores sobre o Município de São Paulo, elaborada a partir de

²⁵ O documento completo está disponível no *website* da Prefeitura do Município de São Paulo www.prefeitura.sp.gov.br.

informações contidas no banco de dados da Secretaria Municipal de Planejamento, do IBGE, do Ministério do Trabalho e da Fundação Seade.

Em razão da grande quantidade de informações contidas nesse documento, apenas serão mencionadas algumas, com o propósito de revelar um pouco da realidade em que vivem os moradores da cidade.

A população apresenta algumas especificidades em termos demográficos, dentre as quais merecem destaque questões de gênero e idade.

A população de São Paulo vem sofrendo um processo de “feminização”, em razão da crescente predominância de mulheres. Dados do censo de 1980 indicavam uma proporção de 96 homens para cada 100 mulheres residentes no município. Estima-se que atualmente esteja em torno de 90 para 100, ou seja, existem 9 homens para cada 10 mulheres na cidade. Essa variação é mais significativa nas idades mais avançadas: a partir dos 60 anos, em razão da longevidade feminina, a proporção encontrada é de 6,8 homens para cada 10 mulheres.

Ao mesmo tempo, verifica-se um processo de envelhecimento da população, que se traduz na redução da participação de grupos etários mais jovens em relação aos demais. Em 1980, o grupo de 0 a 14 anos de idade representava 30% do total de residentes. Em 2000, essa participação caiu para 25%, tendência que deve se intensificar nas próximas décadas. Inversamente, a faixa etária de 60 anos e mais, que em 1980 representava 6% da população, teve sua participação aumentada para mais de 9% em 2000.

O índice de envelhecimento, que estabelece a proporção de idosos em relação ao total de crianças, mostra que em 1991 havia em média 18 idosos para cada grupo de 100 crianças no município de São Paulo, e em 2000, 25 para 100. Essa proporção sofre modificações em função do sexo e é sempre maior no caso das mulheres. Atribui-se o processo de envelhecimento, sobretudo, à queda de fecundidade e aos progressos da medicina preventiva e curativa e à expansão dos serviços de saúde, que elevaram a expectativa de vida da população.

Quanto à ocupação, os dados apontam para a predominância nos setores de comércio e serviços, ou seja, no terciário, enquanto a indústria emprega apenas cerca de 16% do total dos ocupados no município, apesar de representar um percentual bem maior em termos do valor de produção. A atividade primária é praticamente inexistente (0,01% do total) e se restringe a poucos estabelecimentos agrícolas e extrativos situados nos limites leste e sul da cidade.

No que se refere a finanças, a Prefeitura do Município de São Paulo apresenta dotação orçamentária muito superior em relação às outras unidades do mesmo gênero da federação e, segundo dados do Ministério da Fazenda (2003), sua receita *per capita* é a segunda maior entre os núcleos das principais Regiões Metropolitanas do país, perdendo apenas para Porto Alegre.

O processo de ocupação do município de São Paulo ocorreu a partir do adensamento da área central, avançando em direção a áreas mais periféricas. Somado à falta de políticas públicas e financiamentos imobiliários, o crescimento urbano se deu, em grande parte, em regiões da cidade menos privilegiadas sob o ponto de vista da renda e da oferta de equipamentos públicos.

O município de São Paulo concentra 94,7% dos seus domicílios em área urbana e os restantes 5,3%, em área rural, na periferia da cidade. Predominam os domicílios de 1 e 2 dormitórios e o coeficiente de 2 moradores por dormitório é o mais freqüentemente encontrado. A quantidade de pessoas por dormitório aumenta em direção à periferia.

Com relação às favelas, tendo em vista a diversidade de conceitos existentes, o documento se apoiou em dados provenientes do IBGE (Setores Subnormais) e da Secretaria da Habitação (Cadastro de Favelas).

Em todas as subprefeituras, com exceção de Parelheiros, verifica-se a presença de domicílios em setores subnormais e, de acordo com o Cadastro de Favelas da Secretaria da Habitação, para o ano de 2000, em números absolutos, as subprefeituras com maior número de favelas são M'Boi Mirim com 272, seguida de Campo Limpo com 237, Capela do Socorro com 221, Cidade Ademar com 198, regiões distantes do centro da cidade.

No tocante à infra-estrutura, quanto mais distante a região do centro, menor a disponibilidade de acesso aos serviços, agravando os problemas de atendimento à população, uma vez que o crescimento demográfico da cidade se concentrou justamente nas áreas periféricas.

De outro lado, a quase totalidade da população (98,6%) é servida pela rede de abastecimento de água e 87,2% das residências são ligadas à rede de esgotos. As subprefeituras de Parelheiros e Capela do Socorro, ambas na periferia sul, apresentam os índices de cobertura de esgoto mais baixos: 17,2% e 60%, seguidos de Perus na zona norte com 64%.

A rede elétrica atende a 99,99% dos domicílios e a de telefonia fixa é a que apresenta a menor cobertura: 67,2% do território municipal. Apesar da expansão da rede de telefonia fixa com a privatização da Telesp, 32,8% dos domicílios ainda não têm acesso à rede.

A coleta de lixo domiciliar é de praticamente 100% no Município de São Paulo. Parelheiros e Perus, ambos na periferia da cidade, apresentam o mais baixo atendimento, com 93,8% e 94,9%, respectivamente.

O abastecimento alimentar no município de São Paulo é complexo e diversificado. A comercialização dos gêneros alimentícios é feita em instalações de diferentes formas, tipos e tamanhos, em locais públicos ou privados, para atender a uma população bastante heterogênea.

No tocante à alfabetização, segundo o documento, em 2000, 95,41% da população residente no município de São Paulo, de 10 anos e mais de idade, era alfabetizada, taxa superior às do Estado de São Paulo (93,90%) e do Brasil (87,18%). As maiores taxas de alfabetização eram registradas nos distritos mais próximos do centro e as menores taxas encontravam-se nos distritos periféricos, nas zonas sul e leste. O contingente de analfabetos, em números absolutos, era de 400.366 pessoas.

A mesma tendência era observada com relação à escolaridade: a população residente nos distritos mais centrais permanecia ou havia permanecido por mais tempo na escola do que a dos distritos periféricos.

No município de São Paulo, as doenças do aparelho circulatório foram a principal causa de morte entre os residentes, no período de 2000 a 2005, atingindo mais de 30% da população, seguidas por tumores (câncer), com cerca de 17% a 19% de óbitos, além de causas externas, que vitimaram 14,43% dos residentes em 2000 e 10,64% em 2005, e doenças do aparelho respiratório, que apresentaram um aumento constante, passando de 10,39% para 12,22%.

Entre as causas externas, que são causas de morte não-naturais, os grupos de óbitos mais importantes foram acidentes de trânsito, homicídios e suicídios. Os homicídios registraram os maiores percentuais, porém, desde 2002, vem ocorrendo uma redução significativa neste percentual.

Enquanto a taxa de mortalidade geral por mil habitantes manteve praticamente o mesmo índice em 1980 (6,78) e em 2005 (6,00), a taxa de mortalidade infantil apresentou uma tendência constante de queda. Em 1980, alcançou o índice de 50,62 por mil nascidos vivos, contra apenas 12,90 em 2005.

A análise dos recursos físicos mostra que o município registrou uma queda na oferta de leitos, por mil habitantes, passando de 35.500 leitos, em 2000, para 30.475 leitos, em 2005. A rede privada conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS) é a que responde pela maior disponibilidade de leitos.

O congestionamento do trânsito é também um desafio a ser vencido pela cidade. Conforme afirma o documento, ele representa um custo adicional para o transporte de produtos e insumos que onera diretamente a produção, assim como aumenta os custos dos deslocamentos para toda a população e provoca ainda uma queda na qualidade de vida.

Os problemas no setor de transportes são muitos e se agravam pelo porte do sistema. Exemplificando, em 2004, na cidade de São Paulo, foram registrados 146.246 acidentes de trânsito com 37.926 vítimas.

Porém, apesar dos aspectos positivos apontados no documento *Município em Dados*, como extensa rede de saneamento básico e dotação orçamentária superior a qualquer outra unidade do mesmo gênero da federação, entre outros, São Paulo, como as demais cidades brasileiras, é marcada pela exclusão social da maioria de seus habitantes.

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) é responsável pela formulação, adoção e acompanhamento dos programas, projetos e equipamentos que compõem a rede de proteção social do município, que são geridos diretamente pela administração municipal ou através de parcerias com entidades sociais.

Os Núcleos Sócio-Educativos (NSE) formam a mais numerosa rede de equipamentos de assistência social no município de São Paulo – eram 390 unidades em 2005 e ofereciam um total de 51.306 vagas para atendimento de crianças, adolescentes e jovens com idade entre 6 e 24 anos incompletos. Essas vagas são oferecidas por meio de convênios entre a Prefeitura e entidades sociais mantenedoras dos equipamentos, que podem atender um ou mais segmentos etários compreendidos entre aquelas duas idades-limite.

Há ainda os NSE/Ação Jovem – 78 equipamentos no município em 2005, com 4.200 vagas – voltados ao atendimento de jovens de 15 a 18 anos, com concessão de bolsa vinculada à matrícula em escola pública (programa anteriormente denominado Agente Jovem) e que também compõem a rede municipal de proteção social básica.

Segundo o documento *Município em Dados*, de modo geral, a rede de proteção social está bem distribuída no município, com maior oferta de vagas nas áreas mais carentes, seja na periferia, seja na região central da cidade. Entretanto, ressalta que a cobertura da demanda mostra-se num patamar inferior às reais necessidades dos segmentos sociais de baixa renda, especialmente nos distritos periféricos do extremo sul e extremo norte do município.

O referido documento não faz menção de programas da Prefeitura do Município de São Paulo voltados para o segmento idoso, embora o poder público

municipal venha desenvolvendo ações específicas para esse público nas áreas da assistência social, cultura, esporte, educação, saúde e transporte, como se pode ver a seguir.²⁶

A Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), constituiu, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)²⁷, uma rede de proteção social aos idosos: proteção básica e proteção especial.

De acordo com o artigo I, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS):²⁸

“a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Diz que deve ser assegurado ao usuário da assistência social: sobrevivência (de rendimento e de autonomia), acolhida, convívio ou vivência familiar”.

A política de proteção social requer articulação com outras políticas no sentido de garantir direitos e melhores condições de vida aos cidadãos.

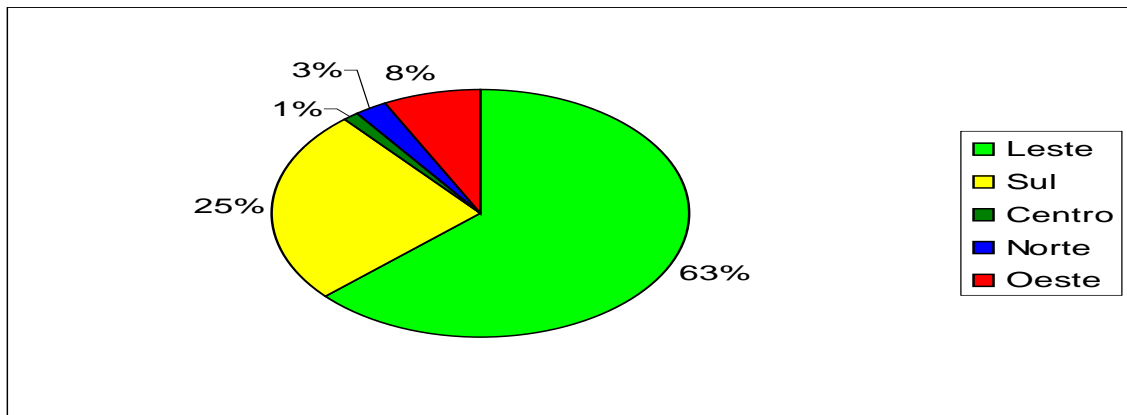
Fazem parte da rede de proteção básica da PMSP, da SMADS, conforme dados oficiais, divulgados pela *Cartilha do Idoso, Mitos e Verdades sobre a Velhice*: Núcleos de Convivência de Idosos (NCIs), Centro de Referência da Cidadania do Idoso (Creci), Centros de Convivência Intergeracional, Benefício de Prestação Continuada (BPC), e Programa Ação Família – viver em comunidade.

Núcleos de Convivência para Idosos (NCIs) são espaços de estar e de convívio, onde são disponibilizadas atividades socioeducativas, esportivas, recreativas e de prevenção ao isolamento. Existem 86 NCIs, nos quais são atendidos 7 mil idosos por mês.

²⁶ Lei nº 13.834, de 27 de maio de 2004. Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso de São Paulo.

²⁷ Conselho Nacional de Assistência social. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, 28 Out. 2004. Texto disponível na Internet: <http://www.mds.gov.br/conselhos>. Acesso em: 18 de maio de 2006.

Os NCIs são criados pela SMADS, a partir do interesse e da solicitação dos idosos. Por essa razão, há maior concentração desses equipamentos em regiões em que os idosos estão organizados em Fóruns e seus moradores vêm participando, ao longo das últimas décadas, de lutas por melhoria em seus bairros, conforme mostra o gráfico a seguir.



O NCI recebe da PMSP: lanches, pessoal operacional e administrativo, oficinairos (instrutores de oficinas) para realização de atividades como: teatro, coral, artesanato, dança, entre outras.

A instalação de um Centro de Referência da Cidadania do Idoso (Creci) era um desejo antigo dos idosos, conforme consta dos registros dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCI) e do Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI).

O Creci foi inaugurado em 2004. É um espaço de convivência, de lazer, de aprimoramento de conteúdos culturais e de atividades físicas. Fica no vale do Anhangabaú, embaixo do viaduto do Chá, região central da cidade. Esse local é bastante conhecido dos paulistas, pois ali funcionou, durante muitos anos, um restaurante administrado pela Liga das Senhoras Católicas, que oferecia refeições a preços módicos.

²⁸ Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Texto disponível na internet: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm. Acesso em: 18 de maio de 2006.

O Centro ocupa um espaço de 1.700 m², possui um telecentro onde os idosos recebem aulas de informática e o público em geral pode acessar gratuitamente a internet. Há diferentes espaços: uma pequena biblioteca, locais para descanso com poltronas, uma lanchonete e um amplo salão, no qual são realizadas diversas atividades gratuitas, como aulas de samba, forró e outros ritmos brasileiros.

O Creci promove oficinas de memórias, palestras e tem realizado eventos de época, como carnaval e festa junina, aos quais comparece um grande número de idosos.

Centros de Convivência Intergeracional (CCIs) são espaços de convívio e relacionamento de pessoas de diferentes faixas etárias. Há 18 deles na cidade de São Paulo e, como os NCIs, estão localizados em regiões distantes do Centro e são criados com base no interesse e na mobilização dos FRCIs e do IFCI. Nesses locais, são promovidas atividades socioeducativas, como oficinas de dança e teatro, entre outras.

Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício assistencial, não contributivo, portanto, em conformidade com o espírito da Política de Assistência Social, destinada a cidadãos que dela necessitam, sem que, para isso, tenham efetuado qualquer contribuição.

O BPC é um direito constitucional, regulamentado pela Lei Federal nº 8.742 de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)²⁹ – e não se configura como aposentadoria ou pensão. Sua concessão está sujeita à revisão a cada dois anos, quando se avalia se permanecerão ou não as condições que lhe deram origem.

O BPC é operacionalizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pago pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) com recursos transferidos do Fundo Nacional de Assistência Social. Têm direito a receber o benefício, no valor equivalente a um salário mínimo, pessoas com deficiências e com 65 anos ou mais de idade, com renda familiar *per capita* inferior a um ¼ do

²⁹ Com o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, aprovado em 1º de outubro de 2001, idosos, a partir de 65 anos de idade (não de 67), passaram a ter direito a receber o benefício. O BPC poderá ser concedido a qualquer integrante da família e não será computado para fins de cálculo da renda familiar definidora da linha de pobreza, estabelecida para o acesso ao BPC.

salário mínimo e que não tenham condições de prover sua subsistência ou tê-la provida por seus familiares.

Na cidade de São Paulo, conforme dados divulgados pela PMSP, na *Cartilha do Idoso, Mitos e Verdades sobre a Velhice* há 112.315 (cento e doze mil trezentos e quinze) beneficiários, sendo 70.893 (setenta mil oitocentos e noventa e três) idosos e 41.422 (quarenta e um mil quatrocentos e vinte e duas) pessoas com deficiência.

Apesar dos critérios estabelecidos para o recebimento do BPC, pesquisas revelam que tem sido um importante componente no processo de inclusão do segmento idoso, notadamente, em tempos globalizados, quando há um grande número de pessoas desempregadas.

As famílias que recebem o BPC participam do programa e são acompanhadas com o propósito de fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Por último, integra a Rede de Proteção Social Básica da SMADS o Programa Ação Família – viver em comunidade. O programa foi posto em prática, inicialmente, em distritos com maior concentração de famílias sem ou com pouco acesso aos serviços públicos.

As famílias usuárias do Programa, além de receberem a visita domiciliar do Agente de Proteção Social, participam de palestras, cursos, oficinas voltadas para a reflexão de temas relacionados à vida familiar, à comunidade e informações sobre direitos. As famílias participantes do programa devem matricular e garantir a permanência de seus filhos na escola, manter a carteira de vacinação em dia e não podem ter filhos menores de 16 anos trabalhando no mercado formal ou informal, salvo na condição de aprendizes, a partir dos 14 anos.

A Rede de Proteção Social Especial destina-se ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, em decorrência de maus tratos físicos e/ou psíquicos, uso de substâncias psicoativas e abuso sexual, pessoas que não contam mais com a proteção e o cuidado de seus familiares, que estão em situação de rua, etc.

Fazem parte dos programas e serviços da Rede de Proteção Especial da SMADS: abrigo, albergue, moradia provisória e apoio socioalimentar.

Na cidade de São Paulo, há dois abrigos destinados ao atendimento integral a idosos independentes e 26 albergues, totalizando 701 (setecentas e uma) vagas. Há também duas unidades de moradias provisórias destinadas a idosos independentes, socialmente ativos e que têm condições de gerenciar essas residências, totalizando 24 vagas.

Além dos programas e serviços prestados pela SMADS, a PMSP desenvolve outras atividades voltadas para o segmento idoso em suas secretarias municipais, em seus equipamentos.

Nas bibliotecas municipais são realizadas rodas de poesias, oficinas de história de vida onde são articuladas a memória individual e a coletiva, oficinas de leitura e escrita de textos literários, entre outras.

A subprefeitura da Sé mantém, desde o ano 2000, um espaço voltado para o público com idade igual ou superior a cinquenta anos, denominado Pólo Cultural, onde são realizadas atividades de formação educacional, cultural e de convívio. Há diversas atividades gratuitas, como: artesanato, tricô, crochê, bordado, dança, alfabetização de adultos, pintura em tela, violão, ginástica, alongamento, entre outras. Há também uma banda musical com a participação de idosos. Várias atividades desenvolvidas no Pólo são ministradas por moradores da região, voluntariamente, em geral, aposentados que lecionam línguas estrangeiras, violão, etc.

Já a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação promove programas específicos para idosos em seus clubes, como: caminhada orientada, ginástica, hidrogenástica e natação.

A Secretaria Municipal de Educação oferece cursos de alfabetização para jovens, adultos e idosos que não cumpriram a escolarização formal.

A Secretaria Municipal de Transportes, por sua vez, instalou, na administração da prefeita Marta Suplicy³⁰, um sistema de catracas nos ônibus, uma antiga reivindicação dos idosos que se sentiam constrangidos por ocupar apenas a parte da frente dos ônibus.

Entre os vários programas voltados para o segmento do idoso existentes na Secretaria Municipal de Saúde, destacamos o dos Anjos Urbanos – Acompanhantes Comunitários, desenvolvido pela Unidade de Referência de Saúde, região Sé, por meio do Núcleo do Idoso.³¹

O projeto nasceu após um estudo realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, em 2004, sobre o perfil das pessoas com perdas funcionais e dependência para atividades da vida diária, na população que apontou um grande número de idosos com incapacidade e dependência. O estudo revelou que muitos não realizavam nenhuma das atividades da vida diária, sem a ajuda de terceiros.

As doenças do aparelho circulatório nos idosos apareceram como a principal causa de incapacidade, seguidas de doenças do sistema nervoso, endócrinas, nutricionais, metabólicas e de acidentes ocorridos por quedas.

O projeto Anjos Urbanos - Acompanhantes Comunitários foi criado com o propósito de oferecer cuidados aos idosos e suporte teórico aos cuidadores, a partir da perspectiva da promoção da autonomia e da integração social.

Foram escolhidas as regiões da Sé e de Santana para a execução do projeto por terem maior número de demandas emergentes.

Celina Rangel, coordenadora desse projeto, pontua que a Secretaria Municipal da Saúde vinha recebendo uma demanda, principalmente do Ministério Público, de pessoas com transtornos mentais, a maioria idosos, pessoas em grave

³⁰ Marta Suplicy foi prefeita do município de São Paulo, no período de 2001-2004.

³¹ O Núcleo é coordenado pela socióloga Celina Rangel, importante colaboradora do movimento de idosos. Diversas vezes, tivemos a oportunidade de ouvi-la conversar com idosos que freqüentam o Fórum Regional do Cidadão Idoso da região central sobre as ações empreendidas pela URSI-Sé e sobre a importância da atuação do Estado em relação à população idosa, sobretudo, a mais empobrecida.

situação de isolamento social, e com vários prejuízos na condição de vida. Por esta razão, o projeto passou a atender também a esse público.

Segundo Celina Rangel, aspectos afetivos, sociais, relacionais e culturais foram levados em consideração na elaboração e na execução do Projeto e os usuários foram ouvidos e compreendidos, reconhecidos em sua integralidade e singularidade.

Em síntese, embora a Prefeitura do Município de São Paulo venha desenvolvendo ações inovadoras voltadas para o segmento idoso, essas iniciativas são recentes e ainda não se constituíram em uma política pública com cobertura e abrangência para atender o segmento. Assim sendo, há muito a ser feito para amenizar a dura realidade em que vivem os moradores idosos da cidade de São Paulo.

2. Antecedentes do surgimento dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e do Interfórum do Cidadão Idoso na cidade de São Paulo

Na década de 1990, a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) realizou os primeiros levantamentos em diversas regiões com o propósito de traçar um perfil dos grupos de idosos existentes na cidade. Iniciava-se, assim, uma primeira aproximação da PMSP e o segmento idoso, que se estende até hoje e que assinala uma preocupação do poder público municipal em cumprir as determinações da política nacional do idoso.³²

Em 1995 foi criado o Programa de Atendimento à Terceira Idade (Pati), por meio do Decreto Municipal nº 35.177. Marli Galina³³ (1998), afirma que a PMSP criou o Pati com o propósito de promover, nos grupos de idosos conveniados, atividades esportivas, culturais, de lazer, artesanato, entre outras, além de informar

³² A política nacional do idoso, Lei Federal nº 8.842, foi publicada em 1994 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 1.948, em 1996.

³³ GALINA, *Construindo competências, compartilhando saberes*, p. 09.

aos idosos sobre direitos nas áreas da previdência, saúde, assistência social e serviços públicos municipais voltados para essa faixa etária da população.

O poder público municipal, através do Pati, destacava a importância da participação dos idosos em organizações, movimentos que reivindicassem seus direitos, enquanto cidadãos.³⁴ E o primeiro Fórum Regional de Cidadão Idoso (FRCI) na cidade de São Paulo surge no mesmo ano de criação do referido programa, isto é, 1995.

O primeiro FRCI foi criado por Maria Alice Nelli Machado, assistente social, mestre em Gerontologia pela PUC-SP e Elzie Mariano, dona de casa, idosa, com pouca escolaridade, que iniciou sua participação aos 63 anos de idade, após ler um cartaz afixado em uma drogaria, próxima a sua residência, convidando moradores de sua região para freqüentar reuniões promovidas por um grupo de idosos. Elzie Mariano foi presidente do Conselho Municipal de Idosos da cidade de São Paulo. Essas senhoras também estimularam a criação de vários FRCIs na cidade.

Segundo Elzie Mariano, o primeiro FRCI foi criado no final de 1995, embora muitos idosos afirmem ter sido em 1996. Ela atribui esse equívoco ao fato de a primeira reunião ter acontecido no dia 5 de fevereiro de 1996. O Interfórum do Cidadão Idoso³⁵ (IFCI), instância responsável por fazer a articulação entre os FRCIs, foi criado bem próximo ao primeiro FRCI, mas ela não sabe precisar em que dia e mês.

A mobilização dos idosos em grupos e a assessoria de técnicos da PMSP nesses espaços foram fundamentais para o surgimento de FRCIs e do Interfórum do Cidadão Idoso na cidade de São Paulo.

³⁴ Nesta ocasião, já havia se instituído o Conselho Municipal do Idoso na cidade de São Paulo, pela Lei Municipal nº 11.242, em 1992. O Conselho é denominado de Grande Conselho Municipal do Idoso porque as pessoas que participaram de sua formação desejavam que ele representasse os idosos residentes não apenas na capital, mas também nos municípios que integram a grande São Paulo. Isso não aconteceu e, hoje, muitos municípios da região metropolitana têm conselhos de idosos.

³⁵ O Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) denominava-se, inicialmente - Forão - e teve o seu nome modificado após sugestão feita da sra. Ângela Maria De Marco, ex-presidente do Conselho Estadual do Idoso de São Paulo. Ela acreditava que o prefixo inter assinalaria de modo mais preciso o trabalho a ser realizado, ou seja, reflexão e ação entre os Fóruns. O IFCI foi criado pelas senhoras que criaram o primeiro FRCI .

Esses profissionais organizaram vários encontros entre os grupos de idosos, com o propósito de estimular a troca de experiências entre eles e informá-los a respeito de seus direitos, sobre a Política Nacional do Idoso e a respeito de serviços disponíveis na rede pública municipal, específicos para essa faixa etária.

Em 1997, diversos técnicos vinculados a diversas Secretarias Municipais, entre elas, da Saúde e da Assistência Social, passaram a participar dos encontros, acima mencionados. Ampliaram as discussões nos grupos de idosos, por meio do aprofundamento de reflexões sobre direitos constituídos em leis e da realidade em que se inseria o segmento do idoso. Estimularam a criação de Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCIs) nas regiões próximas aos seus locais de trabalho.

Segundo Elzie Mariano, na década de 1990, os grupos de idosos eram chamados de grupos de terceira idade ou da melhor idade³⁶ e, após o surgimento dos FRCIs, estas expressões foram sendo substituídas por cidadão idoso.

A preocupação central dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCIs) e do Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) está voltada para o atendimento de necessidades básicas: moradia, educação, transporte, entre outras. Portanto, o exercício da cidadania justifica a substituição das expressões “terceira idade” ou “melhor idade” por cidadão idoso.

3. Organização e expansão dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e do Interfórum do Cidadão Idoso

A organização dos FRCIs e do IFCI é constituída por comissão de planejamento e assembleias mensais.

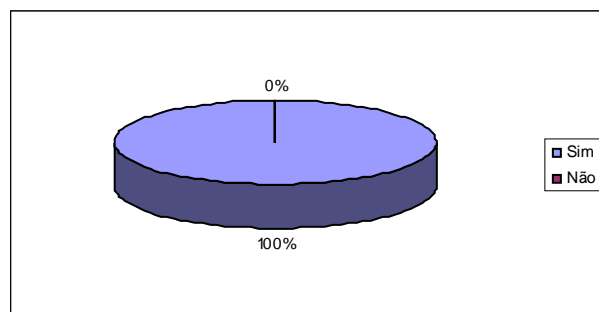
A comissão de planejamento é composta por idosos que freqüentam os FRCIs e o IFCI e tem entre os seus objetivos: preparar as assembleias mensais, soberanas nas decisões.³⁷

³⁶ Folheto de divulgação de evento utilizando expressão “melhor idade” em anexo.

Os membros da comissão de planejamento não são escolhidos por seus companheiros; geralmente, participam aqueles que têm maior envolvimento com a questão dos idosos. Há pouca rotatividade entre seus membros, embora a comissão desenvolva um trabalho junto aos FRCIs e ao IFCI, no sentido de estimular a participação de novos integrantes.

Os coordenadores dos FRCIs e do IFCI têm uma vida ativa, relacionam-se com familiares, amigos e freqüentam outros espaços de participação, especialmente, grupos de idosos, denominados de “terceira idade”³⁸, conforme mostram os gráficos abaixo, constituídos a partir de respostas obtidas em duas perguntas. Na primeira, foi perguntado se o idoso recebe ou faz visitas a familiares e amigos.

Sim	100%
Não	0%

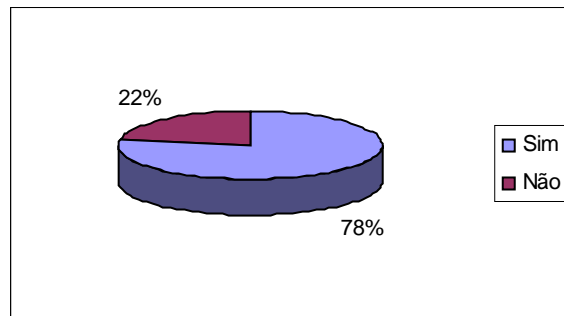


³⁷ Em alguns FRCIs, a comissão de planejamento decide a pauta das assembléias gerais; em outros e no Interfórum do Cidadão Idoso a pauta é definida durante a realização da assembléia.

³⁸ O termo “terceira idade” surgiu na França no final da década de 1960, e hoje faz parte do vocabulário de vários países, inclusive do Brasil. Pierre Vellas, professor da Universidade de Toulouse, na França, mundializou essa expressão ao criar a primeira Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), em 1973. Vellas afirma que a criou porque desejava aproveitar os recursos próprios das universidades: humanos, equipamentos e serviços em favor dos idosos e por acreditar que as pessoas idosas, na nossa sociedade, podem representar recursos humanos, sociais e econômicos. Segundo Vellas, após quatro anos da criação da primeira UATI *“já existiam 60 universidades na Europa Ocidental, nos países de Leste”* (As Universidades para terceira idade seus fins. In: HERBERTO, Manuel de Miranda. *Memórias do Primeiro Seminário Internacional sobre Objetivos da UITI*, p. 130).

Na segunda, se além dos FRCIs e do IFCI ele também participa de atividades em grupos de idosos.

Sim	78%
Não	22%



Muitos idosos participam também dos Jogos Regionais para Idosos (Jori)³⁹, nos quais são disputadas diversas modalidades: natação, vôlei, bocha, corrida, danças, jogos de mesa como baralho e dominó, entre outras.

Somado a isso, os idosos vêm assumindo uma série de responsabilidades em suas famílias, como cuidar de netos, entre outras⁴⁰; portanto, eles têm uma agenda sobrecarregada e resta pouco tempo para participarem da comissão de planejamento.

A assembléia mensal é presidida por um idoso que propõe a pauta e, logo a seguir, abre espaço para informes e dá voz aos presentes. Normalmente, são feitas denúncias de violações de direitos dos idosos, experiências são compartilhadas e, no encerramento, são feitos os encaminhamentos necessários.

³⁹ Os Joris foram inicialmente realizados, no âmbito do Estado, pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. Na administração José Serra (2005-2008), passaram a ser realizados pela Prefeitura do Município de São Paulo. Milhares de idosos, na capital e interior do Estado, participam dos Joris.

⁴⁰ Vivian Lemos investigou essa questão. Elaborou uma análise socioeconômica, contemplando os aspectos financeiros e os impactos sociais produzidos no universo pesquisado: idosos que prestam serviços voluntários, no âmbito domiciliar (*Com trabalho e sem salário*).

Os trabalhos desenvolvidos pela comissão de planejamento e assembléia mensal contam com a supervisão técnica de um profissional da Prefeitura do Município de São Paulo, em geral com formação universitária: assistentes sociais, psicólogos, profissionais de educação física, entre outros.

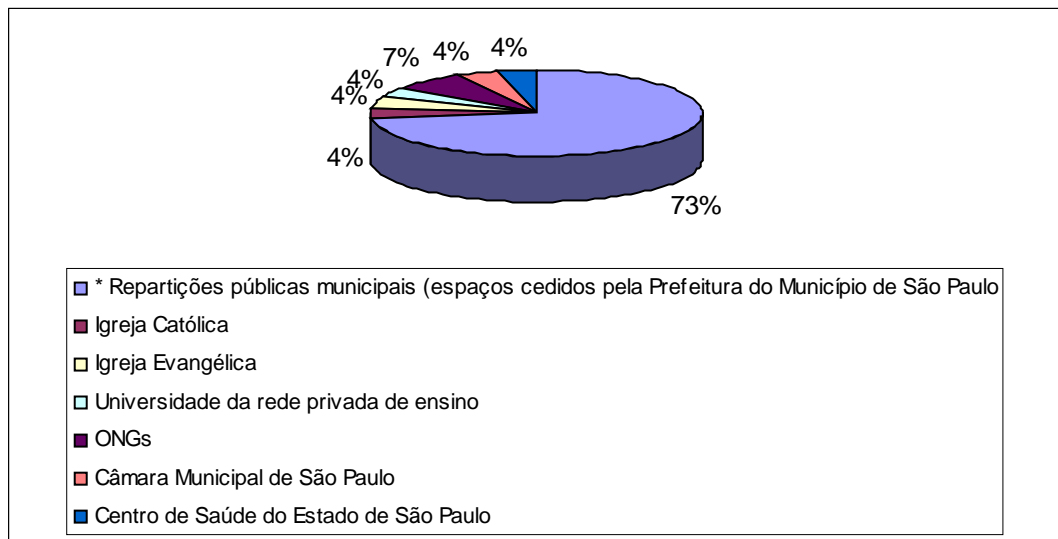
Além da comissão de planejamento, os FRCI e o IFCI organizam comissões para diferentes fins. Exemplificando, o FRCI Tatuapé, na região leste, tem várias comissões. Os integrantes da comissão Recepção e Cadastro são responsáveis pelo acompanhamento da frequência dos participantes do FRCI e, quando observam que uma pessoa está faltando às reuniões, procuram descobrir o motivo do seu afastamento, tendo em vista o seu retorno. Respondem também pelo acolhimento dos novos participantes, recebem-nos de forma calorosa, abrem espaço na pauta da assembléia para que possam falar sobre as razões que os estimularam a procurar o FRCI.

A comissão de eventos é bastante comum nos FRCIs. É constituída nos momentos que antecedem a realização de algum encontro festivo e se desfaz após a realização do mesmo. Com frequência, seus integrantes são convidados a participar da organização dos próximos eventos, em razão da experiência que adquirem neste trabalho.

Os FRCIs, com frequência, realizam bailes para comemorar a data de sua fundação. Empenham-se para o sucesso desses eventos, vendendo ingressos a preços reduzidos e convidam idosos de diversas regiões da cidade de São Paulo, políticos e representantes do Poder Executivo. Geralmente, a esses bailes comparece expressivo público. A PMSP, algumas vezes, contrata uma apresentação musical: cantores sertanejos, uma banda musical, etc.

Os FRCIs e o IFCI não têm sede própria e, por esta razão, vêm realizando suas assembléias em espaços cedidos por ONGs, Prefeitura do Município de São Paulo, universidades, OAB-SP, Conselho Estadual de Idosos de São Paulo, entre outros. No ano de 2005, elas foram realizadas nos seguintes locais:

FRCI	
⁴¹ Espaços cedidos pela PMSP	73%
Igreja Católica	4%
Igreja Evangélica	4%
Universidade da rede privada de ensino	4%
ONG	7%
Câmara Municipal de São Paulo	4%
Centro de Saúde do Estado de São Paulo	4%



No primeiro semestre de 2005, o IFCI realizou suas assembléias mensais no Centro de Referência da Cidadania do Idoso (Creci) e no segundo semestre na Câmara Municipal de São Paulo, em razão de obras no Creci.⁴²

Os FRCIs e o IFCI têm a mesma dinâmica interna de funcionamento, com exceção do FRCI de Campo Limpo, na região sul da cidade.

No FRCI Campo Limpo, na Comissão de Planejamento, são discutidas questões de interesse do segmento idoso e seus coordenadores as transmitem aos idosos que participam apenas dos grupos. O momento da assembléia é reservado

⁴¹ Normalmente, as assembléias são realizadas nos auditórios das subprefeituras do Município de São Paulo. O FRCI Butantã realiza suas atividades no parque municipal Luís Carlos Prestes. As reuniões da comissão de planejamento acontecem em espaços cedidos por instituições, geralmente, nos mesmos locais em que são realizadas as assembléias.

⁴² O Creci é um equipamento da PMSP destinado à convivência, ao lazer e ao aprimoramento cultural de idosos. Quando o Creci esteve em reforma, várias reuniões da Comissão de Planejamento do IFCI foram realizadas na Associação dos Bancários Aposentados do Estado de São Paulo (ABAESP).

para palestras com especialistas sobre temas como sexualidade, cidadania, etc. A assembléia é um momento para reencontrar amigos e aprender algo.

Vale destacar que a dinâmica de funcionamento dos FRCIs é influenciada pelo lugar em que o Fórum está inserido. Conforme afirma a coordenadora do FRCI de São Mateus, bairro localizado na região leste, que tem uma história de participação:

“O povo da periferia é muito diferente da classe média que vive lá em Pinheiros. Aqui em São Mateus tem muita gente disposta a fazer, a participar. Também a gente mora num bairro que foi tudo construído em mutirão. A população está acostumada a se reunir. Quando eu digo que preciso de gente para ir em tal lugar, para formar uma comissão, as próprias idosas se oferecem”.

Participam dos FRCIs, idosos que são coordenadores de grupos de idosos, lideranças idosas em suas regiões e funcionários da Prefeitura do Município de São Paulo que os assessoram.⁴³ Entretanto, o FRCI Centro é freqüentado por muitos idosos que vivem em situação de rua e são membros do Grupo de Articulação de Moradia para Idoso da Capital (Garmic).

O Garmic foi criado em 1999, por iniciativa de um grupo de idosos que vivia em situação de rua e contou com o apoio de profissionais envolvidos com a questão da velhice.⁴⁴ Tem cumprido um importante papel ao colocar na agenda pública a complexa situação em que vivem muitos idosos na cidade de São Paulo.

Para se cadastrar no Garmic, o idoso deve atender aos seguintes requisitos: ter renda mensal de até dois salários mínimos, não ter moradia própria e comprometer-se a participar das reuniões promovidas pelo Grupo.⁴⁵

⁴³ Participam do IFCI coordenadores de FRCIs e um funcionário da PMSP, que responde pela assessoria técnica.

⁴⁴ A maioria desses profissionais era de assistentes sociais e funcionários da Prefeitura do Município de São Paulo.

⁴⁵ O critério da participação é fundamental para que o idoso consiga uma moradia. Segundo sra. Olga Quiroga, o número de idosos que procuram o Garmic vem aumentando a cada dia. Atualmente há 750 idosos inscritos, todos esperando ingressar em algum programa de habitação do poder público.

O Garmic vem inovando em suas ações, por exemplo, ao propor a locação social, por meio da qual idosos alugam imóveis do poder público e, após o seu falecimento, este imóvel é cedido para outro idoso.

Comparecem às assembléias mensais dos FRCIs: idosos, coordenadores de grupos de idosos; lideranças idosas que prestam serviço em suas regiões junto a esse segmento; funcionário da PMSP que presta assessoria técnica nos FRCIs; estudantes e docentes universitários interessados em conhecer o trabalho desenvolvido pelos FRCIs e pelo IFCI, entre outros. E nas assembléias mensais realizadas pelo IFCI: coordenadores de FRCIs, funcionário da PMSP que as assessora, estudantes e profissionais interessados na questão do envelhecimento.

No período delimitado desta investigação (1995-2005), os FRCIs e o IFCI promoveram, junto com ONGs, universidades e Prefeitura do Município de São Paulo, vários encontros, nos quais foram discutidas questões de cidadania, políticas sociais e legislação específica para essa faixa etária.

Em 1998, após três anos da instalação do primeiro FRCI, nas regiões norte, sul, leste, oeste e central da cidade, já existiam onze FRCIs e já havia sido implantado o Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI), instância responsável por fazer a articulação entre os Fóruns, conforme mostra o quadro a seguir.⁴⁶

⁴⁶ Não há documentos com registro da criação dos FRCIs e do IFCI; embora várias pessoas que foram consultadas tenham participado deste ato, elas divergem quanto ao mês e ao dia da criação dos mesmos.

ANO	Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCIs) e Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI)
1995	3 FRCIs: Vila Mariana; Santo Amaro/Capela do Socorro; Ipiranga e o Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI)
1996	2 FRCIs: Tatuapé e Campo Limpo
1997	1 FRCI: Centro
1998	5 FRCIs: Pinheiros; Vila Prudente; Santana; Lapa e Butantã
1999	1 FRCI: Freguesia do Ó/Casa Verde/Brasilândia/Cachoeirinha
2001	1 FRCI: Penha
2002	1 FRCI: São Miguel
2003	2 FRCIs: São Mateus e Pirituba
2004	1 FRCI: Ermelino Matarazzo
2005	2 FRCIs: Vila Maria/Vila Guilherme e Itaquera

Em algumas regiões, é possível observar que houve uma expansão significativa dos FRCIs e do IFCI, conforme mostra a tabela acima. Exemplificando, na região leste, o FRCI Tatuapé iniciou suas atividades em agosto de 1996, com apenas quatro grupos de idosos, e em setembro de 2005 estavam cadastrados 150 grupos, com abrangência de aproximadamente 15 mil pessoas.

O FRCI Tatuapé funciona como coordenador geral na região leste. A partir dele surgiram sete FRCIs distribuídos nas microrregiões da região leste: Tatuapé, Vila Prudente, São Miguel, São Mateus, Penha, Ermelino Matarazzo e Itaquera. Cada FRCI realiza parcerias em suas regiões, para execução de seus trabalhos e, uma vez por mês, os sete FRCIs se reúnem em um espaço cedido pela Universidade da Cidade de São Paulo (Unicid), no bairro do Tatuapé, para estreitar laços, firmar compromissos e trilhar ações comuns. No período de 1995-2005 foram desativados dois FRCIs: Vila Mariana e Lapa.

“Ouça um bom conselho. Eu lhe dou de graça. Inútil dormir que a dor não passa. Espere sentado ou você se cansa. Está provado quem espera nunca alcança.

Venha, meu amigo. Deixa esse regaço. Brinque com meu fogo. Venha se queimar. Faça como eu faço. Aja duas vezes, antes de pensar. Corro atrás do tempo. Vim de não sei onde. Devagar é que não se vai longe (...).”

Chico Buarque, na canção “Bom Conselho”

II. BASES CONCEITUAIS PRESENTES NA TRAJETÓRIA DOS FÓRUNS REGIONAIS DE CIDADÃOS IDOSOS (FRCIS) E DO INTERFÓRUM DO CIDADÃO IDOSO (IFCI)

As bases conceituais dos FRCIs e do IFCI constituem uma constelação temática que inclui: envelhecimento, participação social e cidadania, devendo, portanto, serem compreendidas de forma inter-relacional e contextualizadas nas diferentes décadas: 1970, 1980, 1990 e começo dos anos 2000.

1. *Década de 1970 e começo dos anos 1980*: o ressurgimento da sociedade civil

Não é a função que se cumpre, mas a necessidade sentida que determina se alguém se reúne a um movimento ou não, e se o faz, a qual deles (HELLER, 1985, p. 217).

A sociedade civil brasileira teve sua atuação política cerceada durante o regime militar (1964-1985): direitos civis foram suspensos; lideranças políticas perseguidas⁴⁷ e intensificadas as ações repressivas contra organizações sociais, além de muitas outras medidas tomadas sem respeitar os princípios democráticos.

Nesse contexto político, era fundamental que a sociedade civil entrasse em cena para se opor ao inimigo comum, personificado na figura do Estado tirano. O sociólogo Weffort fala a esse respeito:

⁴⁷ Em 1995, a Lei Federal nº 9.140 (Lei dos Desaparecidos) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O governo reconheceu, como mortos, 136 desaparecidos políticos e a possibilidade de seus familiares entrarem com pedido de indenização. Em 1996, foi paga a primeira indenização a uma senhora com 90 anos de idade, mãe de um ativista político que desapareceu no Natal de 1973.

Nós queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente. Isso significa que, se não existisse, precisaríamos inventá-la. Se fosse pequena precisaríamos engrandecê-la (...) É evidente que, quando falo aqui de invenção ou de engrandecimento, não tomo estas palavras no sentido de propaganda artificiosa. Tomo-as como sinais de valores presentes na ação política, e que lhe conferiam sentido exatamente porque a ação pretendia torná-los uma realidade (...) Numa palavra, nós precisávamos constituir a sociedade civil porque queríamos a liberdade (WEFFORT, 1984, p. 93-95).

A oposição ao Estado autoritário contou com a participação de diversos setores sociais: universidades, igrejas, movimentos sociais, como diz Dagnino (2002): *“travou-se uma luta unificada contra o autoritarismo”*. Esse período de lutas contra o Estado autoritário foi tão significativo que é visto, por alguns estudiosos, segundo Dagnino: *“Como de fato a fundação efetiva da sociedade civil no Brasil, uma vez que sua existência anterior estaria profundamente marcada pela falta de autonomia em relação ao Estado”* (DAGNINO, 2002, p. 9).

No decorrer dos anos 1970, a sociedade civil ressurgiu e mostra grande capacidade de mobilizar-se, de articular-se com diversos setores. Multiplicam-se as lutas urbanas nas quais a população reivindicava melhorias de infra-estrutura em bairros periféricos, favelas, loteamentos irregulares, água, luz, creches, entre outras. Ao mesmo tempo, a sociedade civil cria formas para expressar o seu descontentamento com o regime militar, algumas vezes, de modo implícito, com receio da reação de integrantes do regime que reprimiam, com violência, qualquer tipo de manifestação contrária à ordem vigente.⁴⁸

Lutas sociais urbanas exprimiam novas contradições, não mais restritas à esfera produtiva e no confronto com o poder público, como diz Tótor: *“Os conflitos se politizaram, ameaçando a legitimidade do Estado, uma vez que colocavam em*

⁴⁸Alguns brasileiros arriscaram sua segurança pessoal ao denunciarem publicamente a violação de direitos humanos praticada por integrantes do regime militar, como a viúva do jornalista Herzog, a jornalista Clarice Herzog. Em 1976, ela entrou com uma ação solicitando que o poder judiciário modificasse a versão da morte de seu marido, de suicídio (conforme afirmavam membros do regime militar) para assassinato, dentro de uma repartição pública. Em 1978, a 7ª Vara da Justiça Federal de São Paulo proferiu uma sentença na qual declarava a União responsável pela morte de Herzog. Vale destacar que muitos brasileiros procuraram formas implícitas para manifestar seu descontentamento com o regime em vigor, muitos artistas, entre eles, Chico Buarque de Holanda que fez diversas canções com mensagens de “duplo sentido” e assim conseguiu “iludir” os censores, como *Cálice*, *Roda viva*, *Bom conselho*, entre outras.

questão a posição do Estado como representante da sociedade como um todo” (TÓTORA, 1998, p. 252).

A partir da segunda metade da década de 1970 e no decorrer dos anos 1980, muito se debateu no universo acadêmico sobre movimentos sociais.⁴⁹ Promoveram-se seminários, encontros com a presença de lideranças comunitárias, dissertações de mestrado e teses de doutorado foram elaboradas por pesquisadores que prestavam assessoria voluntária aos movimentos emergentes sociais.

Elaborou-se um novo modo de conceber a formação dos movimentos sociais, distinto dos movimentos tradicionais, cujas lutas gravitavam em torno do mundo da produção e da força de trabalho. As novas abordagens destacavam as experiências e as lutas empreendidas em diferentes lugares, na dimensão cotidiana, a partir das falas, das ações dos sujeitos.

Tótorá (1998) pontua que os movimentos sociais dos anos 1970, investigados pelo universo acadêmico, receberam “o estatuto de novo”⁵⁰ e os estudos, na sua maioria, enfocavam

A constituição das classes sociais a partir dos lugares, das suas falas e de suas ações. Tratava-se, portanto, de uma verdadeira ruptura com as concepções deterministas que deduziam a configuração dos sujeitos coletivos das estruturas dadas (TÓTORA, 1998, p. 262-263).

⁴⁹ Esta pesquisa apóia-se na concepção de movimentos sociais formulada pela profa. Maria Lúcia Carvalho da Silva. Segundo ela, os movimentos sociais referem-se “à *práxis dos homens na história*. Ou seja, compreende um agir através de um conjunto de procedimentos, e um pensar através de um conjunto de idéias que motivam ou fundamentam a ação individual e coletiva” (*Movimentos Sociais*, p. 33). Esclarece, ainda, que a expressão “movimentos sociais” surgiu com Lorenz Von Stein, por volta de 1840, na Alemanha, “ao evidenciar a necessidade de um ramo da ciência social que se voltasse para o estudo dos MS da época, como o movimento operário e o socialismo emergente” (Ibidem, p. 15).

⁵⁰ Conforme afirma Paz: “A expressão novos movimentos sociais foi utilizada pelo sociólogo Alain Touraine, em 1978, como forma de denominar a emergência de novos sujeitos da história. Vários autores se utilizam da expressão, conceituando os novos movimentos sociais a partir de estudos conjunturais, e com categorias de análise como política, cultura, identidade, subjetividade, cotidiano, autonomia, sujeitos coletivos, representações coletivas, solidariedade, redes sociais. Entre os autores destacam-se, Touraine, Félix Guattari, Cornelius Castoriadis, Albert Melucci, Tilman Evers, Jurgen Habermas” (*Dimensões e indicadores de participação social na avaliação de programas habitacionais*, p.18).

Eder Sader⁵¹ afirma que no final dos anos 1970 surge uma nova configuração de classes com características específicas:

O fim dos anos 70 assistia à emergência de uma nova configuração de classes. Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um tipo de expressão dos trabalhadores (...) (SADER, 1988, p. 36).

Novos sujeitos sociais que desenvolviam novas práticas e ocupavam novos lugares no cenário político, além dos espaços tradicionais do fazer política, que lutavam por direitos sociais, tudo isso revitalizou a sociedade civil e representava uma novidade na cultura política brasileira.

Chauí reflete a esse respeito: “(...) de sorte que a novidade é tríplice: um novo sujeito (coletivo), lugares políticos novos (a experiência do cotidiano) numa prática nova (a criação de direitos, a partir da consciência de interesses e vontades próprias)” (CHAUÍ, 1988, p. 11).

No tocante ao plano de análise, não era mais possível interpretar os movimentos sociais, exclusivamente, a partir da luta de classe, uma vez que outras determinações circunscritas na dimensão da vida cotidiana também deveriam ser consideradas.

É no cotidiano, permeado por interesses contraditórios, que a coletividade coloca suas questões, organiza suas práticas e através das quais seus membros defendem seus interesses, expressam suas idéias, suas vontades, suas necessidades e vão constituindo-se nessas lutas.

Chauí (1988) diz que o cotidiano é compreendido por alguns estudiosos como um lugar “onde nada acontece”, entretanto, ele é um espaço repleto de “agoridades”.

⁵¹ Sader acompanhou a história de quatro organizações sociais: sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, oposição metalúrgica de São Paulo, clubes de mães da periferia sul de São Paulo e comissões de saúde da periferia leste. Essa pesquisa foi publicada no livro, Eder Sader. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*, 1988.

Atitudes e gestos têm a possibilidade de serem ressignificados, ações dos sujeitos podem provar modificações, embora muitas vezes elas sejam difíceis de serem observadas, mas ganham dimensão política quando compreendidas a partir de um contexto histórico e social.

Ainda sobre as análises referentes à natureza e dinâmica dos movimentos sociais, Eder Sader pontua que é sempre possível relacionar os processos sociais às características estruturais, só que este procedimento reduz a compreensão do fenômeno, uma vez que: *“Desaparecem, nesse processo, as características singulares que mais chamaram a atenção, se nos debruçamos para examinar o fenômeno em sua originalidade”* (SADER, 1988, p. 38).

Para Sader, o pesquisador que leva em conta apenas as necessidades objetivas que movem os sujeitos, sem considerar as mediações simbólicas que as instituem, enquanto necessidades sociais, certamente, irá perder aquilo que as singulariza. Diz o autor:

(...) Por mais que os movimentos se inscrevam num conjunto de práticas que podem ser identificadas como lutas pela obtenção de bens, ainda assim, o modo como o fazem, tanto quanto a importância atribuída aos diferentes bens, depende de uma constelação de significados que orientam suas ações (SADER, 1988, p. 43).

A noção de sujeito coletivo⁵² desenvolvida por Sader apóia-se na busca da identidade de uma coletividade, elaborada a partir das vivências dos sujeitos em suas experiências cotidianas. A esse respeito diz Sader:

⁵² Na literatura, freqüentemente, os termos sujeito e ator aparecem como sinônimos. Porém, alguns autores preferem o termo ator, outros a denominação sujeito. Luiz Eduardo Wanderley prefere o termo sujeito: *“Prefiro o uso do termo sujeito, como aquele que faz a ação ou a dirige, ou, num sentido mais filosófico, o homem como sujeito livre e igual, dono de si mesmo e da natureza, construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade. Ao contrário de ator, como aquele que desempenha um papel dentro de um texto, no palco ou na tela”* (Os Sujeitos Sociais em Questão, p. 142). Para Touraine (1995), a categoria do sujeito está relacionada com a figura do indivíduo como ator que, movido pela vontade de agir, participa de uma ação coletiva. Portanto, o sujeito se faz na ação coletiva e sem a passagem para o movimento social, o sujeito corre o risco de dissolver-se na individualidade. Segundo Touraine, o sujeito surge quando o indivíduo contesta a ordem vigente e se opõe aos modelos sociais que desconsideram os seus interesses, suas idéias, seus desejos, o seu eu. Desta forma, é possível afirmar que a constituição do sujeito pressupõe um agir além dos limites impostos pelos papéis sociais padronizadores. Diz o autor que é na recusa: *“(...) de uma imagem artificial da vida social como máquina ou organismo, crítica feita, não em nome de princípios transcendentais, mas em nome da livre produção de si mesmo que leva a afirmar o sujeito e seus*

Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas (SADER, 1988, p. 55).

Sader não deixou de considerar, em suas análises, as estruturas dadas, as condições materiais de existência, como bem diz Rosangela Paz:

O autor buscou relacionar as determinações estruturais com as noções de identidade, cultura, imaginário, subjetividade e autonomia política. Por conseguinte, seu conceito de movimentos sociais engloba a idéia de sujeitos coletivos, com identidades individuais construídas não só pela opressão e exploração do capitalismo, mas também por fatores culturais e históricos; que são diversos entre si, distintos e independentes da organização partidária (PAZ, 2002, p. 12).

No processo de participação, o indivíduo se depara com situações ainda não vivenciadas e assim é desafiado a encontrar alternativas para superá-las e tem possibilidade de ampliar a sua compreensão sobre as relações nas quais ele está inserido, de perceber as contradições que perpassam a vida cotidiana e de buscar novas formas de regulação da vida em sociedade. É um processo de aprendizado, que é constantemente redefinido na prática.

A mobilização social, a partir da década de 1970, busca a modificação das regras democráticas e caminha na direção de uma nova concepção de cidadania, para além do conceito liberal, uma vez que anseia pelo direito de participar da própria definição do sistema político. Trata-se, segundo Dagnino, “*do direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade*” (DAGNINO, 1994, p. 109).

A participação, segundo o pensamento liberal⁵³, fundamenta-se no consentimento dos cidadãos, que se dá através do voto. De acordo com o princípio

direitos em um mundo onde o ser humano é transformado em objeto” (Crítica da Modernidade, p. 247).

⁵³ As idéias liberais refletem os interesses da sociedade burguesa e contemplam a mínima intervenção do Estado na vida dos indivíduos, na esfera social e na economia. Garantem e asseguram direitos individuais, como liberdade de pensamento, expressão, religião, entre outros. Contempla a liberdade de contrato, de mercado. No plano político, a legitimação do poder se dá por meio do consentimento dos cidadãos através do voto. As idéias liberais econômicas baseiam-se na livre iniciativa, na competição e na defesa da propriedade privada.

da representatividade, as decisões da coletividade são tomadas por pessoas eleitas que exercem o poder por determinado tempo. A participação dos cidadãos é feita de forma indireta.

Segundo Bobbio (1995)⁵⁴, a única democracia compatível com o Estado liberal é a representativa: *“Onde o dever de fazer leis diz respeito, não a todo o povo reunido em assembléia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos”* (BOBBIO, 1995, p. 325).

Vieira (1992) diz que a noção de democracia, que constitui a base da democracia liberal, vincula-se à igualdade de oportunidade segundo a capacidade de cada indivíduo e não à igualdade real na sociedade. A partir deste entendimento, os indivíduos se colocam no livre mercado, cada um com sua capacidade e esforço, concorrendo em função de interesses e aspirações.

A expressão “não a todo o povo reunido em assembléia”, anteriormente mencionada por Bobbio, refere-se à diferença do exercício da democracia representativa e das práticas democráticas gregas.⁵⁵

Na Grécia antiga, os cidadãos, moradores da cidade, se reuniam em assembléia, na praça pública (*ágora*) para opinarem sobre assuntos políticos e participarem diretamente da gestão dos negócios públicos, repartindo entre eles as funções públicas, sem intermediação de representantes, como diz Tótorá: *“Tratava-se de uma democracia direta, uma vez que não havia separação entre os detentores do poder político e o seu exercício. Os gregos desconheciam a representação política”* (TÓTORA, 1998, p. 9).

Segundo Gohn (2002), a noção de participação nos anos 1970 relacionava-se à idéia de participação comunitária. A autora pontua que, nesse período, quando se

⁵⁴ O conceito de democracia, segundo Bobbio (1995), apóia-se em três pilares: o primeiro é a regra de procedimento da maioria; o segundo consiste no direito de participação direta ou indireta, sem distinções nas decisões públicas; o terceiro refere-se às regras preliminares, próprias do estado de direito, isto é, a garantia dos direitos de opinião, manifestação e associação, entre outras.

⁵⁵ A despeito das injustiças sociais que faziam parte da realidade da Grécia no século V a.C., entre elas, escravos, mulheres e crianças eram excluídos da vida pública, uma vez que só homens adultos e nascidos livres na cidade eram cidadãos com plenos direitos; ainda assim, não é possível ter em menor conta esta invenção do povo grego: a democracia.

falava em movimentos sociais nos encontros científicos, referiam-se, sobretudo, aos movimentos sociais populares urbanos, principalmente àqueles que se vinculavam às práticas da Igreja católica, notadamente, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).⁵⁶ E a categoria teórica básica enfatizada era a da autonomia que, segundo a autora:

Tratava-se mais de uma estratégia política embutida no olhar sobre os movimentos populares, pois reivindicava-se um duplo distanciamento. De um lado em relação ao Estado autoritário. De outro, em relação às práticas populistas e clientelistas presentes nas associações de moradores, nos sindicatos e nas relações políticas em geral (...) (GOHN, 2002, p. 281-282).

O debate em torno da autonomia teve vários enfoques, entre eles, merece destaque o que foi dado pela revista *Desvíos*, criada por Eder Sader, Marilena Chauí, Vera Silva Telles, entre outros, que definiu autonomia como um campo de reflexão e ação política dos explorados e oprimidos a partir dos quais se constituirão e reconstituirão sem cessar os projetos de transformação da sociedade.

Assim sendo, a autonomia é constituída por sujeitos coletivos, a partir de experiências vividas no cotidiano quando são pensados projetos de transformação social.

Em síntese, a década de 1970 foi um período de mobilizações populares urbanas, de defesa da democratização do país, de articulação da sociedade civil com diferentes setores, de defesa de direitos civis, políticos e sociais, de alargamento do espaço político em razão da participação coletiva para além dos espaços tradicionais de participação. Esse processo de participação popular adentra

⁵⁶ As CEBs surgiram em locais onde não havia padres e, por esta razão, a comunidade passou a exercer a coordenação de diversos serviços eclesiais. Havia uma preocupação da Igreja católica em ampliar a participação de leigos e assim recuperar o espaço perdido na sociedade moderna. O trabalho desenvolvido pelas CEBs ganha relevância nos anos 1970 e 1980, quando setores progressistas da Igreja católica passaram a contribuir na formação de lideranças, a partir de uma metodologia apoiada na teologia (ver, julgar e agir), por meio da qual ofereciam fundação teológica para práticas sociais. Frei Beto explica o significado de CEB: *“Comunidade, porque reúne pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de sobrevivência, de moradia, de luta por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais porque congregadas na Igreja como núcleos de comunidade de fé. São de base porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares)”* (O que é comunidade Eclesial de Base?, p. 15).

as próximas décadas, com outras características, novas formas de mobilização e atuação, conforme será exposto a seguir.

Nas décadas anteriores à de 1970, pouco se debateu sobre o envelhecimento, e o trabalho desenvolvido junto com os idosos era de cunho caritativo e realizado por entidades filantrópicas leigas ou religiosas, que atendiam pessoas sem recursos financeiros, que não contavam com a proteção de seus familiares.

Em 1961, foi criada a Sociedade Brasileira de Geriatria, entidade sem fins lucrativos, constituída por médicos de vários Estados, interessados em pesquisar e estudar a saúde do segmento idoso. No transcorrer dos anos, a diretoria da entidade passou a contar com profissionais da Gerontologia e mudou o seu nome para Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG).

A SBGG desenvolve estudos e promove a divulgação do conhecimento científico na área do envelhecimento, através de Congressos e encontros em diversas regiões do país, especialmente nos Estados onde há unidades.

Os objetivos da SBGG estão descritos em seu estatuto: congregar médicos e profissionais de nível superior que se interessam pela geriatria e gerontologia; estimular iniciativas e obras sociais de amparo à velhice e cooperar com outras organizações interessadas em atividades educativas, assistenciais e de pesquisa, relacionadas com a geriatria e a gerontologia; sugerir e solicitar, aos poderes competentes, as medidas que lhe pareçam necessárias, aquelas consideradas adequadas em benefício da saúde pública e do amparo aos idosos, entre outros.

A entidade é vinculada à Associação Médica Brasileira (AMB) e filiada à *International Association of Gerontology* e pode conferir o título de especialista em Geriatria e Gerontologia.

Em 1963, foi criado no Departamento Regional do Serviço Social do Comércio (Sesc), em São Paulo, que passou a desenvolver um trabalho com comerciários aposentados, na perspectiva da convivência.

O Sesc, entidade pioneira no Brasil a desenvolver atividades na área socioeducativa, cultural e de lazer voltadas para o segmento idoso, procurou dar um significado mais positivo à velhice que até aquele momento era tratada no plano da caridade. Vem aprimorando seu trabalho, ao longo dos anos, com publicação de revistas técnicas sobre o envelhecimento, diversificando suas atividades e ampliando o número de atendimentos no Estado de São Paulo.

Na década de 1970, começaram a surgir legislações específicas para o segmento idoso, bem como iniciativas no âmbito governamental.

Em 1974, foi aprovada a Lei nº 6.179 que instituiu a Renda Mensal Vitalícia (RMV), concedendo aos maiores de 70 anos de idade 50% do salário mínimo vigente no país. Na década de 1990, a RMV foi substituída pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC).⁵⁷

Em 1975, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) criou o Programa de Assistência ao Idoso (PAI), que consistia na organização e implementação de grupos de convivência para idosos previdenciários, nos postos de atendimento do INPS. Depois de dois anos, foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), quando foi transferida para a Fundação da Legião Brasileira de Assistência a responsabilidade de atender o segmento do idoso, através de fornecimento de cestas básicas, próteses, entre outros atendimentos.

Em 1976, o Ministério da Previdência e Assistência Social promoveu seminários regionais em São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Fortaleza/CE e um nacional em Brasília que tinham por meta fazer um diagnóstico da questão da velhice no país e apresentar as linhas básicas de uma política de assistência e promoção social do idoso.

As discussões e proposições que surgiram nesses encontros foram reunidas em um documento denominado “Políticas para a Terceira Idade. Diretrizes Básicas”. Entretanto, as idéias contidas nesse documento não foram postas em prática em razão de mudanças da direção do referido ministério.

⁵⁷ O conteúdo do presente capítulo foi dividido em tempos históricos distintos, por esta razão, o BPC estará detalhado na parte referente aos anos 1990 e início de 2000.

Em 1976, foi criado o primeiro curso de aperfeiçoamento em Gerontologia Social, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo. O curso tinha e tem entre os seus objetivos o de fornecer conhecimentos atualizados em Gerontologia para profissionais de diversas áreas do conhecimento, em razão de seu caráter multidisciplinar.

A primeira Associação de Idosos no Brasil surge em Fortaleza, no Estado do Ceará, em 1977, por iniciativa da assistente social e advogada Maria José Barroso; logo após surgiram associações em vários Estados brasileiros.

Assim sendo, a década de 1970 trouxe importantes contribuições para a área do envelhecimento, especialmente por ter colocado a questão da velhice na agenda nacional.

2. *Década de 1980*: lutas em defesa da democracia

A democracia não somente foi o alvo das lutas políticas e sociais, nos anos 70 e 80, mas também se impôs como objeto de reflexão intelectual (TÓTORA, 1998, p. 1).

Na década de 1980, como diz Tótorá (1998), a via democrática foi defendida como o melhor caminho para que indivíduos, grupos ou classes pudessem chegar a um acordo comum.

A democracia é uma experiência histórica, que tem sido “reinventada” pelos homens, ao longo do tempo.

Na década de 1980, a sociedade brasileira continuou sua luta em defesa da democratização do país. Duas mobilizações populares ganharam relevância no cenário político: “Diretas Já” e o “Pró-constituente”, em razão do grande número de pessoas que mobilizaram e por defenderem princípios democráticos.

Entretanto, antes de ingressar no universo desses movimentos, vale salientar que, na década de 1980, surgiram vários movimentos sociais, entre eles, o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁵⁸ e iniciou-se o interesse, por parte dos pesquisadores, por outras temáticas: mulheres, ecologia, negros, índios, as minorias em geral.

A demanda desses movimentos sociais não gravitava mais em torno de bens e serviços urbanos necessários para a sobrevivência do ser humano. Referia-se aos direitos sociais e apelava para a liberdade, a igualdade em termos das relações de raça, gênero e sexo. Mas, alguns desses movimentos continuaram articulados com a luta popular empreendida pelos movimentos dos anos 1970, como no caso das creches e de algumas alas do movimento feminista.⁵⁹

A campanha em defesa das eleições diretas para presidente da República, denominada “Diretas Já”, foi um movimento que aconteceu como diz Gohn, “no momento de pico de um ciclo de protestos, contra o regime militar e a política excludente de desemprego, e demarcou o início de um novo ciclo de protestos, então centrado na questão da Constituinte” (GOHN, 2002, p. 285).

O movimento “Diretas Já” contou com intensa participação de representantes da sociedade civil: profissionais autônomos, docentes universitários, integrantes de movimentos populares, de sindicalistas, entre outros.

A emenda constitucional “Dante de Oliveira” que possibilitaria as eleições diretas não foi aprovada e a sucessão à presidência da República foi decidida pelo Colégio Eleitoral. Foi eleito um presidente civil, Tancredo Neves, depois de 21 anos

⁵⁸ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado em janeiro de 1984 durante o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel-PR, e contou com a presença de representantes de vários Estados brasileiros, embora ocupações de terra já estivessem acontecendo em regiões do sul do país, desde 1979, durante o regime militar. Faz parte dos princípios do MST: lutar pela reforma agrária e por uma sociedade justa e igualitária. Luiza Erundina, ex-prefeita do município de São Paulo (1989-1992) fala a respeito do componente político que permeia a luta dos militantes do MST “(...) *you see, o que é a propriedade privada, sobretudo da terra, no sistema capitalista? É um pilar, né? Então qualquer luta que ferisse, que ameaçasse esse pilar, mexia na estrutura (...) então tinha uma dimensão política (...) essa luta pela posse da terra mexia com um valor capitalista, um pressuposto do sistema capitalista que é a propriedade privada da terra*” (ERUNDINA apud FELTRAN, *Desvelar a política na periferia*, p. 37). Há uma intensa produção acadêmica sobre o MST em diversas universidades brasileiras, entre elas, na PUC-SP. Na década de 1980, militantes do movimento sindical de vários movimentos sociais e parlamentares com atuação em organizações populares fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT) e foram criadas centrais sindicais, entidades nacionais de movimentos populares.

⁵⁹ Após o fim do regime militar, os movimentos sociais deixam a fase reivindicatória e contestatória dos anos 1970, redefinem suas práticas e passam a atuar de forma mais propositiva e a estabelecer relações com o Estado.

de regime militar, que faleceu antes de assumir a presidência e, por esta razão, tomou posse o seu vice, José Sarney, membro da elite dirigente do país e representante da oligarquia brasileira.

A transição democrática⁶⁰ aconteceu de forma lenta e gradual. Esta fase foi marcada por uma transição continuísta, pois membros do regime militar que acabara de ser desfeito ainda continuaram exercendo influência em espaços políticos constituídos do país.

Conforme afirma Moisés, a transição democrática marcou-se por um processo que teve enorme influência das Forças Armadas, acabou por interferir nos rumos da institucionalização da democracia e contou com *“uma ampla e difusa presença de antigos quadros provenientes do antigo regime em todos os níveis da vida política do Brasil”* (MOISÉS, 1989, p. 63).

A partir dessa realidade política, a sociedade civil começa a se mobilizar com o propósito de ampliar as regras democráticas e nasce um amplo movimento, denominado “Pró-Constituinte”, que levou à convocação da Assembléia Constituinte em 1986 e à promulgação da Constituição da República em 1988.

Organizações sindicais, vários segmentos como o dos idosos, das mulheres, da criança e adolescente, entre outras forças sociais, promoveram debates e utilizaram diversos meios de comunicação para divulgar suas reivindicações: cartazes, cartilhas, etc. Foram coletados milhares de assinaturas em todo o país e elaboradas propostas para a nova Constituição.⁶¹

Benevides (1991) reflete a respeito da intensa discussão e mobilização popular sobre a nova Constituição:

Pela primeira vez em nossa história política, a sociedade se organiza com tal nível de participação – no plano nacional, estadual e municipal – em

⁶⁰ A transição democrática é o período entre 1984 e 1989, chamado de Nova República, quando acontecem as eleições diretas para presidente da República.

⁶¹ O conteúdo e até mesmo a natureza da Assembléia Nacional Constituinte foram discutidos pela sociedade. Algumas pessoas defendiam que ela deveria ser congressional, outros exclusiva, como o jurista José Afonso da Silva que via na convocação de uma constituinte exclusiva a possibilidade de aprofundar o debate sobre os seus temas. A Assembléia acabou sendo de natureza congressional.

torno de questões consideradas tarefas exclusivas dos juristas, dos políticos, dos governos (BENEVIDES, 1991, p. 123).

A Constituição Federal (CF) de 1988 aprimorou o regime democrático brasileiro.

O regime democrático, segundo Bobbio (1986), é um conjunto de regras que prescreve quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos. O autor diz ainda que as eleições livres e periódicas por sufrágio universal são fundamentais para dar legitimidade ao regime democrático e que deve haver participação direta ou indireta do maior número de cidadãos nas decisões coletivas.

Esse aprimoramento das regras democráticas foi possível, segundo Luiza Erundina, porque:

(...) tinha uma sociedade mobilizada, tinha setores populares, sindical, mulheres, negros, idosos, aposentados, a igreja progressista (...) criando uma condição política na sociedade para que aquela minoria, no Congresso Constituinte, se sobrepujasse bastante a certas teses e propostas da Constituição, apesar de ser minoria (ERUNDINA apud FELTRAN, 2005, p. 41).

Para Benevides (1991), a novidade radical do texto constitucional de 1988 está na presença do advérbio “diretamente” no artigo 1º, parágrafo único: *“Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”*.

A presença do advérbio diretamente, no referido artigo do texto constitucional, representa uma “novidade radical” (BENEVIDES, 1991, p. 10) no sistema político brasileiro porque permite à população participar da formulação de políticas públicas e do controle de sua execução. Entre os mecanismos que instituem essa forma de participação estão os conselhos gestores existentes nas Unidades da Federação e diferentes áreas: assistência social, saúde, idoso, criança e adolescência, entre outros. Além disso, permite ao povo participar diretamente (e não apenas por meio de representantes eleitos) da produção de leis, via mecanismos institucionais

complementares à função legislativa, como: o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular.⁶²

Referendo refere-se aos atos normativos, no âmbito do Legislativo ou de ordem constitucional, e plebiscito refere-se a qualquer tipo de questão de interesse público (como políticas governamentais). Zvirblis (2004) diz que o plebiscito é uma consulta popular que se assemelha ao referendo, mas

Ao contrário do referendo que versa sobre aprovação de textos de projetos de lei ou sobre emenda constitucional já aprovados. Na realidade, o referendo confirma ou rejeita o ato já aprovado. Ao passo que o plebiscito autoriza a formulação da medida submetida à aprovação popular (ZVIRBLIS, 2004, p. 72).

Por iniciativa popular, segundo Benevides:

Entende-se sempre o mesmo mecanismo, que inclui um processo de participação complexo, desde a elaboração de um texto (das simples moções ao projeto de leis ou emenda constitucional formalmente articulados) até a votação de uma proposta, passando por várias fases da campanha, coleta de assinaturas e controle da constitucionalidade (BENEVIDES, 1991, p. 33).

Apenas para situar, relatamos algumas formas de democracia semidireta existentes na história política do país. Em 1822, ainda no Brasil Império, como diz Benevides, embora não se possa falar em democracia, no sentido contemporâneo da participação popular livre e soberana, para as eleições do Conselho de Procuradores do Estado havia possibilidade da perda dos mandatos dos eleitos, por iniciativa de seus eleitores. A Constituição de 1824 previa a responsabilidade penal dos juízes de direito e dos oficiais de justiça, por ação popular, por suborno.

Em 1963, realizou-se o plebiscito nacional quando o eleitor foi chamado a se manifestar a favor ou contra a manutenção do parlamentarismo, que havia sido

⁶² Diz o artigo 14 da CF de 1988: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular”.

instituído por emenda constitucional em 1961 e o “não” venceu, tendo como consequência a volta do sistema presidencialista.⁶³

Benevides (1991) pontua que há inúmeros argumentos contrários à adoção de mecanismos institucionais de participação direta no país. Referem-se a aspectos formais, questões referentes à regulamentação dos mesmos. Representantes eleitos defendem interesses próprios ou de grupos privados e assim temem a participação popular porque poderão perder o controle de situações que lhes são favoráveis. Há aqueles que argumentam que o povo não está preparado para assumir a responsabilidade de participar das decisões do destino da coletividade. A crença de que o povo é incompetente é uma das mais antigas e está dentre as razões secularmente levantadas contra as práticas democráticas.

Como diz Benevides, a história do sufrágio universal, no Brasil e no mundo, revela que a expansão da cidadania política vem acontecendo de forma crescente, com a incorporação no processo eleitoral de segmentos sociais até então julgados totalmente incapazes para o exercício do voto. Entretanto, diz a autora: *“Ora, se o povo é considerado incapaz para votar em determinadas questões, por que não o seria também para escolher seus representantes, em tese, mais capacitados?”* (BENEVIDES, 1991, p. 81).

O fato é que as concepções de cidadania e democracia no Brasil estão impregnadas do ideário liberal⁶⁴ que se baseia no princípio da representatividade, segundo o qual as deliberações que dizem respeito à coletividade devem ser tomadas por *“um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos”* (BOBBIO, 1995, p. 325).

⁶³ Benevides observa que, no campo do direito, alguns autores vinham discutindo questões relacionadas à democracia semidireta, como José Afonso da Silva, que publicou em 1964 uma tese de Direito Constitucional na USP, na qual defende o referendo popular como a participação do povo no procedimento de formação das leis e propõe sua adoção obrigatória para reformas constitucionais.

⁶⁴ Scherer-Warren reflete sobre as concepções de cidadania elaboradas pelo liberalismo e outras correntes ideológicas e políticas na modernidade: *“Do liberalismo vem a idéia dos direitos individuais, do laissez-faire, laissez-passar e da consciência de liberdade como valor primordial para a vida tanto individual quanto em sociedade. Da democracia vem a ênfase na igualdade dos direitos políticos, de participação na escolha dos governantes e na vida política de uma região do país, em síntese, dela decorre o enfoque de cidadania política. No socialismo, o princípio fundamental na construção cidadã encontra-se na conquista da igualdade social e econômica. Movimentos sociais combinaram, muitas vezes, elementos dessas diferentes correntes, ainda que comportando tensões internas”* (Cidadania sem fronteiras, p. 60).

O liberalismo valoriza o indivíduo como categoria abstrata, atomizada, sem qualquer tipo de vínculo com grupos sociais, distanciado da realidade em que está inserido e que se refere ao universo da cidadania passiva.

A cidadania ativa requer a ultrapassagem da dimensão passiva, através da qual o cidadão exerce seus direitos de liberdade de pensamento, de religião, de associar-se, de votar e ser votado, de propriedade. Vai além do pressuposto do liberalismo e deve ser compreendida como possibilidade de construção coletiva e conforme afirma Betlinski:

Tem por protagonistas centrais, categorias, classes, grupos e movimentos sociais e não apenas indivíduos atomizados; supera a representação política postulada pela matriz liberal e aponta para a participação política e o conjunto dos direitos humanos no sentido amplo (BETLINSKI, 2000, p. 39).

A história nos revela que a conquista de direitos de cidadania⁶⁵ não acontece por acaso, mas advém das práticas sociais, de lutas empreendidas por cada povo, em períodos históricos distintos. Como diz Liszt Vieira: *“nunca será demais insistir que a cidadania não é uma essência, mas uma construção histórica, que está intimamente ligada às lutas pela conquista dos direitos do cidadão moderno”* (VIEIRA, 2001, p. 237).

Para finalizar, deve-se destacar que as conquistas alcançadas pela sociedade em razão de lutas empreendidas em décadas anteriores, que contribuíram para a consolidação e ampliação do regime democrático serão colocadas em questão nos anos 1990 e início de 2000, por diversas razões, entre elas, as orientações neoliberais em pleno vigor no país.

⁶⁵ T. H. Marshall (1967) propôs a primeira teoria sociológica de cidadania, a partir da realidade da Grã-Bretanha, ao definir direitos civis, políticos e sociais. No século XVIII, surgem os direitos individuais de liberdade, de ir e vir, de propriedade, à liberdade pessoal de expressão, de pensamento, de fé, entre outros. Os direitos políticos conquistados no século XIX correspondem à participação política do sujeito, como membro do corpo político dirigente da sociedade, e ao exercício do voto. No século XX, foram conquistados os direitos sociais relativos ao trabalho, à saúde, à educação, à aposentadoria, à moradia, enfim, a garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social. Além dos estudos desenvolvidos por Marshall, na segunda metade do século XX surgiram direitos que têm como titular não o sujeito, mas grupos étnicos, a nação, a humanidade, como o direito à paz, ao meio ambiente, entre outros, e os direitos relativos à bioética, referentes à regulação da vida humana.

No tocante ao envelhecimento, o recenseamento do IBGE de 1980 mostrou um aumento significativo do número de idosos, 6,4% dessas pessoas, em relação à população total. Nara Rodrigues (2005) diz que os dados revelados pelo recenseamento de 1980 chamaram a atenção de técnicos da área governamental e do setor privado, o que provocou *“o despertar dessas pessoas para a questão social do idoso”* (RODRIGUES, 2005, p. 85).

Diversos Estados da federação iniciaram programas voltados para o atendimento do segmento do idoso nas áreas da saúde e da assistência social.

Em 1985, foi fundada a Associação Nacional de Gerontologia (ANG), uma entidade de âmbito nacional, com representação em quase todos os Estados da federação, no Distrito Federal e nos municípios, pela iniciativa de quatro assistentes sociais que desenvolviam suas atividades profissionais no Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo. É de natureza técnico-científica e congrega profissionais da área da Gerontologia e Geriatria.⁶⁶

A ANG/São Paulo vem se constituindo num espaço privilegiado de reflexão sobre o envelhecimento, de proposição de políticas sociais específicas para essa faixa etária e de apoio aos idosos em suas lutas por melhores condições de vida.

Em 1989, a ANG nacional promoveu seminários regionais em Florianópolis, Goiânia e São Luiz e um nacional em Brasília, a exemplo do que já havia sido feito em 1976 pelo Ministério da Previdência Social. Esses encontros originaram um documento denominado *“Políticas para a Terceira Idade, anos 90”*. Nara Rodrigues (2005) afirma que as idéias contidas nesse documento contribuíram de forma positiva para os estudos realizados pelo governo federal e que deram origem à Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, regulamentada pelo Decreto Federal nº 1.948 de 20 de dezembro de 1996.

Em 1987, o Estado de São Paulo instituiu o primeiro Conselho do Idoso no país.⁶⁷

⁶⁶ A pesquisadora é filiada à ANG-SP e durante algumas vezes fez parte da diretoria da entidade.

⁶⁷ O Conselho Estadual do Idoso (CEI) foi instituído pela lei nº 5.763, de 20 de julho de 1987, durante a administração do governador André Franco Montoro. Essa lei foi revogada pela Lei nº 9.802, de 10 de outubro de 1997. É órgão de caráter permanente, paritário e deliberativo. Compete ao CEI a

Na década de 1980, foram criadas Universidades Abertas para a Terceira Idade (UATIs)⁶⁸ em várias cidades brasileiras e muitas outras continuaram surgindo nos anos seguintes. As UATIs são freqüentadas por pessoas a partir dos 40 anos de idade, que procuram esses espaços porque desejam ampliar sua rede de amigos, conhecidos e adquirir novos conhecimentos, entre outros motivos.

A grade curricular nas UATIs é apresentada em módulos que abrangem questões relacionadas à saúde, debate e reflexão sobre temas da atualidade e ao envelhecimento, que é trabalhado, conforme afirma Jordão Neto (2004):

Como algo que deve ser aceito como manifestação comum a todos os seres vivos, possibilitando que as pessoas cresçam e amadureçam, biológica e psicologicamente, levando-as a assumir diferentes status e papéis sociais ao longo de sua existência. Procura-se evidenciar também, aos educandos, que a chegada à maturidade e às demais etapas que vão se sucedendo, longe de representar apenas perdas ou limitações, possibilita um conhecimento melhor de si mesmo e uma consciência da capacidade de cada um para ser juiz de seus próprios atos, assumindo aquilo que realmente se quer da vida (JORDÃO NETO, 2004, p. 85).

As UATIs também oferecem várias atividades extracurriculares: cursos de língua estrangeira, informática, artesanato, dança, teatro, coral, ioga, entre outras.

Em 1988, um grupo de professoras da Pontifícia Universidade Católica, de São Paulo (PUC-SP): Suzana Medeiros, assistente social; Elisabeth Frohlich Mercadante, antropóloga e Ruth Costa Lopes, psicóloga, organizou-se e fundaram o Núcleo de Estudos e Pesquisa do Envelhecimento (Nepe).⁶⁹ Os estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Nepe revelaram que havia necessidade de ser criado um curso de pós-graduação em Gerontologia, na universidade, o que aconteceu em 1997.

formação, coordenação, supervisão e avaliação da política nacional do idoso no âmbito do Estado, mediante as seguintes atribuições: formular diretrizes e sugerir a promoção, em todos os níveis da Administração Pública Direta e Indireta, de atividades que visem à defesa dos direitos dos idosos, possibilitando sua inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Estado; colaborar com os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, estaduais e federais, no estudo dos problemas dos idosos, propondo medidas adequadas à sua solução, entre outras.

⁶⁸ Em 1973, Pierre Vellas, professor da Universidade de Toullose, na França, criou a primeira Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI). As UATIs brasileiras receberam influência das Escolas Abertas criadas pelo Sesc de São Paulo, na década de 1970, com o propósito de oferecer cursos de atualização e informação de conhecimentos para o segmento idoso.

⁶⁹ A profa. Maria Lúcia Carvalho da Silva, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, contribuiu para a criação do Nepe, ao participar, ainda que eventualmente, de reuniões promovidas por esse grupo de professoras.

A produção do Nepe sempre foi intensa. Promoveu vários encontros, seminários, organizou grupos de discussões com profissionais envolvidos com a questão dos idosos e realizou oficinas, algumas com funcionários da PUC-SP sobre os significados do envelhecer.

Um marco fundamental da década de 1980 na questão do envelhecimento foi a inclusão, pela primeira vez, numa Constituição brasileira, de direitos específicos para o segmento do idoso, o que foi possível porque os idosos se mobilizaram em diversas regiões do país, especialmente através de associações e devido ao apoio de profissionais envolvidos com a questão da velhice.

A Constituição Federal de 1988 afirma que é responsabilidade da família, sociedade e Estado assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, o exercício de direitos fundamentais. Entre os artigos do texto constitucional, o artigo 230 prevê os princípios básicos de defesa e dignidade da pessoa idosa, ao estabelecer que é dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurar sua participação na comunidade e defender sua dignidade, bem-estar e o direito à vida.

Assim sendo, é possível afirmar que a década de 1980 trouxe importante contribuição para área do envelhecimento, especialmente por reconhecer os sujeitos idosos como portadores de direitos de cidadania, conforme consta da Constituição da República, promulgada em 1988, além de ter sido muito rica, como diz Nara Rodrigues (2005), em congressos, seminários, jornadas e encontros realizados em âmbito nacional, estadual e dos municípios. *“Foi um despertar, uma tomada de consciência no Brasil inteiro, com centenas de pessoas, técnicos, estudantes, idosos, voluntários, a estudarem, discutirem, refletirem sobre a situação do velho brasileiro”* (RODRIGUES, 2005, p. 88).

3. *Década de 1990 e início dos anos 2000*: o processo de participação em tempos neoliberais

Concebo, na espécie humana, duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens (ROUSSEAU, 1754).⁷⁰

As idéias neoliberais datam dos anos 1940 e foram concebidas por um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, entre eles, o americano Milton Friedman e o austríaco Friedrich Von Hayek, autor do texto intitulado “O Caminho da Servidão”.

Nesse texto, Hayek se coloca contrário a qualquer mecanismo regulador do mercado e alega que o Estado de Bem-Estar Social⁷¹ limita a liberdade dos indivíduos e sem a vitalidade da concorrência não é possível gerar prosperidade.

Porém, “*essas idéias permaneceram como letra morta*” (CHAUÍ, 2003, p. 401) até a crise capitalista do início dos anos 1970, quando o capitalismo passou por uma profunda recessão, com altas taxas de inflação e baixas taxas de crescimento econômico.

Assim sendo, as idéias neoliberais ganharam espaço e o grupo de Hayek passou a ser ouvido, uma vez que poderia ter algo a contribuir no sentido de apontar caminhos para dinamizar a sociedade capitalista que passava no momento por uma crise.⁷²

⁷⁰ Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, elaborado por Rousseau em 12 de junho de 1754.

⁷¹ Como diz Chauí (2003), por volta dos anos 1940, instituiu-se a política do Estado de Bem-Estar Social, nos países capitalistas avançados do hemisfério norte e que tinha três características principais: o fordismo na produção, isto é, grandes indústrias realizavam a produção da matéria-prima até sua distribuição no mercado de bens e de consumo; inclusão crescente dos indivíduos no mercado de trabalho, orientando-se pela idéia do pleno emprego e a presença de monopólios e oligopólios que, embora transnacionais ou multinacionais, tinham como referência reguladora o Estado nacional.

⁷² A primeira experiência política neoliberal foi feita no Chile, em 1973, durante o regime do ditador Pinochet. Em 1979, o modelo foi aplicado na Inglaterra, durante o governo Margaret Thatcher; em 1980, na administração Reagan e, em 1982, na Alemanha, com Helmut Kohl.

Os neoliberais alegavam que o poder excessivo dos sindicatos corroía a base de acumulação capitalista, devido às pressões por melhores salários e maiores investimentos do Estado na área social e que era necessário criar uma massa de desempregados para minimizar a força dos sindicatos.

Na visão dos neoliberais, os sindicatos além de corroer as bases da acumulação do capital, por meio de reivindicações trabalhistas, como aumento de salário, entre outras, também contribuía para impor ao Estado despesas sociais e investimentos públicos “sem perspectiva de retorno”. Sendo assim, os gastos impostos ao Estado e a corrosão das bases da acumulação capitalista levariam a uma redução grande de lucros das empresas e gerariam processos inflacionários de difícil controle.

Os neoliberais alegavam que a redução com gastos públicos era fundamental para alcançar a estabilidade monetária.

Defendiam que a diminuição da tributação sobre altos rendimentos era necessária para incentivar investimentos capitalistas e também a diminuição da atividade reguladora do Estado, em especial, das atividades trabalhistas.

No caso do Brasil⁷³, foi proposta explicitamente a desregulamentação dos mercados e a privatização de estatais e serviços públicos.

Conforme afirma Atílio Borón (1995), além de ser uma doutrina econômica e um receituário para os governantes, o neoliberalismo é, sobretudo, uma ideologia que vem sendo didaticamente difundida nas sociedades. Diz Borón:

O senso comum da época é neoliberal. Gostemos nós ou não, ele se implantou profundamente nas massas. O mercado é idolatrado; o Estado é demonizado; a empresa privada é exaltada e o “darwinismo social de mercado” aparece como algo desejável e eficaz do ponto de vista econômico (BORÓN, 1995, p. 158).

⁷³ As primeiras experiências neoliberais aconteceram no Brasil, durante o governo Fernando Collor de Melo que tomou posse em 1990 e teve continuidade através de seu vice-presidente que foi empossado em 1992. Itamar Franco tinha como ministro da Fazenda, no último ano de seu mandato, Fernando Henrique Cardoso que foi eleito presidente em 1994 e pôs em prática a política neoliberal de diferentes formas, entre elas, por meio de um intenso programa de privatizações de grandes empresas.

Emir Sader traz questões centrais sobre a ideologia neoliberal:

(..) o essencial é caracterizar o neoliberalismo como modelo hegemônico. Isto é, uma forma de dominação de classe adequada às relações econômicas, sociais e ideológicas contemporâneas (...) foi construído um corpo doutrinário que desemboca num modelo de relações entre classes, em valores ideológicos e num determinado modelo de Estado (SADER, 1995, p. 146-147).

Faz parte da pedagogia neoliberal mostrar a precariedade dos serviços públicos, de uma maneira tendenciosa, sugerindo que o Estado não tem competência para administrá-los, portanto, esses serviços poderão ser mais bem gerenciados pelo mercado, o que é mostrado de forma atrativa e moderna. Ao mesmo tempo, o Estado é mostrado como uma entidade que funciona de modo ultrapassado, quando se sabe que suas fragilidades de gerenciamento, apontadas pelos neoliberais, podem ser corrigidas através da criação de mecanismos de controle popular, transparência dos gastos públicos, investimentos em recursos humanos e tecnologia, entre outras formas.

No Brasil, o neoliberalismo promoveu um corte profundo nos direitos históricos dos trabalhadores. Na década de 1990, aumentou consideravelmente o número de trabalhadores sem carteira de trabalho, de contratos por tempo determinado com direitos reduzidos e de fácil interrupção.

O neoliberalismo paralisou a maioria das ações do movimento sindical que recuaram, em grande parte, em razão do crescimento das taxas de desemprego que inibiam ações dos trabalhadores em defesa de melhores condições de trabalho.

Trabalhadores passaram a caminhar de modo isolado, sentiram-se desencorajados de buscarem um projeto comum, até porque muitos desenvolvem tarefas em pequenas empresas, no setor de serviços, por meio das terceirizações, o que os dispersa e dificulta sua interferência na realidade em que estão inseridos.

O neoliberalismo deteve o processo inflacionário dos anos 1970, mas não conseguiu revitalizar o capitalismo avançado. A ausência de controle estatal sobre o fluxo financeiro criou condições mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Houve uma verdadeira explosão do capital financeiro, ou seja, o

monetarismo superou a indústria, como diz Chauí: “O monetarismo e o capital financeiro tornaram-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando a mais abstrata e fetichizada das vias, o dinheiro” (CHAUÍ, 2000, p. 30).

Anderson (1995) lembra que os gastos na área social não se reduziram muito, apesar de o Estado ter adotado todas as medidas recomendadas pela política neoliberal para contê-los. Foram duas as razões básicas: o aumento dos gastos sociais com o desemprego, estimulado pela ideologia neoliberal, que custou bilhões aos cofres públicos, e o aumento demográfico dos aposentados na população, que também levou o Estado a arcar com o custo das pensões.

Anderson pontua que, socialmente, o neoliberalismo alcançou vários de seus objetivos, entre eles, criou sociedades mais desiguais. Política e ideologicamente ele alcançou um êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente não sonharam:

Disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se às suas normas (...) A tarefa de seus opositores é a de oferecer outras receitas e preparar outros regimes. Apenas não há como prever quando ou onde vão surgir. Historicamente, o momento de virada de uma onda é uma surpresa (ANDERSON, 1995, p. 23).

Grande parte do êxito que o neoliberalismo alcançou no plano ideológico deve-se ao medo da volta da hiperinflação, que foi didaticamente espalhado na sociedade, por simpatizantes de suas idéias.⁷⁴

⁷⁴ A sociedade civil se organizou em torno de um grande movimento mundial de resistência ao neoliberalismo, por meio do Fórum Social Mundial (FSM). O comitê organizador da primeira sessão do FSM, realizada em janeiro de 2001, em Porto Alegre-RS, era composto pela Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), Ação pelas Tributações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (Attac), Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB, Associação Brasileira de Empresários da Cidadania (Cives), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Mais de quatro mil organizações se inscreveram neste evento, militantes de movimentos sociais do Brasil e do exterior, ONGs, estudantes, professores e pesquisadores da comunidade científica internacional, forças sociais que representam as mulheres, os idosos, os camponeses, entre outros, e manifestaram o desejo de participar da construção de um novo projeto para a sociedade, para a humanidade. Segundo dados da organização do evento, estiveram presentes 764 veículos de comunicação: jornais, emissoras de rádio e TV, sendo que, desse total, 322 eram internacionais, procedentes de 52 países. No transcorrer dos anos, o FSM passou a realizar também sessões

Em síntese, assistimos ao rompimento de acordos coletivos firmados em diferentes setores, à diminuição do alcance das políticas sociais, ao desmonte de direitos sociais conquistados e à indiferença diante de um mundo mais privatizado, desigual e empobrecido. A cidadania ficou restrita aos privilegiados, que dispõem de mecanismos para adquiri-la no mercado.

Como diz Castel (2000), estamos assistindo ao triunfo do mercado. A sociedade está atravessada pelas leis do mercado. E o pior a um preço desconhecido. A humanidade nunca conheceu isso antes. No mercado, é normal que os vencedores ganhem e que os perdedores percam, mas esta não é a lei de sociedade. Estamos assistindo à mercantilização do nosso destino.

Nas idéias neoliberais há um projeto de sociedade para a humanidade. Assim sendo, valores de solidariedade são substituídos pelo individualismo, consumismo e não-pertencimento à comunidade. Como diz Martinelli:

Estamos nos separando tanto que não sabemos mais o que nos iguala. Só sabemos o que nos diferencia, e assim nos fragilizamos e, ao nos fragilizarmos, somos funcionais a esse sistema, que pretende exatamente romper com a nossa unidade (MARTINELLI, 1998, p. 142).

Nesse contexto, a pobreza atingiu um crescimento tão grande que provocou a sua banalização e passou a ser vista como um fenômeno natural, como algo que não desperta consciências e responsabilidade social.⁷⁵

Em um mundo cada vez mais competitivo e menos solidário, a insegurança alcançou patamares só vistos em momentos de catástrofes, de guerra.

intermediárias, em várias regiões do país e em outros países e, depois de algum tempo, a ser itinerante; exemplificando, em 2004 foi realizado em Mumbai, na Índia e em 2007, no continente africano.

⁷⁵ Vera da Silva Telles reflete sobre a pobreza e diz: *“Como paisagem, a pobreza pode provocar a compaixão, mas não a indignação moral diante de uma regra de justiça que tenha sido violada. Como lembra Hannah Arendt, o primeiro é um sentimento estritamente privado e as ações que são por ele movidas marcam distâncias e reafirmam a inferioridade do outro, que é o seu objeto. A indignação moral só pode existir se houver uma medida comum de equivalência, tendo na lei a referência simbólica a partir da qual os indivíduos, na irreduzível singularidade de cada um, podem se reconhecer como semelhantes. Transformada em paisagem, a pobreza é trivializada e banalizada, dado com o qual se convive – com um certo desconforto, é verdade – mas, que não interpela responsabilidades individuais e coletivas”* (TELLES apud PEREIRA, *Política Social e Democracia*).

Conforme afirma Sennett (1999), o capitalismo flexível requer trabalhadores ágeis, que assumam riscos continuamente. Mas, tudo isso vem causando ansiedade nas pessoas, que não sabem que riscos serão compensados, uma vez que as empresas nas quais estão inseridas se desfazem e são redefinidas continuamente.

Produtos são criados e desconsiderados, do mesmo modo, equipes que irão administrá-los são constituídas e desfeitas para atender às exigências de um mercado dinâmico, que não permite que se façam as coisas sempre do mesmo modo ou façam as mesmas coisas, os mesmos produtos. Sennett (1999) observa que, neste contexto em que tudo é “a curto prazo”, não há tempo para a formação de laços sociais, como confiança, compromisso, lealdade, que levam tempo para se constituírem e vão se enraizando devagar.

Em síntese, a participação social nos anos 1990 e início de 2000, como será visto a seguir, acontece num cenário de laços sociais enfraquecidos e numa era marcada pela “desproteção social”, em que o Estado, em atenção às orientações neoliberais, realiza cortes na área social, com a proposta de sanar as contas públicas, de amenizar a crise fiscal do Estado. Como bem diz Vieira:

Só pelo irracionalismo e pelo relativismo se explica a supressão de direitos relacionados com a educação, a saúde, a assistência, a previdência social, o trabalho, o lazer, a maternidade, a infância, a segurança, baseando-se na crise fiscal do Estado (VIEIRA, 1997, p. 72).

A ampliação de direitos sociais e políticos, conquistada a partir de mobilização empreendida pela sociedade em décadas anteriores, acontece ao mesmo tempo em que se encontram em vigor no país as orientações neoliberais. Dagnino reflete sobre essa situação paradoxal:

Há uma confluência perversa entre um projeto participatório construído, a partir dos anos 80, ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia e o projeto de um Estado mínimo que se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos. A perversidade está colocada no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva (DAGNINO, 2002, p. 288).

Entretanto e a despeito das adversidades enfrentadas pelos cidadãos em razão do ideário neoliberal, a sociedade civil, sobretudo os setores dominados, continuou buscando novos caminhos para se expressar e novos espaços para exercitar a política nos anos 1990 e início de 2000.

Diferente dos anos 1970 e 1980, quando os sujeitos coletivos ocupavam os espaços públicos com grande número de pessoas para pressionar autoridades a recebê-los e atenderem a suas demandas, na década de 1990 e início de 2000, o Estado irá se relacionar com os movimentos sociais de uma outra forma, até porque a sociedade civil tem o direito de participar das ações governamentais, assegurado pela Constituição da República de 1988.

Pereira (2002) relata que, com a democratização, os movimentos sociais perderam a visibilidade política que tinham no momento da ditadura militar, até porque o cenário de profusão de manifestações políticas, existentes no tempo do regime militar, se desfez e alguns estudiosos desses movimentos não souberam oferecer análises mais completas do período que se iniciava, o que levou a interpretações inadequadas. Alguns não enxergaram as conquistas alcançadas pelas organizações e terminaram por atestar fracassos ou refluxos dos movimentos, em razão de dificuldades advindas com a nova conjuntura do capitalismo globalizado, da retirada do Estado na execução de políticas sociais e da perda de direitos.

Os movimentos sociais adotaram uma postura não mais de enfrentamento ao Estado, mas de *“possíveis parceiros do poder”* (FELTRAN, 2005, p. 50), notadamente no âmbito do poder local, quando passaram a contribuir na formulação, execução e fiscalização de políticas públicas, em todo o processo.

A esfera local, conforme afirma Paz (2002), passa a ser compreendida além do espaço geográfico, da gestão político-administrativa, envolvendo o associativismo civil e diversas iniciativas e a ser vista como dinamizadora de mudanças sociais. A revalorização do local é um contraponto à globalização⁷⁶ e suas formas de dominação.

⁷⁶ Para José Paulo Neto, o termo globalização passa por três eixos: socialização, que diz respeito à circulação de informação em tempo real; a pulverização da produção material, que se refere à

Ianni (1998) reflete a esse respeito. Segundo o autor, os processos de concentração e centralização do capital adquirem maior força quando o capitalismo atinge propriamente uma escala global. Invadem cidades, nações e continentes, formas de trabalho e vida, modos de ser e pensar, produções culturais e formas de imaginar. Muitas coisas desenraizam-se, parecendo flutuar pelos espaços e tempos do presente. Nesse contexto, os nacionalismos e regionalismos sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos, lingüísticos, religiosos e outros podem até ressurgir. Mas, o que começa a predominar, a apresentar-se como uma determinação básica, constitutiva, é a sociedade global.

Assim sendo, a dimensão local passa a ser compreendida como uma possibilidade de resistência à predominância da lógica da sociedade global.

Nos anos 1990, os movimentos sociais passaram a ocupar não mais as praças públicas, mas outros espaços políticos, como os da política institucional: Congresso Nacional, Legislativo, gabinetes de secretários municipais e estaduais, de ministros do governo federal. Essas novas formas de atuação dos movimentos sociais promoveram um *“deslocamento no lócus de se atuar no espaço público”*, como diz Cavalcanti (2006).

Luiza Erundina reflete sobre alguns dos motivos que impulsionaram os sujeitos sociais a redirecionarem o seu campo de atuação:

Aquelas lideranças que antes estavam na organização popular passaram a estar nos espaços institucionais (...) foi quando começaram a crescer as bancadas e a eleição de prefeitos, vereadores. Então a luta, de uma certa forma, passou a ter uma expressão mais institucional (...) há um certo esvaziamento da luta reivindicativa, da luta social, no sentido lato. Aí a luta vai para os partidos políticos, para os setores organizados da sociedade, ONGs, entidades, etc. (...) além da conquista de mecanismos importantes de democracia participativa, que são os Conselhos institucionais (ERUNDINA apud FELTRAN, 2005, p. 50).

O fato é que, na década de 1990 e início dos anos 2000, nenhum governo nas diferentes Unidades da Federação se dizia abertamente contrário à participação da população na formulação de políticas públicas, embora, na prática, os acontecimentos não procedessem dessa forma. Conforme afirma Pereira (2002):

Há grande distância entre o discurso que apregoa a democracia participativa e a realidade de milhares de municípios brasileiros que se debatem para solucionar seus grandes problemas sociais, tendo em vista as precariedades orçamentárias e a tradicional cultura autoritária (PEREIRA, 2002, p. 47).

Somado a isso, o processo de participação da sociedade civil brasileira é perpassado de contradições, como: o difícil entendimento por parte dos cidadãos da lógica do funcionamento da “máquina” do Estado; a pouca experiência de gestores de políticas públicas da partilha de responsabilidades e atribuições com a sociedade civil; a frágil formação política de lideranças que, por esta razão, têm pouca capacidade de argumentação junto aos representantes do governo, entre outras.

Nesse contexto, como diz Paz (2002), durante a elaboração de programas públicos, por diversas vezes, acontecem “pseudo-participações”, ou seja, a participação da população se limita: *“Ao consentimento, apoio, referendo das decisões previamente definidas e à colaboração nos processos de obras. Não há participação nas decisões, não é desenvolvida a autonomia do grupo, não há controle social”* (PAZ, 2002, p. 260).

Aspectos relacionados à cultura política também devem ser considerados nessa reflexão das contradições que perpassam o processo de participação social, conforme afirma Paz:

É bastante marcante na sociedade civil brasileira a tradição de delegação de poder para políticos, entidades corporativas, representantes de lideranças populares. O associativismo, a vigilância cidadã, ainda estão restritos a movimentos organizados e a ONGs. O envolvimento do cidadão em processos participativos não é uma prática assimilada na cultura social. Há carências de pessoas que assumam o papel de liderança e representação nos diferentes espaços institucionais criados, como também é pequeno o exercício da participação no cotidiano e na gestão pública (PAZ, 2002, p. 25-26).

A partir dessa realidade política se faz necessário o desenvolvimento de um processo educativo contínuo e dinâmico que viabilize a troca de experiências entre os participantes para que possam ser compartilhadas metodologias, dificuldades encontradas na caminhada, ações que produziram bons resultados e que dê importância à ação política, à relação dialogada, tensionada e qualificada entre a sociedade civil e o Estado para a efetivação de direitos de cidadania.

Entretanto, com frequência, o processo de formação de lideranças sociais gira em torno de encontros, palestras proferidas por estudiosos de temáticas como cidadania, entre outras, quando deveria ser desenvolvida uma formação que colocasse o homem numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas. Isso só pode ser feito, como diz Paulo Freire (1980), por uma educação corajosa, que propõe ao homem a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades.

A sociedade brasileira tem uma longa tradição histórica de negação da participação das classes subalternas.⁷⁷

Assim sendo, a esfera pública vem se constituindo, na sociedade brasileira, a partir de esforços empreendidos pelos dominados, ainda que pesem as dificuldades impostas pelas elites dirigentes, que vêm fazendo uso de artifícios como o clientelismo político⁷⁸, entre outros.

A esse respeito, Francisco de Oliveira observa que: *“(...) todo o esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas”* (OLIVEIRA, 2000, p. 60).

A histórica presença de oligarquias políticas no Brasil, com o propósito de controlar o aparelho do Estado, segundo Raichelis (1998), tem levado a um

⁷⁷ Conforme afirma Yazbek: *“A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração, à exclusão social, econômica e política”* (Classes subalternas e Assistência Social, p.13).

⁷⁸ Para Martins, o clientelismo político: *“sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre os poderosos e ricos e não principalmente uma relação entre ricos e pobres”* (O poder do atraso, p. 23).

cerceamento da participação dos cidadãos nas ações do Estado e, assim, colocado em xeque a própria cidadania, elemento fundamental para a construção de uma sociedade democrática.

Na esfera pública as falas, as reivindicações, as ações dos cidadãos alcançam uma dimensão política, uma vez que os cidadãos criam a possibilidade para darem visibilidade às suas questões não como “vítimas”, mas como sujeitos portadores de direitos.

A política, segundo Rancière, pressupõe a existência do dissenso que significa “(...) *uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável*” (RANCIÈRE, 1996, p. 372).

Para Rancière, o dissenso não é um conflito de pontos de vista e não é a guerra de todos contra todos, mas um conflito a respeito da constituição do mundo comum. Assim sendo, o dissenso dá ensejo para discussões a respeito de um mundo sobre o qual as partes querem debater.

Rancière faz uma crítica ao discurso dominante que identifica a política ao consenso. Para o autor, o consenso leva ao desaparecimento da política, uma vez que ele:

(...) pretende transformar todo litígio político num simples problema colocado à comunidade e aos que a conduzem. Pretende objetivar os problemas, determinar a margem de escolha que comportam, os saberes requeridos e os parceiros que devem ser reunidos para sua solução (RANCIÈRE, 1996, p. 379).

Para Rancière, a atividade política, a interrupção da ordem por uma parte dos excluídos nas diferentes dimensões da vida humana, é intrínseca ao processo democrático.

Dizendo de outra forma, segundo Rancière, a democracia pressupõe a presença de sujeitos na esfera pública, de sujeitos flutuantes que transbordam toda representação dos lugares e das parcelas.

Por último, vale destacar que, nos anos 1990 e início de 2000, surgiram movimentos sociais, como diz Jacobi (2000), de ações solidárias alternativas, centradas em questões éticas ou de revalorização da vida humana.⁷⁹

Somado a isso, houve um crescimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e das políticas de parcerias adotadas pelo poder público, notadamente no âmbito do poder local, e que representam uma tendência nas políticas sociais de países em desenvolvimento, conforme recomendações neoliberais. Neste contexto, responsabilidades do Estado são transferidas para o terceiro setor.⁸⁰

Segundo Paz (2002), a visão neoliberal traz uma idéia instrumental do papel das organizações da sociedade civil, e, em particular, das ONGs e organizações do chamado terceiro setor: *“Para as quais propõe que sejam atribuídas tarefas públicas não executadas pelo Estado que, por sua vez, desresponsabiliza-se da promoção de políticas públicas de caráter universal”* (PAZ, 2002, p. 29).

Ainda no tocante aos movimentos sociais da década de 1990, estudiosos desta temática, entre eles Gohn (2002) e Carvalho da Silva (2001), afirmam que, no plano das análises, deve-se levar em consideração a exclusão social.

A exclusão social não é um fato novo em nosso país, entranha-se no processo histórico da sociedade brasileira. Entretanto, na última década, a população brasileira passou por um acentuado processo de degradação nas condições de vida, em razão da consolidação das idéias neoliberais no país. Como

⁷⁹ Foi o caso do movimento *Pela Ética na Política* que, com grande mobilização popular, pressionou o Congresso Nacional a votar a favor do fim do mandato do presidente da República, Fernando Collor de Melo e da *Ação da Cidadania* contra a fome, a miséria e pela vida, criada em 1993, com a proposta de discutir e combater a fome, movimento liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, conhecido por Betinho e que mobilizou grande parcela da população, através da criação dos chamados comitês de Ação da Cidadania em várias regiões do país.

⁸⁰ Para Paz, o terceiro setor é um conceito instrumental e operacional que não substitui o conceito de sociedade civil: *“É um campo em disputa na sociedade, complexo e contraditório. Abarca um leque muito amplo, tanto do ponto de vista político, como ideológico, já que dentro dele temos as chamadas ONGs cidadãos, com tradição de resistência ao regime militar nos anos 80, como também as entidades sociais, assistenciais, prestadoras de serviços, as ONGs fundadas na lógica do mercado e voltadas apenas para participar de políticas de parceria com o governo e, finalmente, as fundações empresariais, com objetivos diversos, que vão desde o financiamento de ações e projetos sociais exemplares, à atuação em conselhos de gestão, até o marketing social, ou política de imagem da empresa, e à busca por isenção fiscal”* (*Dimensões e indicadores de participação social na avaliação de programas habitacionais*, p. 29).

diz Luiz Eduardo Wanderley, a exclusão social: *“não é um estado dado, mas o resultado de um modelo de desenvolvimento seguido de seqüelas de um processo secular e que adquire novos contornos com o processo de globalização dos programas neoliberais”* (WANDERLEY, 1997, p. 135).

Para Castel (2000) há uma nova questão social⁸¹ hoje e parece girar em volta do questionamento da função integradora do trabalho na sociedade. Relaciona-se com a desmontagem do sistema de proteções e garantias que estavam vinculadas ao emprego e que repercute em vários setores da vida social, além do mundo do trabalho.

Ele observa que, hoje, as pessoas vivem o dia-a-dia, uma situação comum no século XIX quando havia muita precariedade na condição de trabalho e isso gera um sentimento de insegurança com relação ao futuro.

Para ele, há um perfil de pessoas que podem ser chamadas de “sobrantes”, pessoas que não têm mais lugar na sociedade:

Poder-se-ia dizer que esses que estou denominando de “sobrantes” não são explorados. Estão lá como inúteis, inúteis ao mundo como se costumava falar dos vagabundos nas sociedades pré-industriais, no sentido de que não encontram um lugar na sociedade, com um mínimo de estabilidade. São pessoas, poder-se-ia dizer, que foram invalidadas pela nova conjuntura econômica e social dos últimos 20 anos (CASTEL, 2000, p. 255).

Não resta dúvida de que os excluídos foram e são resultado da inclusão desigual e subordinada do sistema capitalista. Assim sendo, conforme afirma Martins, o que chamamos de exclusão é inerente à sociedade capitalista que *“desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica”* (MARTINS, 1997, p. 32).

⁸¹ Para Robert Castel, a questão social é: *“uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. Ela é um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se chama nação) de existir como um conjunto ligado por relações de interdependência”* (CASTEL apud WANDERLEY, *A questão social no contexto da globalização*, p. 55).

A reflexão sobre o processo de exclusão é complexa e muitas análises, como diz Sawaia, apenas enfocam uma de suas características em detrimento das demais, como:

As análises centradas no econômico, que abordam a exclusão como sinônimo de pobreza, e as centradas no social, que privilegiam o conceito de discriminação, minimizando o escopo analítico fundamental da exclusão, que é o da injustiça social (SAWAIA, 1999, p. 7).

Segundo Mariângela Belfiore-Wanderley, o fenômeno da exclusão é vasto e, por isso mesmo, muito difícil de ser delimitado:

Os excluídos não apenas rejeitados física, geográfica ou materialmente, não somente do mercado de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural (BELFIORE-WANDERLEY, 1997, p. 78).

Assim sendo, excluído não é apenas aquele que está em situação de carência material, mas sim aquele que não é reconhecido como sujeito e respeitado na sua totalidade.

Enfim, os anos de 1990 e início de 2000 trouxeram novos desafios para o fortalecimento e ampliação do processo de participação e desnudaram as múltiplas faces da exclusão na esfera econômica, social e cultural e a existência de dois projetos políticos: neoliberal e democrático participativo.

Dagnino (2002) pontua que a participação da sociedade civil na publicização de um enorme número de demandas de direitos tem alterado a face da sociedade brasileira ao longo das duas últimas décadas. Para a autora: *“O fato, inquestionável, de que essas demandas encontrem escasso abrigo nas políticas públicas do Estado não deve obscurecer o avanço que a sua publicização e legitimação no âmbito societal significam”* (DAGNINO, 2002, p. 296).

No que se refere ao envelhecimento, a década de 1990 e início de 2000 trouxeram avanços significativos no campo dos direitos da pessoa idosa. Foram

publicadas portarias e decretos com recomendações para o atendimento ao segmento idoso.

Com a CF de 1988, a Assistência Social passou a ser compreendida como política pública concretizadora de direitos sociais de crianças, idosos, portadores de deficiência, famílias e pessoas em situação de vulnerabilidades sociais.

A Assistência Social⁸² orienta-se pelos princípios constitucionais de participação da população e descentralização das decisões governamentais. No tocante ao segmento idoso, a política pública de Assistência Social prevê ações a serem desenvolvidas pelos governos em todos os âmbitos: federal, estadual, municipal e Distrito Federal.⁸³

Em 1994 foi criada a Política Nacional do Idoso (PNI), regulamentada pelo Decreto nº 1.948 de 1996. A PNI, segundo Nelli Machado (2002): *“foi regulamentada em resposta às pressões dos movimentos de idosos, entidades de representação e atendimento, profissionais envolvidos com as questões do envelhecimento”* (NELLI MACHADO, 2002, p. 12).

A PNI define princípios e diretrizes que asseguram os direitos sociais dos idosos e as condições para promover sua autonomia, integração e participação na sociedade.

Na década de 1990 surgiram Núcleos de Estudo e Pesquisa sobre o Envelhecimento em várias universidades brasileiras e foi criado o Curso de Pós-Graduação em Gerontologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1997.

Em 2002 foi realizada a II Assembléia Mundial do Envelhecimento, promovida pela ONU; a primeira foi realizada em Viena, na Áustria, em 1982, quando foi aprovado um documento intitulado Plano de Ação Internacional sobre Envelhecimento.

⁸² Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS). Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Texto disponível na internet: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L8742.htm. Acesso em: 18 de maio de 2006.

Cento e sessenta países participaram da II Assembléia e aprovaram um novo plano para orientar as nações e os organismos da ONU, cabendo a cada país signatário a responsabilidade de aplicá-lo. O documento trata de questões referentes à saúde, solidariedade intergeracional, entre outras. Foram constituídos grupos de trabalho em todo o mundo para debater a violência contra o idoso.

O Brasil vem caminhando no sentido de ver atendidas as recomendações da ONU, mas há muito a ser feito para amenizar a dura realidade em que vive o segmento idoso brasileiro.

Em 2002, a ONU divulgou nos EUA um mapa do envelhecimento mundial denominado Envelhecimento Populacional 2002, revelando que o aumento do número de idosos no planeta está muito mais acelerado do que já havia sido previsto por demógrafos.

O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) foi instituído pelo Decreto nº 4.227 em 13 de maio de 2002; conselheiros de vários Conselhos do Idoso existentes nos Estados da federação pressionaram para criação do CNDI.

O CNDI tem caráter deliberativo e lhe compete: elaborar as diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da Política Nacional do Idoso, bem como controlar e fiscalizar as ações de execução; zelar pela aplicação da política nacional de atendimento ao idoso; dar apoio aos Conselhos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal de Direitos do Idoso, aos órgãos estaduais, municipais e entidades não-governamentais, entre outras competências.

O CNDI é um colegiado de âmbito nacional; além de membros do governo, as entidades nele representadas também são de âmbito nacional.⁸⁴

⁸³ No capítulo I, item 1, *Olhando São Paulo*, foram relatadas as ações desenvolvidas pela Prefeitura do Município de São Paulo, no campo da Assistência Social.

⁸⁴ As entidades de âmbito nacional representadas no CNDI são: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte (CBCE), Associação Nacional de Gerontologia (ANG), Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade (ABCMI), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID), Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

Em 1º de outubro de 2003 foi sancionada a Lei nº 10.741 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso que tramitou no Congresso Nacional por mais de sete anos. Os idosos brasileiros mobilizaram-se e conseguiram que fosse aprovado o Estatuto.

O Estatuto coloca a proteção social à velhice como um direito fundamental, regulamenta uma série de direitos da pessoa idosa, entre eles o direito à vida, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, assistência e previdência social, habitação e transporte.

Segundo o Estatuto, nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de discriminação, cabendo a todos o dever de prevenir qualquer ameaça ou violação aos direitos do idoso, o que é fundamental, conforme afirma Croce Caetano, pois a lei disciplinou o princípio da responsabilidade universal, ou seja,

Todos nós somos responsáveis e temos o dever legal de evitar que um idoso seja discriminado. De igual modo, também somos responsáveis por comunicar qualquer preconceito que tenha sido perpetrado contra uma pessoa idosa (CROCCE CAETANO, 2005, p. 30).

Somado a isso, o Estatuto impõe pena de reclusão que pode variar de seis meses a um ano, acrescida de multa, àquele que discriminar o idoso.

Debates, encontros, seminários sobre direitos contidos no Estatuto vêm sendo realizados, desde o surgimento da lei, por associações e sindicatos de aposentados, Conselhos do Idoso, movimento social de idosos, entidades técnico-científicas, entre outras instituições em várias regiões do país.

Na cidade de São Paulo, universo de nossa investigação, é bastante comum encontrar entre os pertences de uma pessoa idosa, que participa do movimento social de idosos, um exemplar do Estatuto e muitos conhecem “de cor” vários artigos da lei.

A Política Municipal do Idoso de São Paulo foi instituída através da Lei nº 13.834, de 27 de maio de 2004 e o Conselho Municipal do Idoso da cidade de São Paulo em 1992, por meio da Lei nº 11.242/92, para defender os direitos dos idosos e propor políticas a serem prestadas pelo poder Executivo municipal.⁸⁵ É composto por representantes dos idosos e da administração pública e faz parte de suas atribuições: receber reivindicações do movimento organizado e atuar no sentido de vê-las atendidas; receber denúncias e encaminhá-las; reconhecer normas de funcionamento de asilos, casas de repouso que atendam os idosos, acompanhando e avaliando o seu desempenho, entre outras.

Em síntese, na década de 1990 e início dos anos 2000 foi fundamental a aprovação do Estatuto do Idoso. Além disso, e além do muito que ainda deve ser feito para amenizar a dura realidade em que vivem os idosos, não há como negar que foram tomadas importantes iniciativas no âmbito governamental para melhorar as condições de vida dessa faixa etária.

⁸⁵ As iniciativas da Prefeitura Municipal de São Paulo em direção ao segmento do idoso foram tratadas em outro capítulo.

“(...) quando compreendermos o que é a condição dos velhos, não podemos contentar-nos em reivindicar uma política da velhice mais generosa, uma elevação das pensões, habitações sadias, lazeres organizados. É todo o sistema que está em jogo, e a reivindicação só pode ser radical: mudar a vida”.

Simone Beauvoir (1990)

III. SIGNIFICADOS DA TRAJETÓRIA DOS FÓRUMS REGIONAIS DE CIDADÃOS IDOSOS (FRCIS) E DO INTERFÓRUM DO CIDADÃO IDOSO (IFCI) – UM SUJEITO COLETIVO E POLÍTICO EM MOVIMENTO – NA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A partir dos relatos, das vivências dos sujeitos foram definidos três eixos analíticos:

1. O processo de constituição e expansão dos FRCIs e do IFCI na cidade de São Paulo e a dinâmica das relações internas;
2. O processo de participação política dos FRCIs e do IFCI na direção da efetivação de direitos de cidadania;
3. O processo e a temática do envelhecimento.

1. O processo de constituição e expansão dos FRCIs e do IFCI na cidade de São Paulo e a dinâmica das relações internas

A constituição dos FRCIs e do IFCI significou uma inovação na forma de participação do segmento idoso, uma vez que não havia ocorrido participação semelhante a esta, na cidade de São Paulo.

O primeiro Fórum Regional de Cidadão Idoso e o Interfórum do Cidadão Idoso foram criados no mesmo ano, em 1995.

Maria Alice Nelli Machado, assistente social, funcionária da PMSP e proponente da criação do primeiro FRCI relata que os grupos de idosos se reuniam para encontros socioculturais e de confraternização, mas não discutiam questões políticas e relacionadas ao processo de envelhecimento. A partir desta observação, ela propôs para a sra. Elzie Mariano, que havia sido presidente do Conselho Municipal do Idoso de São Paulo, que os grupos ampliassem suas discussões e se

transformassem em espaços de organização e luta do segmento, dando suporte ao conselho, reforçando a atuação dos conselheiros e encaminhando para lá as necessidades sentidas na região.

Segundo Nelli Machado (2002), nesse período, eram poucos os idosos que participavam do Conselho Municipal do Idoso de São Paulo, denominado Grande Conselho Municipal do Idoso (GCMI), recentemente instituído, em 1992. Somado a isso, Nelli Machado afirma que, “*os participantes do GCMI não tinham condições de enfrentar um embate com o Estado na luta por direitos sociais*” (MACHADO, 2002, p. 10).

Nesse contexto, em que o GCMI se encontrava enfraquecido na sua representação, a criação de espaços de formação política e de cidadania, como são os FRCIs e o IFCI, constituía-se numa alternativa com capacidade de contribuir para o fortalecimento do GCMI e para a formulação de políticas públicas para o segmento, para a constituição do processo de democratização do poder local.

Todavia, algumas circunstâncias contribuíram para o surgimento destes espaços de participação, como se vê a seguir.

Nas três últimas décadas, o debate sobre a temática do envelhecimento ganhou densidade e adentrou por diversos espaços: universidades, ONGs, Conselhos do Idoso, governos, entre outros, e surgiram várias leis voltadas para o segmento.

Uma outra circunstância que contribuiu para o surgimento dos FRCIs e do IFCI deve-se ao crescente processo de participação da sociedade civil, desde a segunda metade da década de 1970.

Esse avanço e adensamento influenciaram no surgimento dos FRCIs e do IFCI, isto porque as questões dos idosos, especialmente, dos menos favorecidos economicamente, deixaram de ser tratadas como problema a ser resolvido no âmbito familiar ou caritativo, por entidades filantrópicas leigas e religiosas, e passaram a ser compreendidas na perspectiva dos direitos da cidadania, ou seja, olhar e enfrentamento semelhantes aos praticados nos FRCIs e no IFCI.

Somado a isso, circunstâncias no âmbito local contribuíram para a criação desses espaços de participação na cidade de São Paulo, como a aproximação da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) do segmento idoso, por meio de ações e programas voltados para esta faixa etária da população.

Os profissionais da PMSP, que iniciaram esse trabalho nos grupos de idosos existentes na cidade de São Paulo, foram responsáveis pela criação dos FRCIS e do IFCI e contribuíram de forma significativa para a expansão destes espaços.

Após três anos de criação do primeiro FRCI, nas regiões norte, sul, leste, oeste e central da cidade já existiam FRCIs e já havia sido instalado o Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI), instância responsável por fazer a articulação entre os Fóruns.

Em diversas regiões da cidade surgiram novos FRCIs. Porém, o processo de expansão dos Fóruns vem acontecendo de forma mais acentuada na região leste. O primeiro FRCI foi criado no bairro do Tatuapé, localizado nesta região, em agosto de 1996, com apenas quatro grupos de idosos, e em setembro de 2005, estavam cadastrados 150 grupos, com abrangência de aproximadamente 15 mil pessoas.

A partir do FRCI Tatuapé surgiram 7 FRCIs distribuídos nas micro-regiões da região leste: Tatuapé, Vila Prudente, São Miguel, São Mateus, Penha, Ermelino Matarazzo e Itaquera e, por esta razão, algumas lideranças chamam-no de “Fórum Mãe”. Vem funcionando como um coordenador no âmbito regional.

Os moradores da região leste têm uma longa história de participação, notadamente, na área da saúde. Enfim, todo esse aprendizado não pode ser desconsiderado e justifica o crescente processo de expansão dos FRCIs e do IFCI nesta região, como diz Maria Olinda Carreira: *“A região leste é portadora de uma tradição participativa, e por isso, nenhum movimento social que ali se desenvolva será suficientemente explicado se o for isoladamente”* (CARREIRA, 1997, p. 126).

Além disso, a assessoria técnica-voluntária da assistente social Maria Cecília Sanches Teodoro tem sido fundamental para ampliação e fortalecimento dos FRCIs nesta região. Segundo Sanches Teodoro, nos dez anos de existência, ela faltou apenas duas vezes nas reuniões realizadas pelos FRCIs da região leste.

Entretanto, os FRCIs sofreram algumas perdas ao longo de sua história, como o fechamento de dois deles: Lapa e Vila Mariana.

O FRCI Lapa foi desativado depois de um ano e meio de sua criação em 1998. Segundo a sra. Leda Oliveira, uma de suas fundadoras, vários motivos levaram ao seu fechamento. Eis o que ela relata:

“Eu estava muito atarefada naquela ocasião, em razão de compromissos profissionais, e não tinha tempo para me dedicar à coordenação do Fórum, como convidar palestrantes (...) E os idosos foram ficando desmotivados e foram deixando de comparecer”.

Muitos freqüentadores do FRCI Lapa começaram a participar das reuniões promovidas pelo FRCI Pinheiros, que vem fazendo a articulação entre os FRCIs existentes na região oeste.

Segundo a sra. Elzie Mariano, ex-coordenadora do FRCI de Vila Mariana, houve uma migração de idosos para os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos que foram criados próximos de suas residências.

Muitos idosos têm problema de locomoção e arriscam-se, no sentido mesmo do termo, quando se deslocam de suas casas para participarem de reuniões. Segundo Ecléa Bosi, o coeficiente de adversidades das coisas aumenta com o passar dos anos:

(...) as escadas ficam mais duras de subir, as distâncias mais longas a percorrer, as ruas mais perigosas de atravessar, os pacotes mais pesados de carregar. O mundo fica eriçado de ameaças, de ciladas. Uma falha, uma pequena distração são severamente castigadas (BOSI, 1987, p. 37).

Porém, o Fórum Regional do Cidadão Idoso de Vila Mariana poderia ter-se transformado em um Fórum articulador dos outros FRCIs da região sul, até porque este era o desejo de seus participantes e profissionais que o assessoravam.⁸⁶

⁸⁶Quando ocorreu o fechamento do FRCI de Vila Mariana, a sra. Elzie Mariano estava com vários problemas de saúde que limitavam sua atuação na coordenação, e vários profissionais que o

No que se refere à dinâmica das relações internas, a pesquisa revelou que os FRCIs e o IFCI vêm enfrentando dificuldades na sua trajetória, entre elas: falta de recursos financeiros, fragilidades na organização e pouca rotatividade na coordenação.

Falta de recursos financeiros

Os sujeitos relataram que vêm assumindo o pagamento de postagem de correspondências, telefonemas, entre outras despesas, e que têm feito isso com dificuldade, uma vez que vivem com baixos recursos financeiros. Como se vê a seguir:

“O idoso assume despesa com telefonemas, xerox, café, bolacha, água e para outras coisas. O idoso muitas vezes coloca dinheiro do seu bolso para participar do movimento, eu mesma já coloquei muito dinheiro. Mas, a maioria das lideranças que participam do Conselho, do Fórum não tem dinheiro, a maioria é gente pobre” (“sra. TA”, coordenadora).

Relataram também que se sentem onerados com o pagamento de passagens para se deslocarem até o local de reuniões, mobilizações, atos promovidos pelos FRCIs e pelo IFCI. Em razão da grande extensão territorial da cidade de São Paulo, por vezes, eles precisam usar vários meios de transporte: ônibus e metrô. Eis o que um sujeito relatou a esse respeito:

“A condução está muito cara, eu já coloquei muito dinheiro do meu bolso para ajudar o movimento (...) não dá porque eu ganho dinheiro das peças que eu faço aqui em casa. As coisas estão difíceis pra todo mundo (...).”⁸⁷ (“sr. EN”, coordenador).

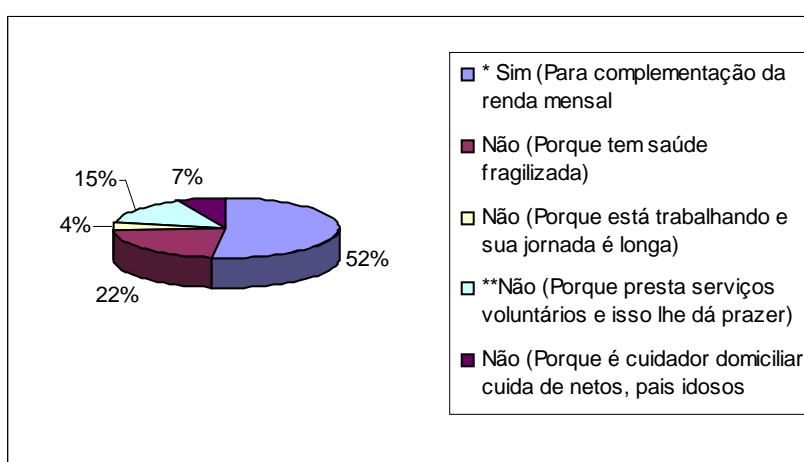
assessoravam desde a sua fundação foram trabalhar em outros setores da administração pública municipal.

⁸⁷ Esse senhor trabalha com artesanato em madeira.

Essa dificuldade pode ser observada no gráfico a seguir, obtido por meio da seguinte pergunta feita aos sujeitos da pesquisa: “O senhor/a senhora sente vontade de voltar a trabalhar, com o propósito financeiro?”

A maioria apontou que gostaria de retornar ao mercado de trabalho, para complementar sua renda mensal.

* Sim (Para complementação da renda mensal).	52%
Não (Porque tem saúde fragilizada)	22%
Não (Porque está trabalhando e sua jornada é longa)	4%
**Não (Porque presta serviços voluntários e isso lhe dá prazer)	15%
Não (Porque é cuidador domiciliar, cuida de netos, pais idosos).	7%



Assim sendo, os problemas relacionados com a falta de recursos dos FRCIs e do IFCI são um desafio a ser vencido.

Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁸⁸ demonstram que a participação do idoso brasileiro no mercado de trabalho é considerada alta, segundo os padrões internacionais. Isso está relacionado à inserção do aposentado e à sua não-saída do mercado.

⁸⁸ O estudo consta do Texto para Discussão (TD 830), disponível no *website* do IPEA.

O fato é que, teoricamente, com a aposentadoria, o indivíduo deveria manter o mesmo padrão de vida que ele possuía quando participava do grupo de trabalhadores ativos. No entanto, na prática, como afirma Eneida Haddad, a aposentadoria coloca os trabalhadores:

(...) em uma condição de pauperismo profundo. Para sobreviverem a esta situação, os operários aposentados reagem, iniciando outro ciclo de vida, reingressando no mercado de força de trabalho, seja como contingente do exército ativo de trabalhadores, seja do exército de reserva, ou ainda, lumpenizando-se (HADDAD, 1986, p. 44).

Realmente, ante a dificuldade de sobreviver com recursos da aposentadoria, muitos idosos prestam serviços no mercado informal, como vendedores de bilhetes de loteria e *office-boys*, o que é uma ironia, pois esta expressão refere-se a trabalho de um garoto, alguém sem experiência profissional. Quem circula pelo centro da cidade de São Paulo pode observar a presença de um número significativo de idosos, muitos portadores de alguma deficiência física, carregando placas com propaganda de agência de emprego, restaurante, compra e venda de jóias ou dólares, etc. Eles são conhecidos por “plaqueiros”. Ficam no meio da rua, no frio ou sob o sol quente, ou ainda debaixo da marquise de algum edifício quando chove. Conhecem o lado escuro do centro da cidade, sabem quem são os “batedores de carteira”, os negociantes ilegais, mas se calam, porque precisam conseguir arrecadar algum “trocado” para complementar a sua renda mensal.

Merece mencionar que milhares e milhares de idosos trabalham, mas não recebem remuneração financeira. Prestam serviços de diferentes tipos: cuidadores de netos ou de algum idoso de sua família, entre outros.⁸⁹

⁸⁹ Vivian Lemos investigou essa questão. Elaborou uma análise socioeconômica, contemplando os aspectos financeiros e os impactos sociais produzidos no universo pesquisado: idosos que prestam serviços voluntários, no âmbito domiciliar (LEMOS, *Com trabalho e sem salário*).

Fragilidades na organização

Os sujeitos apontaram que há fragilidades na organização dos FRCIs e do IFCI, como se vê nos depoimentos a seguir:

“É preciso organizar a documentação dos Fóruns. Os eventos não são fotografados, muita coisa se perdeu nesta caminhada porque quase nada foi registrado. O movimento precisa se organizar melhor” (“sra. Cz”, coordenadora).

Os FRCIs e o IFCI não têm estatuto ou documentos que registram a sua fundação. Em alguns FRCIs é possível encontrar atas de assembleias e registros de ações e eventos, mas estes não foram feitos de forma continuada; em outros FRCIs esses registros são ainda mais raros de ser encontrados.

“O Interfórum precisa se organizar melhor (...) Aperfeiçoar o seu processo de comunicação entre os Fóruns, normalmente, um Fórum não fica sabendo o que o outro está fazendo na sua região” (“sra. AL”, coordenadora).

De fato, diversas ações são realizadas nos FRCIs sem que o IFCI tenha conhecimento. Há várias explicações para essa situação, entre elas: a grande extensão territorial da cidade de São Paulo dificulta o diálogo entre os FRCIs e o IFCI, a falta de recursos financeiros dos FRCIs e do IFCI para realização de suas tarefas alimenta essa situação. Iniciativas vêm sendo tomadas para minimizar essa situação, como: visita de participantes dos IFCI aos Fóruns e emissão de boletins informativos das ações dos FRCIs, mas não têm continuidade em razão da falta de verbas para mantê-las.

Dessa forma, a presente pesquisa pretende contribuir para a preservação de fatos, acontecimentos, trajetória dos FRCIs e do IFCI no período de 1995-2005.

Pouca rotatividade na coordenação

A coordenação dos FRCIs é exercida por lideranças de grupos de terceira idade, entidades, associações que desenvolvem trabalhos junto com o segmento idoso. Uma das atribuições dos coordenadores dos FRCIs é comunicar a seus companheiros que participam destes grupos e às entidades as discussões, deliberações e as futuras ações que serão empreendidas pelo Interfórum do Cidadão Idoso e estimulá-los a adensarem estas discussões e se engajarem nestas ações.

Os sujeitos relataram que há coordenadores que não conseguem mais sensibilizar seus representados a defenderem os interesses do segmento idoso ou não exercem mais com tanto empenho suas funções, como anteriormente.

“Um movimento social só avança quando há líderes em que a comunidade confia e eu sou uma líder na minha região. Eu participo do Fórum porque ele é um lugar para formar as lideranças. Mas, tem coordenador que não é mais líder no seu grupo, mas mesmo assim continua na coordenação do Fórum” (“sra. AL”, coordenadora).

O fato é que, por motivos pessoais, com o propósito de assegurar o prestígio que têm em suas regiões ou de dar maior visibilidade ao trabalho desenvolvido na entidade, no grupo de idosos a que está vinculado de algum modo, os coordenadores, com frequência, evitam a discussão sobre a alternância na coordenação.

Os coordenadores dos FRCIs são vistos por seus pares e gestores de políticas públicas como lideranças comunitárias e, por esta razão, usufruem de certo prestígio em suas regiões. Exemplificando, são convidados para participar de eventos oficiais em que há presença de autoridades públicas. Nestas ocasiões, os idosos têm oportunidade de falar sobre o trabalho que vêm desenvolvendo, de agregar novos parceiros para ajudá-los, etc.

Todavia, os coordenadores recebem de forma calorosa as lideranças idosas que se aproximam do movimento, vendo-as como alguém que poderá contribuir para o êxito das ações empreendidas pelos FRCIs e pelo IFCI. Portanto, as modificações na coordenação vêm ocorrendo devido à entrada de novos integrantes e não à saída de antigos participantes.

A frágil liderança que alguns coordenadores exercem junto aos seus representados é um desafio a ser vencido pelos FRCIs e pelo IFCI, uma vez que necessita de líderes entusiastas e com capacidade de mobilização. Esta questão foi abordada por um dos sujeitos da pesquisa:

“Esse negócio de Fórum é uma coisa moderna, precisamos dizer para os grupos que Fórum é um local de discussão e que isso é um diferencial porque sem discussão não se chega a lugar nenhum. O que eu sinto é que precisamos motivar as pessoas para a discussão, mostrar que tem uma razão de ser as nossas reuniões porque se a pessoa não entende aí é que ela não vem mesmo” (“sra. AM”, liderança).

Alguns FRCIs vêm se abrindo para a participação de idosos, portanto, não estão voltando suas atenções apenas para o diálogo com coordenadores de grupos de terceira idade, representantes de associações, entidades que trabalham junto com o segmento idoso. Para que isto ocorra têm se aproximado de idosos, moradores de suas regiões, integrantes das Pastorais da Terceira Idade e da Pessoa Idosa, ambas da Igreja católica, idosos que participam de atividades esportivas em clubes da Prefeitura do Município de São Paulo, entre outros. É o caso do FRCI Itaquera, inaugurado em 2004, que tem um número expressivo de participantes idosos moradores na comunidade.⁹⁰ Alguns destes idosos hoje fazem parte da coordenação do FRCI Itaquera.

Essa iniciativa do FRCI Itaquera deve ser ampliada para outros FRCIs para que possam ser identificadas novas lideranças que contribuam para a expansão e a consolidação dos FRCIs e do IFCI.

⁹⁰ A autora desta tese fez uma palestra no FRCI Itaquera em um dia chuvoso e frio, com mais de 100 pessoas presentes, todas atentas e interessadas em refletir sobre questões do envelhecimento.

Aspectos relacionados ao campo da cultura política também oferecem elementos para refletir sobre essa questão, pois, segundo Paz, o envolvimento do cidadão em processos participativos não é uma prática assimilada na cultura política:

Há carência de pessoas que assumam o papel de liderança e representação nos diferentes espaços institucionais criados, como também é pequeno o exercício da participação no cotidiano e na gestão pública (PAZ, 2002, p. 26).

O Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) também enfrenta problemas no tocante à alternância na coordenação. A sra. Elzie Mariano participou da fundação do IFCI em 1995 e, desde então, ocupa a coordenação geral.

Mariano vem se dedicando à expansão e à consolidação dos FRCIs e do IFCI na cidade de São Paulo. Mas, nos últimos anos, tem apresentado problemas de saúde. Fez várias cirurgias, ouve com dificuldade e, embora tenha buscado diversos tratamentos para melhorar a audição, não tem obtido bons resultados.

Essa fragilidade de saúde tem impedido Mariano de exercer a coordenação, com o mesmo empenho que tinha nos anos anteriores. Exemplificando, ela já não faz mais visitas regulares aos FRCIs, o que é fundamental, pois o IFCI é a instância responsável por fazer a articulação entre os FRCIs. Por diversas vezes, observou-se que os idosos ficam irritados quando suas colocações são mal compreendidas por Mariano, em razão de seus problemas de audição.

“Sra. AL” afirma que há certo descontentamento dos participantes em relação às ações empreendidas pelo IFCI:

“O Interfórum está muito fraco, os idosos estão muito desanimados, eu mesma tenho ido pouco. Às vezes, eu sinto que a gente está sem chão (...)”
(“sra. AL”, coordenadora).

Os idosos conversam entre eles sobre a possibilidade de Mariano vir a ser afastada da coordenação geral do IFCI, mas, não falam com ela a este respeito e não colocam esta questão para discussão nas reuniões. Essa intimidação deve-se,

em parte, à gratidão deles em razão da dedicação de Mariano ao movimento social de idosos e ao fato de o envelhecimento do organismo humano ser um tema pouco abordado nas reuniões dos FRCIs e do IFCI.

Além de Mariano, outras lideranças que participam dos FRCIs e do IFCI na cidade de São Paulo não suportam mais o desgaste físico e emocional que a luta e os enfrentamentos demandam no dia-a-dia. Continuam participando das reuniões, mas não assumem as tarefas com o mesmo entusiasmo que demonstravam em anos anteriores.⁹¹

2. O processo de participação política dos FRCIs e do IFCI na direção da efetivação de direitos de cidadania

A pesquisa revelou que os participantes dos FRCIs e do IFCI atribuem importância ao processo de participação e à ação política desenvolvida por estes espaços para a efetivação de direitos para o segmento. O despertar dos idosos para a importância da luta política como uma possibilidade de efetivação de direitos de cidadania para o segmento aconteceu no processo de participação, pois, na ocasião em que foram criados os FRCIs e o IFCI, a maioria dos idosos não a valorizava. Nelli Machado (2002), proponente da criação do primeiro FRCI na cidade de São Paulo reflete a esse respeito e pontua que, nessa época, a maioria dos idosos que participavam de grupos de terceira idade, no Conselho Municipal de Idoso: “*não valorizavam a ação política como uma possibilidade de diálogo com o Estado e com a sociedade civil, para a realização de projetos de ação social*” (MACHADO, 2002, p. 10).

Eis o que alguns sujeitos da pesquisa relataram a esse respeito:

⁹¹ A reflexão e a análise da temática do envelhecimento constam no item 3: “O processo e a temática do envelhecimento”.

“A participação é fundamental. É fundamental para que os idosos possam descobrir que eles são os agentes de sua própria libertação. E nos Fóruns, os idosos compreendem isso, compreendem que as ações devem ser coletivas e não particulares” (“sra. JT”, coordenadora).

“Se os idosos não se unirem as leis vão ficar engavetadas, o Estatuto⁹², tudo. Por que o governo só funciona na base da pressão. Então, o negócio é juntar o povo e ir até lá para apertar o botão do governo, o negócio é fazer pressão” (“sra. AM”, liderança).

Os sujeitos apontaram conquistas obtidas pelo segmento, em razão da luta empreendida pelos idosos nos FRCIs e no IFCl, entre elas: o surgimento de leis voltadas para essa faixa etária da população; o atendimento preferencial⁹³; maior acesso a serviços na área da saúde; possibilidade de freqüentar cursos, eventos culturais⁹⁴ e o aumento do número de FRCIs na cidade de São Paulo. Eis alguns relatos a esse respeito:

“As conquistas alcançadas como o passe livre no transporte público⁹⁵, aprovação de leis, do Estatuto do Idoso. Tudo isso prova que participação dá resultados (...) hoje o idoso tem monte de opções de lazer, a maioria de graça” (“sra. OD”, coordenadora).⁹⁶

⁹² É comum encontrar nos pertences de uma pessoa idosa que participa dos FRCIs e do IFCl um exemplar do Estatuto do Idoso e muitos idosos conhecem “de cor” vários artigos da lei.

⁹³ O atendimento preferencial está disposto em diferentes leis. Entre elas: o Código de Processo Civil (artigo 1.211) dispõe sobre a prioridade na tramitação dos processos judiciais; em São Paulo, a Lei Estadual nº 7.466/91 e a Lei Municipal nº 12.365/97 determinam o atendimento urgente e diferenciado em hospitais; a Lei Municipal nº 11.468/94 obriga as farmácias e drogarias a terem, no mínimo, três assentos disponíveis em suas dependências para grávidas, deficientes e idosos.

⁹⁴ Em São Paulo, a Lei Estadual nº 9.500/97 dispõe sobre a concessão de desconto para idosos em cinemas, teatros, museus, casas de espetáculo e parques de diversão.

⁹⁵ Homens com mais de 65 anos e mulheres acima de 60 anos têm direito à passagem gratuita em ônibus e microônibus na cidade de São Paulo e, de acordo com a Resolução Estadual 182, de 31/10/85, homens e mulheres a partir de 65 anos de idade não pagam metrô.

⁹⁶ Na cidade de São Paulo, inúmeras instituições como igrejas católicas e evangélicas, ONGs, Sesc-SP, o governo municipal e o estadual, oferecem atividades recreativas, esportivas, culturais, entre outras, voltadas para o segmento idoso, gratuitamente ou a preços reduzidos.

“Eu te digo uma coisa, se a minha mãe tivesse tido as oportunidades que eu estou tendo, de ir a um médico, a um posto de saúde, de se tratar antes da doença chegar. Ela teria vivido muito mais (chora). Ela tinha uma saúde de ferro, trabalhava, me ajudava a cuidar das crianças (chora). Mas é assim mesmo, as coisas são conquistadas aos poucos. Pelo menos eu sei que os meus filhos, os meus netos vão ter uma condição melhor. Nós estamos lutando pra isso” (“sra. Dz”, coordenadora).

“Já existem Fóruns em todas as regiões da cidade e isso mostra que aumentou o interesse dos idosos de lutar por seus direitos (...) o idoso aprendeu a lutar, melhor dizendo, ele está aprendendo que tem que lutar por seus direitos. Muita coisa já foi conquistada e muita coisa ainda precisa ser conquistada” (“sra. Cz”, coordenadora).

Conforme relatou a “sra. Cz”, os idosos estão aprendendo a valorizar a participação como uma possibilidade para efetivação de direitos de cidadania. O que é fundamental, pois as mudanças não acontecem de uma hora para outra numa sociedade democrática, mas são resultado de um processo permanente de participação, como diz Evaldo Vieira: *“Não tem havido política social desligada dos reclamos populares. Em geral, o Estado acaba assumindo alguns destes reclamos, ao longo de sua existência histórica”* (VIEIRA, 1992, p. 232).

Alguns sujeitos relataram que, através do processo de participação redefiniram o seu agir, e assim, caminharam na direção de viver de um modo mais livre, levando em consideração os seus desejos, anseios e sonhos na busca da realização do seu eu e não apenas o cumprimento do que dizem as convenções sociais, morais. Vários idosos que participam dos FRCIs e do IFCI voltaram a estudar, depois de muitos anos sem freqüentar uma escola. Como se vê a seguir:

“Aprendi tudo participando de movimentos sociais: a cozinhar, a cuidar da casa, dos filhos, a importância de ser independente financeiramente, a defender os meus direitos de mulher e agora a lutar pelos direitos dos idosos, que também são meus porque eu também sou uma idosa” (“sra. OD”, coordenadora).

“Eu era uma mulher que dedicava 24 horas do meu dia pra casa, pra família. Comecei a participar com 60 anos e não parei mais. Apreendi a nadar, a dirigir, a lutar pelos direitos dos idosos, a enfrentar as autoridades públicas, os políticos (sorri)” (“sra. EM”, coordenadora).

Embora os sujeitos da pesquisa tenham atribuído importância ao processo de participação para efetivação de direitos para o segmento, não deixaram de observar que há dificuldades para agregar pessoas nas ações empreendidas pelos FRCIs e pelo IFCI, pois há certo descrédito dos idosos na eficácia da participação, por incompreensão do processo, e nos representantes eleitos para os poderes Executivo e Legislativo. Isso se vê no relato a seguir.

“O povo está muito desanimado. Mas, eu digo: gente, como é que nós podemos deixar tudo aí, tantas coisas que nós conseguimos: posto de saúde, linhas de ônibus, creche para os nossos filhos? Não podemos desanimar. Temos que enfrentar os políticos, os governantes de peito erguido, de frente, sem medo. Não podemos deixar eles tratar de qualquer jeito, coisas que são nossas e não deles, os hospitais, o posto de saúde, as escolas” (“sra. OD”, coordenadora).

“Sra. OD” se expressa como cidadã, pois a condição de cidadania, segundo Vieira: *“encerra um forte apelo para participar da vida social, o qual nasce e frutifica na convicção de que a sociedade consiste em patrimônio pertencente a todas as pessoas”* (VIEIRA, 1992, p. 72).

A “sra. OD” destaca que, nas décadas de 1970 e 1980, havia maior interesse por parte da população em lutar por melhores condições de vida e que hoje é mais difícil agregar pessoas para a luta política:

“Nos anos 70, 80, a gente lotava rapidamente vários ônibus, com mãe carregando vidros com água suja, com vermes de seus filhos e ia pressionar o governo. Hoje, parece que o povo não acredita mais na luta (...) ele vê que o governo está fechando cada dia mais as suas portas, que o governo não está interessado em atender as reivindicações do povo (...) Hoje é mais difícil juntar pessoas. O grande desafio é vencer a desesperança do povo” (“sra. OD”, coordenadora).

De fato, o período delimitado pela coordenadora foi muito significativo no que se refere à participação social. Todavia, na década de 1990 e início de 2000, os movimentos sociais e o Estado passaram a se relacionar de uma outra forma, até porque a sociedade civil tem assegurado o direito de participar na Constituição da República de 1988. Assim sendo, diferente dos anos 1970 e 1980, quando os sujeitos coletivos ocupavam os espaços públicos com um número expressivo de pessoas para pressionar autoridades a os receberem e atenderem suas reivindicações, nos anos 1990 e início de 2000, o relacionamento entre o Estado e os sujeitos coletivos não é mais de enfrentamento, mas de *“possíveis parceiros do poder”* (FELTRAN, 2005, p. 50).

Observa-se, no relato da “sra. OD” e de outros sujeitos que há certa descrença dos idosos nos representantes eleitos para o poder Legislativo, no compromisso de governantes com o bem-estar de todos. Esta descrença deve-se, em grande parte, à leitura que os idosos fazem do contexto social e político atual, quando o Estado vem deixando de cumprir o seu papel de garantidor de direitos sociais, de acordo com recomendações neoliberais.

Entretanto, e a despeito das adversidades enfrentadas pelos cidadãos em razão do ideário neoliberal, a sociedade civil, sobretudo os setores dominados, continuaram buscando novos caminhos para se expressar e novos espaços para exercitar a política nos anos 1990 e início de 2000.

Os FRCIs e o IFCI vêm realizando relações como sujeito político com: Conselho Municipal do Idoso de São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo e

candidatos de diferentes partidos a cargos eletivos nos poderes Executivo e Legislativo e propondo políticas públicas para o segmento.

2.1 As relações entre os FRCIs, o IFCI e o Conselho Municipal do Idoso de São Paulo, denominado Grande Conselho Municipal do Idoso (GCMI)

A relação entre os FRCIs, o IFCI e o GCMI é tensa e a pouca clareza dos idosos a respeito do papel a ser exercido por cada campo de atuação alimenta essa tensão, como se observa nos relatos a seguir:

“O Conselho já tem muita coisa para fazer, tem muita tarefa. O Fórum não pode ficar esperando para agir junto com o Conselho. Aí as coisas demoram demais pra acontecer, as pessoas ficam desmotivadas e até motivar as pessoas de novo” (“sra. AP”, coordenadora).

“Os idosos precisam se organizar nos Fóruns e pressionar o governo e não ficar esperando respostas de encaminhamentos feitos através dos Conselhos. A comunicação entre os Fóruns e o conselho nem sempre é afiada (...)” (“sra. CP”, coordenadora).

Essa situação pode ser compreendida nas reflexões de Raichelis. Segundo a autora, hoje nós temos maior clareza de que os Conselhos não substituem o movimento popular, não substituem o papel dos partidos políticos, dos sindicatos, das organizações e instituições de representação política. A autora afirma que:

Embora isto possa parecer óbvio, na prática fizemos algumas confusões que geraram expectativas políticas para além do que os Conselhos poderiam ou deveriam realizar como espaços de democratização da gestão pública (RAICHELIS, 2003, p. 26).

A coordenadora “sra. My” relata que há pouco entrosamento entre os FRCIs, o IFCI e o Conselho, porém, pontua que é importante que eles desenvolvam ações conjuntas:

“Os Fóruns, o Conselho e o Interfórum estão trabalhando separados e isso é muito ruim porque todos nós estamos lutando por uma mesma causa, pela causa dos idosos”.

De fato, é fundamental que os FRCIs, o IFCI e o Conselho encontrem estratégias de articulação para que possam potencializar suas ações em defesa dos direitos dos idosos. Por exemplo, o GCMI poderia abrir espaço para participação dos FRCIs e do IFCI, uma vez que os mesmos não têm assento no GCMI.

Os FRCIs vêm elaborando conceituações a respeito do que é um Fórum, o que contribui para elucidar aos seus participantes qual o papel a ser desenvolvido por este espaço de participação, como se observa a seguir.

Para o FRCI de Santo Amaro, localizado na região sul da cidade, um Fórum compõe-se:

“(...) por coordenadores de grupos de terceira idade, conselheiros municipais, idosos da comunidade, técnicos de diversas secretarias municipais e representantes de entidades afins. É um espaço democrático, auto-organizado e representativo da sociedade, na construção de propostas de política setorial para proporcionar melhor qualidade de vida para essa população. É uma ferramenta legítima da comunidade para o debate e formulação de diretrizes políticas e socioculturais”.

O FRCI da região centro entende que Fórum:

“É um espaço coletivo onde os idosos trocam idéias, experiências, informações, elaboram propostas e discutem sua cidadania. É um local privilegiado para discussão das políticas públicas, tais como: saúde, moradia, educação, lazer, cultura, entre outras (...) Os participantes do Fórum são idosos, grupos, entidades, setores da administração municipal, faculdades de terceira idade, movimentos sociais e populares”.

Os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos localizados na região leste⁹⁷ organizaram-se e elaboraram, coletivamente, um conceito sobre Fórum:

“Espaço coletivo de aprendizado da cidadania, de troca de idéias e experiências, de mecanismo intermediário entre população e poder público, intercâmbio entre grupos onde se estabelecem vínculos e se fortalecem, encontro onde se constroem futuras gerações”.

O conceito acima mencionado consta do material de divulgação dos FRCIs da região leste. Todavia, os coordenadores desses Fóruns e os profissionais que os assessoram, ao mencionarem o referido conceito, o ampliam, dizendo que Fórum é um espaço de construção de propostas de consolidação de políticas públicas para o segmento idoso.

Os sujeitos da pesquisa definem assim Fórum:

“Fórum é um lugar para gente discutir nossos problemas, para fazer reivindicações (...) é um lugar de debates de idéias e isso é muito bom porque a pessoa passa a acreditar nela e aprende que é importante saber ouvir o outro. O que interessa é debater, discutir os problemas do idoso” (“sra. AM”, liderança).

⁹⁷ Há 7 FRCIs na região leste e estão localizados nos seguintes bairros: Tatuapé, Vila Prudente, Penha, São Miguel, São Mateus, Ermelino Matarazzo e Itaquera.

“Fórum é um lugar que a gente se junta para pensar como é que nós podemos pressionar as autoridades para que sejam aprovadas políticas para os idosos, não tem nada a ver com grupo de idosos” (“sra. CR”, coordenadora).

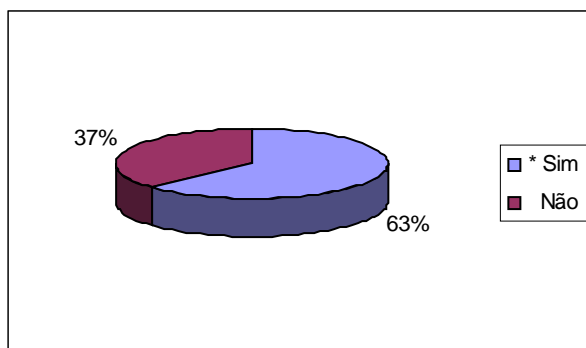
Dessa forma, é possível afirmar que os idosos compreendem Fórum como um espaço coletivo, por meio do qual eles próprios, entidades, representantes do governo e demais interessados nas questões da velhice se reúnem com o propósito de pensar e propor políticas públicas para o seu segmento.

Além disso, é possível afirmar, ainda, que a cidadania exercitada pelos idosos, nos FRCIs e no IFCI, acontece na dimensão coletiva, pois todos participam ativamente das decisões e partilham responsabilidades dos fracassos e dos sucessos obtidos em suas reivindicações e mobilizações, portanto, todos são igualmente importantes na luta e têm a oportunidade de refletir sobre o valor da prática política.

Ainda a respeito da pouca clareza que os representantes do segmento idoso têm no que se refere ao papel a ser exercido pelos FRCIs, IFCI e Conselho Municipal do Idoso, essa confusão poderia ser minimizada se fossem oferecidos cursos de capacitação continuada para as lideranças.

Perguntou-se aos coordenadores e lideranças dos FRCIs e do IFCI se eles haviam participado de algum curso de formação pol, nos últimos dois anos, e eles responderam:

Sim	63%
Não	37%



A seguir um relato a esse respeito:

“Os idosos precisam de suporte teórico para que possam exercer com qualidade a sua prática. Tudo é feito “aos trancos e barrancos”, uma hora o movimento acerta e conquista algumas coisas, depois perde e aí as pessoas sentem um grande desânimo” (“sra. My”, coordenadora).

Para Dagnino (2002), a necessidade de qualificação técnica específica tem se revelado um desafio importante para a sociedade civil, não só porque é condição necessária para uma participação efetiva, mas também pelas implicações que ela tem assumido na prática, entre elas, esta participação exige o domínio de um saber técnico especializado de que os representantes da sociedade civil, especialmente os dos setores subalternos, em geral, não dispõem. Assim sendo, a ausência desta qualificação é uma deficiência relativa em relação aos interlocutores governamentais e representantes de outros setores mais privilegiados da sociedade civil. Neste sentido:

Ela carrega para o interior desses espaços públicos uma desigualdade adicional que pode acabar reproduzindo exatamente o que eles têm como objetivo eliminar: o acesso privilegiado aos recursos do Estado que engendra a desigualdade social mais ampla (DAGNINO, 2002, p. 284).

No período delimitado para esta investigação (1995-2005), os FRCIs e o IFCI promoveram junto com ONGs, Sesc-SP, universidades, Prefeitura do Município de São Paulo, entre outras instituições: palestras, cursos e seminários, nos quais foram discutidas questões de cidadania, políticas sociais e legislação específica para o segmento idoso. Porém, essa formação não vem sendo feita de modo continuado.⁹⁸

Essa parceria vem acontecendo de forma mais acentuada em alguns FRCIs. O FRCI Santo Amaro/Capela do Socorro, desde o início de suas atividades, conta com o apoio da Universidade de Santo Amaro (Unisa). Além do espaço universitário para as reuniões, também foram realizados vários cursos de capacitação para idosos.

Os FRCIs da região leste mantêm uma estreita parceria com a Universidade da Cidade de São Paulo (Unicid). Essa aproximação começou em 1998, por meio da assistente social, Maria Olinda Carreira.⁹⁹ Após o desligamento de Carreira da Unicid, em razão de sua aposentadoria, a profa. Noely Cibeli dos Santos, enfermeira, aproximou-se do movimento.

Santos aproximou seus alunos do curso de Enfermagem dos FRCIs da região leste, por meio de diversas atividades, como oficinas de memória, palestras, entre outras.¹⁰⁰ Este trabalho originou uma dissertação de mestrado: *“Crença dos alunos de Enfermagem da Unicid sobre o cuidar do idoso”*, defendida pela profa. Noely dos Santos, na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo-USP, em 10 de agosto de 2006.

Uma aproximação entre os FRCIs, o IFCI e o Conselho do Idoso e as universidades poderá trazer bons frutos, pois, como diz Wanderley:

⁹⁸ A Prefeitura do Município de São Paulo e o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas do Envelhecimento, denominado Laboridade, têm promovido a maioria dos cursos realizados pelo IFCI.

⁹⁹ Carreira deixou a Unicid, mas continua colaborando com os FRCIs da região leste, por meio de cursos e palestras, voluntariamente.

¹⁰⁰ A autora da tese teve oportunidade de participar com a profa. Noely e com seus alunos de algumas atividades e de ouvi-los a respeito do envelhecimento. Muitos lhe contaram que, depois da convivência com os idosos, se sentem preparados para trabalhar profissionalmente com o segmento e conseguiram reelaborar algumas imagens que eles tinham da velhice, como associar velhice com morte.

A universidade faz pesquisas, teses, dissertações, mas isso não retorna para a população. Há dados interessantíssimos de reflexão positiva e negativa, mas eles não chegam ao movimento social, não retornam para o Conselho, não voltam à população (WANDERLEY, 2003, p. 42).

Eis um relato a esse respeito:

“As universidades deveriam se interessar mais pelos problemas dos idosos. Deveriam trazer alunos até a comunidade para oferecer cursos de capacitação de lideranças, para falar sobre os direitos dos idosos” (“sra. My”, coordenadora).

Vale destacar que os coordenadores dos FRCIs e do IFCI têm buscado novos parceiros para que juntos possam oferecer cursos aos idosos. Entretanto, há muitos obstáculos a serem vencidos: espaços para a realização dos cursos, sem custos financeiros, e professores para ministrar aulas, voluntariamente. Isto porque os FRCI e o IFCI não têm verba para a realização de suas atividades.

Assim sendo, a questão da formação continuada dos idosos ainda é um desafio a ser vencido pelos organizadores dos FRCIs e do IFCI.

Um momento marcante na relação entre os FRCIs, o IFCI e o GCMI é o da disputa da executiva do GCMI.

Os coordenadores dos FRCIs e do IFCI, nas assembleias mensais que antecedem as eleições para a nova executiva do GCMI, estimulam os idosos a participarem do processo eleitoral, a disputarem uma vaga de conselheiro. Para tanto, conselheiros do GCMI são convidados para falar nas reuniões dos FRCIs e do IFCI sobre a importância do papel que desempenham em defesa dos direitos do segmento idoso de São Paulo. Pessoas que demonstram maior envolvimento com a causa dos idosos e maior disponibilidade de tempo são estimuladas a participarem da eleição no GCMI.

Após a escolha dos candidatos que irão disputar uma vaga de conselheiro, os FRCIs iniciam um trabalho no sentido de conseguir votos para os seus

representantes e fazem isso de diferentes formas: apresentando-os em grupos de terceira idade, entidades que desenvolvem atividades junto ao segmento idoso, etc.; abrindo espaço na pauta das assembléias mensais para que eles possam apresentar suas propostas de trabalho junto ao GCMI e assim possam "convencer" seus companheiros a votarem neles.¹⁰¹

No dia 5 de outubro de 2005, os FRCIs da região leste realizaram um encontro para apresentação dos seus candidatos a conselheiro. Uma candidata apresentou-se da seguinte forma:

"Eu trouxe uma coletânea aqui de leis que facilitam a vida do idoso. Temos a lei que criou o Grande Conselho Municipal de Idosos e muitas outras, eu não vou ler cada uma delas. Mas, nós temos as leis. Precisamos trabalhar unidos para ver estas leis saírem do papel (...)" ("sra. Tz", candidata a conselheira).

Uma outra candidata apresentou-se assim:

"Amigos, estou me candidatando novamente. Quando eu entrei no Grande Conselho Municipal de Idoso eu não sabia por onde eu ia. Agora estou aqui, somando com outros companheiros para levar o nome da zona leste. Vamos torcer para que um de nós possa ganhar a presidência do Grande Conselho para a zona leste" ("sra. NG", candidata a conselheira).

Embora essa participante tenha destacado a importância de um candidato da região leste ocupar a presidência do GCMI, não se observaram competições entre regiões. Os idosos, com frequência, afirmam que respeitam e valorizam as lutas empreendidas pela população da zona leste por melhores de condições de vida.

O GCMI é composto por representantes dos idosos e da administração municipal e possui uma executiva formada por cinco representantes dos idosos, escolhidos entre os mais votados. A executiva tem um mandato de dois anos.

¹⁰¹ Todos os cidadãos residentes na cidade de São Paulo, com idade igual ou superior a 60 anos, podem votar para escolher os conselheiros para o GCMI.

A eleição do GCMI acontece em dois turnos, os candidatos mais votados em cada uma das cinco regiões: norte, sul, leste, oeste e central da cidade disputam, num segundo turno, os cargos da secretaria executiva.

O candidato mais votado ocupa a presidência; o segundo, a vice-presidência; o terceiro, a primeira secretaria; o quarto, a segunda secretaria e o quinto, a vaga de vogal.

A eleição no primeiro turno acontece nas regiões: norte, sul, leste, oeste e centro e é realizada, normalmente, nas sedes das subprefeituras. No segundo turno, a eleição se realiza no Centro Cultural Vergueiro, um equipamento social da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) bastante conhecido dos moradores da cidade.¹⁰²

A posse da diretoria executiva do GCMI, nos últimos anos, vem sendo realizada em um centro de convenções da PMSP, um local de difícil acesso, distante de estações de metrô, mas, ainda assim, os idosos comparecem em grande número.

No dia 5 de novembro de 2005, foi eleita presidente do GCMI, para o biênio 2006-2008, a sra. Irene Cruz Annes, 63 anos, jornalista, coordenadora do FRCI Butantã e colaboradora do FRCI Pinheiros. A vice-presidência ficou com o sr. Antônio Santos Almeida, liderança do FRCI Tatuapé, localizado na região leste da cidade.

Após o resultado da eleição para a executiva do GCMI, os FRCIs e o IFCI fazem algumas avaliações sobre o processo eleitoral: o desempenho alcançado pelos candidatos, como foi a participação de idosos de sua região no pleito, etc.

A pesquisadora acompanhou a avaliação feita pelos FRCIs da região leste, dois dias após o resultado da eleição da executiva do GCMI para o biênio 2006-2008.

¹⁰² O Centro foi inaugurado em 1992 e possui uma arquitetura interessante, em vidro e concreto, o que deixa o lugar transparente e bastante acolhedor. Há um jardim interno com plantas da mata atlântica, salas de cinema e de teatro e um palco onde são realizados shows musicais. No Centro, são oferecidas várias oficinas socio-educativas gratuitas. Tem uma biblioteca voltada, principalmente, para o público do ensino fundamental e médio. Fica próximo de uma estação de metrô, na região do centro expandido da cidade, portanto, é de fácil acesso.

Os idosos estavam inconformados com o resultado da eleição, pois o candidato indicado pela maioria dos participantes dos FRCIs da região leste, para concorrer à presidência do GCMI, não conseguiu eleger-se presidente. Ele foi o segundo colocado na votação.

Uma liderança histórica da região que participa do movimento de saúde desde a década de 1970 reclamou da falta de união dos participantes dos FRCIs em torno de um nome para representar a zona leste:

“Tudo que nos divide é ruim. Nós ficamos vendo chegar ônibus e mais ônibus, um atrás do outro. Eu fiquei tão nervosa que fiquei gritando, uma coisa que eu não costumo fazer. Eu sou uma pessoa equilibrada. Eu comecei a entender. Eu perdi. Esta eleição nós já perdemos. Depois eu fiquei calada, fiquei tentando me acalmar (...). Nós precisamos de mais união (...)” (“sra. OD” participante do FRCI Tatuapé).

Alguns parlamentares, vinculados a diferentes partidos, oferecem contribuições para candidatos a conselheiros: ônibus para transportar eleitores até os locais da votação; carros para que eles possam divulgar suas propostas de trabalho nos grupos de terceira idade, entidades, etc.; folhetos de propaganda, entre outras. Muitos candidatos aceitam ajuda de parlamentares, até porque, alguns candidatos desenvolvem trabalhos com esses parlamentares na região durante anos, embora, quando questionados por seus pares, se aceitarão ajuda de políticos em suas campanhas, eles neguem.

O fato é que os idosos acreditam que parlamentares que oferecem ajuda a candidatos a conselheiros, mais tarde, pedirão algo em troca, em razão do “favor” prestado. Entendem que isso representa um retrocesso democrático, pois traz de volta a lógica “*toma lá, dá cá*”.

Essas discussões são positivas porque dão ensejo sobre a reflexão de práticas tradicionais da cultura política brasileira, as quais os idosos almejam contribuir para modificá-las.

Uma participante que não havia apoiado o candidato indicado pela maioria dos participantes dos FRCIs da região leste, para disputar a presidência do GCMI, relatou:

“Minha avaliação não vai em torno de pessoas. Faz parte da democracia competir. Nós vivemos numa democracia. O que nos preocupa é a falta de participação dos idosos. Nesta eleição a presença foi muito fraca. Mas não podemos negar, tudo correu bem. A contagem dos votos foi corretíssima. Cada candidato trabalhou à sua maneira e conseguiu um número de votos. O candidato perdedor tem que avaliar com a sua equipe o que ele fez de errado e de certo. Eu fiz a minha escolha e quero ser respeitada por isso” (“sra. Tz”, participante do FRCI Tatuapé).

Da última eleição da executiva do GCMI para o biênio 2006-2008 participou um número bem menor de idosos em relação aos anos anteriores. Um dos motivos, segundo os idosos, deve-se ao fato de a PMSP ter atrasado a entrega do material de divulgação da eleição. Sendo assim, as lideranças tiveram pouco tempo para distribuí-lo em suas regiões.

Um outro motivo que reduziu o número de participantes no último pleito eleitoral do GCMI deve-se à alteração na idade mínima para uma pessoa votar e ser eleita conselheira, de 50 anos para 60 anos. De acordo com integrantes do GCMI, o pouco envolvimento de conselheiros com idade inferior a 60 anos, em atividades realizadas pelo Conselho, motivou-os a fazer esta alteração no Regimento.

Uma participante respondeu o seguinte para “sra. Tz”, que declarou não ter apoiado o candidato indicado pela região leste:

“A gente tem que pesar numa eleição a caminhada até aqui. Não estamos falando de pessoa. Estamos falando de caminhada junto e isso não aconteceu nesta eleição” (“sra. Cz”, participante do FRCI Tatuapé).

A “sra. Tz”, que não apoiou o candidato indicado pela zona leste, pediu para falar novamente:

“Se a nossa zona leste não tem competência para trabalhar junto e bem, então, nós temos que reconhecer isso. Nós temos nossas diferenças internas e não é bom misturar as estações. Nós estamos numa democracia e cada um vota em quem bem quiser. Todos nós somos livres, o eleitor é livre para votar em quem quiser”.

O candidato indicado pela maioria dos participantes dos FRCIs da região leste, que não conseguiu eleger-se presidente do GCMI, foi o último a falar:

“Dentro do nosso trabalho tem que ter clareza, tudo tem que estar claro, detalhe por detalhe. Eu fiz uma campanha honesta, um trabalho limpo. Trabalhei do meu jeito. Pelo trabalho que eu tenho na zona leste eu sabia que pelo menos a conselheiro eu chegaria. Fui mais longe, consegui me eleger vice-presidente e me sinto satisfeito com o resultado. Agora chega de discussão, vamos trabalhar para o idoso. Vou ajudar, colaborar com a nova presidente no que ela precisar”.

Esse confronto de idéias é fundamental para o aprimoramento do fazer política, pois como diz Rancière (1996), a política pressupõe a existência do conflito, do dissenso.

O dissenso, segundo Rancière, não é a guerra de todos contra todos, mas um conflito a respeito da constituição do mundo comum. Assim sendo, o dissenso dá ensejo para discussões a respeito de um mundo sobre o qual as partes querem debater.

2.2 *A relação entre os FRCIs, o IFCI e a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP)*

Os FRCIs e o IFCI não têm sede própria e, por esta razão, vêm ocupando espaços cedidos por diversas instituições: OAB-SP, Associação dos Bancários Aposentados do Estado de São Paulo (Abaesp)¹⁰³, Conselho Estadual de Idosos de São Paulo¹⁰⁴, ONGs, universidades, igrejas católicas e evangélicas e, especialmente, pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

O uso de um espaço dentro da repartição pública, notadamente, na subprefeitura¹⁰⁵, sede do poder público municipal em sua região, tem estreitado o diálogo entre o movimento e os gestores da política pública. Com frequência, o subprefeito participa das reuniões do FRCI quando aproveita para informar sobre as ações que a PMSP vem desenvolvendo, e os idosos fazem os encaminhamentos necessários e cobram respostas daqueles formalizados anteriormente.

É possível observar que mudanças foram sendo incorporadas no governo local no sentido de constituir uma interlocução entre a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) e o segmento idoso. Neste sentido, a criação dos FRCIs e do IFCI constitui um instrumento para a ampliação da participação no âmbito local, com capacidade de contribuir positivamente na redefinição de regras de convivência entre Estado e segmento.

Nelli Machado, profissional que propôs a criação do primeiro FRCI e do IFCI se expressa a esse respeito:

¹⁰³ A Abaesp, fundada em 1965, conta com o apoio da organização sindical Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) para gerenciar suas atividades e tem contribuído com os FRCIs e o IFCI de diferentes modos: xerocopiando material e oferecendo apoio logístico quando da realização de cursos de formação de lideranças.

¹⁰⁴ Além do IFCI também se encontrava no Conselho, a Associação Nacional de Gerontologia-Seção São Paulo (ANG-SP), entidade técnico-científica que, naquele momento, era presidida pela sra. Maria Alice Nelli Machado.

¹⁰⁵ O processo de descentralização administrativa foi implantado em São Paulo, em 2002, no governo Marta Suplicy (1989-1992), quando começaram a funcionar 31 subprefeituras na cidade.

“O surgimento dos vários Fóruns criou possibilidade de uma relação dos idosos com os centros de poder local, como as subprefeituras e as secretarias descentralizadas, garantindo programas e projetos regionais em várias áreas. Penso que a formulação de ações públicas para os idosos nas subprefeituras foram certamente motivadas pela organização e participação dos Fóruns na região”.

Os FRCIs e o IFCl vêm contando, ao longo de sua história, com a assessoria de profissionais da Prefeitura do Município de São Paulo, a maioria com grau universitário e formação em diversas áreas: Educação Física, Psicologia e um grande número em Serviço Social.

Muitos militaram em movimentos sociais: de mulheres, estudantis, moradia, entre outros. Alguns integraram grupos de resistência contra a ditadura e após o golpe militar deixaram São Paulo, com receio de represália, por parte dos integrantes do regime militar. Foram morar em cidades do interior do Estado, em outros Estados ou países; mas, com a abertura política, retornaram e começaram a participar de movimentos sociais.

Eis o que relataram esses profissionais a respeito de suas atuações na assessoria dos FRCIs e do IFCl:

“Atuo de forma independente. Não existe cobrança formal. É a minha condição de cidadã que me move a isto” (“sra. RV”, assistente social).

“A iniciativa de participar do movimento do idoso sempre foi individual, calcada nas experiências e convicções anteriores, apoiando-me na possibilidade de ascensão dos idosos, por meio de conquistas já alcançadas e na realidade excludente que exige respostas. Porém, respeitando a legislação, buscando o apoio das chefias, o respaldo para que a atuação possa acontecer. Sempre respeitamos e valorizamos essa questão. Mas, é sempre uma contradição, no dia-a-dia do trabalho, as chefias e os colegas de trabalho não valorizam o segmento. Há muito preconceito e distorcem o nosso trabalho, consideram-no como ‘lazer’ ou ‘gueto’. Poucas unidades

desenvolvem ainda um trabalho nesse sentido de buscar a cidadania do idoso, como acontece nos Fóruns. As unidades da Prefeitura que trabalham com idosos buscam mesmo é o lazer” (“sra. CR”, assistente social).

“Atuo como apoiadora, por ser representante do governo. Porém, com as mudanças na administração, fui transferida de setor, mas continuo fazendo o mesmo trabalho que eu fazia no Fórum. Independentemente de determinação, ou vontade, de minha chefia” (“sra. AG”, técnica em Administração).

“Minha atuação é independente, mas conto com a colaboração da chefia, quando necessária. Embora desenvolva uma série de atividades de que ela não tem conhecimento” (“sra. MC”, assistente social).

“Anteriormente quando eu era funcionária da PMSP não havia nenhuma espécie de supervisão. Atualmente, atuo em nome da Laboridade ¹⁰⁶, converso sobre as questões do movimento com amigos, profissionais que têm algum interesse por essa temática” (“sra. CE”, assistente social).

Os profissionais reconheceram que não há interesse de seus colegas de trabalho pela temática do envelhecimento, pois, quando os procuram para compartilhar alguma questão que surgiu em suas práticas, recebem respostas curtas, evasivas e, imediatamente, a conversa é redirecionada para um outro assunto, mas, não souberam precisar o porquê desse desinteresse. Um dos motivos deve-se ao fato de o envelhecimento ser um tema novo para os profissionais da PMSP. Sendo assim, algumas pessoas consideram-no secundário, por desconhecem a sua complexidade.

Perguntados a respeito do que os motiva a trabalhar junto com o segmento idoso, eis alguns relatos a esse respeito:

¹⁰⁶ Laboridade denomina-se Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas do Envelhecimento.

“Colaborar para que haja melhoria na condição de vida dos idosos. Despertar no idoso o interesse por causas sociais. Incentivá-lo a sentir-se cidadão” (“sra. RV”, assistente social).

“(...) a consciência de contribuir para que o idoso tenha voz ativa. Na construção de um novo conceito de envelhecimento, de apropriação de sua cidade, de seu país, resgatando sua história pessoal e coletiva. O Fórum é um espaço privilegiado para a questão das políticas públicas para idosos (...)” (“sra. CR”, assistente social).

Dessa forma, é possível afirmar que esses profissionais assessoram os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e o Interfórum do Cidadão Idoso por afinidade, convicção pessoal e ideológica e por terem compromisso ético-político com os interesses coletivos do segmento idoso.

2.3 A relação entre os FRCIs, o IFCI e os candidatos de diferentes partidos a cargos eletivos nos poderes Executivo e Legislativo

Em períodos eleitorais, muitos políticos aproximam-se de coordenadores dos FRCIs e do IFCI. Alguns procuram agregar lideranças que se identificam com suas propostas, a fim de que elas as divulguem em suas regiões e, assim, consigam votos. Outros aparecem momentos antes do pleito e distribuem brindes como camisetas, canetas, entre outros e, por vezes, oferecem, para as lideranças idosas, trabalho remunerado, durante o período da campanha. Alguns idosos vêem nesses convites a possibilidade de conseguirem uma quantia em dinheiro para complementar sua renda mensal, sentem-se valorizados por estarem vinculados a um parlamentar e acabam aceitando.

Dessa forma, muitas lideranças envolvem-se em campanhas eleitorais. Levam material de propaganda de seus candidatos para distribuir nas reuniões nos FRCIs e no IFCI e as discussões em torno das escolhas feitas pelas lideranças são sempre calorosas.

Os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos localizados na região leste passaram a organizar encontros com candidatos a cargos eletivos de diferentes partidos, com o propósito de dar transparência ao cerco que alguns candidatos vinham fazendo aos coordenadores dos FRCIs e do IFCl.

Os idosos convidam os candidatos para um debate aberto ao público. Comparecem coordenadores dos FRCIs, do IFCl, conselheiros do GCMI, profissionais que trabalham junto com o segmento idoso, idosos moradores de várias regiões da cidade e estudantes da Universidade da Cidade de São Paulo (Unicid), instituição que tem cedido espaço para a realização destes eventos.¹⁰⁷

Os encontros são organizados por uma comissão que os prepara em formato de debate, com perguntas e tempo para os candidatos respondê-las. No final, é entregue um documento denominado protocolo de intenção, no qual eles se comprometem a defender os interesses do segmento do idoso e os organizadores da comissão solicitam que o assinem, desde que estejam de acordo com o mesmo.

Nesses encontros, os idosos têm a oportunidade de refletir sobre a importância da ação política como uma possibilidade de diálogo com representantes do Executivo e do Legislativo, voltada para a efetivação de projetos para o segmento idoso.

Merece relatar alguns fatos ocorridos na reunião do dia 6 de outubro de 2004, no FRCI Tatuapé, referentes ao envolvimento de lideranças em campanhas políticas. O “sr. OR” foi criticado por uma participante do Fórum por ter oferecido apoio eleitoral a um candidato a vereador que, na opinião dela, sempre esteve distante das questões dos idosos. O “sr. OR” respondeu-lhe¹⁰⁸:

¹⁰⁷ Os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos, localizados na região leste, promoveram uma série de encontros entre o segmento idoso e candidatos de diferentes partidos à Prefeitura do Município de São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo, Assembléia Legislativa do Estado e Congresso Nacional. Esta iniciativa vem sendo realizada também por outros FRCIs.

¹⁰⁸ Este senhor estava visivelmente emocionado, ele soluçava e falava ao mesmo tempo.

“Precisei procurar ajuda de político, porque minha cunhada estava morrendo. Eu fui com ela até o hospital do Tatuapé e vi que tinha um monte de gente no corredor, esperando para ser atendida. Eu pensei: isso aqui é o corredor da morte. Não adianta vocês ficarem me criticando, quando não temos quem nos apoiar, então, a gente fica a mercê de político”.

Uma outra participante defendeu a escolha feita pelo “sr. OR” e ponderou:

“Precisamos respeitar as escolhas de cada um, pois estamos vivendo numa democracia e isso deve ser respeitado. É claro que temos que dialogar com candidatos que estão na Comissão Permanente Extraordinária do Idoso¹⁰⁹, porque é um sinal que eles têm interesse pela nossa luta. Precisamos avaliar melhor quem estamos votando porque isso significa criar um espaço nos nossos encontros para o voto consciente. A pessoa precisa votar numa proposta e não em pessoas. Mas cada pessoa deve ser respeitada nas suas escolhas porque isso é democracia” (“sra. Tz”, participante do FRCI Tatuapé).

Nas reuniões seguintes, os coordenadores desse Fórum trouxeram palestrantes para discutir questões referentes à saúde, na perspectiva de direitos de cidadania.

Essa discussão é fundamental, pois na velhice, aumenta a probabilidade de incidência de doenças, portanto, nesta fase da vida, as pessoas necessitam de maior proteção do Estado. Conforme estatísticas médicas, após os 65 anos de idade, 95% das pessoas terão pelo menos uma doença crônica e 15% acumularão cinco delas. Atualmente, entende-se por pessoa saudável não aquela que está livre de doenças, mas aquela que mantém preservada sua autonomia. Luiz Ramos afirma

¹⁰⁹ A Comissão Extraordinária Permanente do Idoso, da Câmara Municipal de São Paulo, foi criada em 2001, com o propósito de fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos à proteção dos direitos de idosos, e de propor políticas públicas voltadas para o segmento idoso. As reuniões são quinzenais e normalmente contam com a presença de várias lideranças idosas. É composta por sete vereadores, sendo um deles designado para presidi-la.

que: “o sonho das pessoas não deve ser a ausência de doenças, mas sim preservar suas funções básicas” (RAMOS, 2004).¹¹⁰

Assim, na velhice, os gastos com remédios são indispensáveis, o que leva a uma diminuição na renda do idoso. Como afirma Gustavo Sugahara: “(...) o gasto médio mensal com medicamentos compromete aproximadamente um quarto da renda (23%) de metade da população idosa brasileira” (SUGAHARA, 2005, p. 276).

Mas, na contramão da longevidade, tem-se a aplicação do receituário neoliberal, que impõe um estado mínimo para o social, como afirma Chauí:

(...) a idéia de direitos sociais como pressupostos e garantia dos direitos civis ou políticos tende a desaparecer, porque o que era um direito converte-se num serviço privado regulado pelo mercado e, portanto, torna-se uma mercadoria a que têm acesso apenas os que têm um poder aquisitivo para adquiri-la (CHAUÍ, 2000, p. 31).

Segundo a lógica neoliberal, devem-se conter investimentos em serviços públicos; neste contexto, como diz Maria Célia Paoli: “a preocupação com o social quer dizer atraso, retrocesso” (PAOLI, 1999, p. 9).

Estudos têm revelado que o SUS não consegue atender a demanda desta faixa etária, sendo assim, os idosos procuram atendimento na rede privada de saúde. Porém, o número de pessoas idosas que têm plano de saúde é pequeno.

Segundo a Fundação Seade (2004), a maioria da população paulista (62%) não possui planos de saúde, portanto, depende do SUS. Além disso, como se sabe, muitos planos de saúde particulares não cobrem exames laboratoriais mais complexos e, assim, essa parcela da população também necessita do SUS.

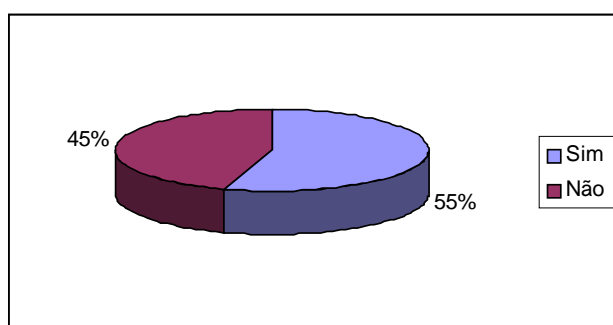
Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria-Geral da Presidência da República, em 2005, mostram que nos últimos cinco anos houve um pequeno aumento na proporção de idosos com plano de saúde, embora essa proporção, no

¹¹⁰ Os dados acima mencionados foram divulgados pela revista *Época*, nº 340, p. 86-93, de 22.11.2004.

Brasil, seja baixa. Em 2003, aproximadamente 31% das mulheres e 27% dos homens idosos possuíam planos de saúde.

Apenas para situar, quando lhes foi perguntado se têm plano de saúde, os sujeitos da pesquisa responderam da seguinte forma:

Sim	55%
Não	45%



Esses planos de saúde são pagos por seus familiares, especialmente, filhos.

2.4 Propondo políticas públicas para o segmento

O Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) e os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCIs) contribuíram para a formulação de políticas públicas específicas para o segmento idoso, a partir de prioridades apontadas pelos idosos. A seguir são destacadas algumas ações empreendidas pelo IFCI e pelos FRCIs com este propósito, em razão do expressivo número de idosos que participaram delas e de parceiros que ajudaram a concretizá-las.

Em 2001, o IFCI e os FRCIs discutiram questões relativas aos direitos fundamentais das pessoas idosas com o propósito de elaborarem um documento com diretrizes que pudessem subsidiar políticas públicas específicas para o segmento.

Além de participantes dos FRCIs e do IFCI, essa mobilização contou com a participação de conselheiros do Conselho Municipal do Idoso de São Paulo, funcionários públicos municipais que trabalham junto com o segmento idoso. Após a elaboração do documento, denominado “Carta do Idoso do Município de São Paulo - Cidadania de Fato 2001”, idosos reuniram-se para entregá-lo à prefeita Marta Suplicy. Eis o relato de uma profissional que assessora os FRCIs a esse respeito:

“A participação ativa dos idosos na reflexão de sua condição levou a proposições e encaminhamentos significativos, como a Carta do Idoso do Município de São Paulo à Prefeita Marta Suplicy, no Palácio do Anhembi, com comparecimento de 2.300 idosos numa grande mobilização na cidade” (“sra. CE”, assistente social).

Selma Amaral Silveira também se expressa a esse respeito:

A Carta do Idoso foi resultado da organização dos idosos, que se reuniram nos fóruns regionais existentes em diferentes pontos do município, para elaborar as diretrizes para a Previdência Social, Trabalho, Assistência Social, Saúde, Transporte e Trânsito, Educação, Esportes e Lazer, Cultura, Violência e Segurança, Moradia, Meio Ambiente e Organização e Participação Social (SILVEIRA, 2002, p. 171).

Em setembro de 2002, milhares de idosos reuniram-se para a elaboração coletiva de uma proposta de Política Municipal do Idoso para a cidade de São Paulo. Essa mobilização contou com a participação do Interfórum do Cidadão Idoso, dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos, do Conselho Municipal do Idoso e de funcionários públicos municipais que naquele momento integravam um grupo de trabalho na área do idoso. A proposta foi redigida em capítulos: princípios e diretrizes; organização e participação social; ações governamentais nas áreas da assistência social, esportes e lazer, saúde, habitação, cultura, educação, transporte e trânsito, justiça e segurança urbana e trabalho.¹¹¹ Eis um relato a esse respeito:

¹¹¹ Documento anexado à tese. Vários artigos do Projeto de Lei nº 181/2002, que criou a Política Municipal do Idoso na cidade de São Paulo, foram tirados da “Carta do Idoso do Município de São Paulo – Cidadania de Fato 2001” e da proposta para a Política Municipal do Idoso, elaborada pelos idosos em 2002.

“Uma ação marcante dos Fóruns foi a elaboração da Política Municipal do Idoso porque os Fóruns promoveram debates, estudos, redigiram propostas para a Política” (“sra. CR”, assistente social).

No segundo semestre de 2005, o IFCI promoveu vários encontros com a presença de representantes de FRCIs, Conselho Municipal do Idoso, ONGs, universidades, sindicatos e associações de aposentados, entre outras instituições, com o propósito de estimular reflexões sobre a realidade em que está inserido o segmento idoso e oferecer subsídios teóricos para os membros da delegação que iriam representar o Estado de São Paulo, na Primeira Conferência Nacional de Direitos do Idoso, construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, que se realizou entre 23 e 26 de maio de 2006.¹¹² Uma coordenadora relatou o seguinte:

“(...) quem puxou a discussão e mobilizou várias forças: Grande Conselho Municipal do Idoso, universidades, entidades para a Primeira Conferência Nacional dos Direitos do Idoso foi o Interfórum junto com os Fóruns. Aqui nos Fóruns da zona leste, nós realizamos várias discussões e tivemos várias palestras sobre os temas dos eixos da Conferência e o Interfórum também fez a sua parte (...) Os Fóruns em seus dez anos de existência cumpriram um papel relevante na história da cidade de São Paulo porque debateram todos os acontecimentos que poderiam afetar de algum modo a vida dos idosos” (“sra. Cz”, coordenadora).

Esses encontros produziram bons resultados e mostraram que as forças sociais que representam o segmento do idoso precisam continuar reunindo-se para que possam sugerir ações, programas, e influenciar na criação de políticas públicas para o segmento. Pela primeira vez, o Interfórum do Cidadão Idoso desenvolveu

¹¹² A Conferência foi promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e contou com a assessoria técnica de estudiosos e pesquisadores: Potyara A. Pereira, Elisabeth Frohlich Mercadante, Silvana Tótora, Maria Cecília Minayo, entre outros. A pesquisadora desta tese foi eleita delegada pelo segmento das universidades e, por esta razão, integrou a delegação que representou o Estado de São Paulo na Conferência Nacional.

ações no âmbito do Estado de São Paulo e nacional, ao eleger delegados nas Conferências da Região Metropolitana de São Paulo, Estadual e Nacional.¹¹³

Nos últimos cinco anos, os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos localizados na região leste vêm promovendo encontros com a presença dos demais FRCIs existentes na cidade de São Paulo, do Interfórum do Cidadão Idoso, ONGs, universidades, representantes dos poderes Executivo e Legislativo, entre outros representantes do segmento, para que juntos possam pensar em ações específicas para esta faixa etária da população.

Em 11 de agosto de 2004, foi realizado um encontro na cidade de Ibiúna, em São Paulo, que contou com a participação de representantes de FRCIs de todas as regiões da cidade, de conselheiros do Conselho Municipal do Idoso, vereadores que integram a Comissão Extraordinária Permanente dos Idosos da Câmara Municipal de São Paulo.¹¹⁴ Neste encontro havia representantes de forças sociais, num total de 220 representantes.

O debate centrou-se em duas questões: o que é necessário para fortalecer o movimento social de idosos na cidade de São Paulo e o que deveria constar da Carta de Ibiúna, a ser entregue à próxima gestão municipal. O resultado dos trabalhos realizados foi sistematizado no documento denominado Carta de Ibiúna. Coube a alguns coordenadores de FRCIs e do IFCI a tarefa de dar continuidade às proposições contidas nela, bem como encaminhá-la a setores da administração municipal e ao poder Legislativo municipal.

¹¹³ A cidade de São Paulo não realizou a sua conferência. A Prefeitura do Município de São Paulo alegou falta de tempo para preparar uma conferência na cidade. Assim sendo, a capital participou da conferência realizada pelos municípios da região metropolitana de São Paulo, pelo Estado de São Paulo e da nacional. As conferências desenvolveram suas discussões a partir de oito eixos: ações para efetivação dos direitos da pessoa idosa quanto à promoção, proteção e defesa da pessoa idosa; violência contra o idoso; a saúde da pessoa idosa; previdência social; assistência social à pessoa idosa, financiamento e orçamento público das ações necessárias para a efetivação dos direitos da pessoa idosa; educação, cultura, esporte e lazer para os idosos; controle democrático e papel dos conselhos.

¹¹⁴ A Comissão Extraordinária Permanente do Idoso foi instituída em 2001 e é composta por sete vereadores, sendo um deles designado para presidi-la. Faz parte de suas competências: promover a defesa dos idosos, aposentados e pensionistas; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos à proteção dos direitos dos idosos; estudar e propor políticas públicas aptas a proporcionar a melhoria de sua qualidade de vida e integridade social; manifestar-se nos projetos de lei que tenham por objeto matéria atinente a idosos, aposentados e pensionistas, no mesmo prazo regimental das Comissões Permanentes, desde que autorizado pelo presidente.

A Carta de Ibiúna é extensa¹¹⁵ e, por este motivo, serão citados apenas alguns de seus itens. Há várias sugestões de proposições para secretarias municipais, como constituição de farmácias populares sediadas nas subprefeituras, com funcionamento ininterrupto; melhoramento e manutenção das vias públicas, especialmente calçadas; estímulo de bolsa-estudo (um salário mínimo) para participantes do curso de alfabetização. Eis mais um relato a respeito:

“O encontro preparatório para pensar o movimento em Ibiúna foi especial porque envolveu representantes de Fóruns, do Interfórum e pela participação do Grande Conselho Municipal do Idoso e da Comissão Extraordinária do Idoso da Câmara Municipal de São Paulo (...) pela forma organizada que os idosos conduziram os trabalhos e sistematizaram os resultados” (“sra. CE”, assistente social).

Uma outra ação que merece ser mencionada refere-se à busca permanente de participantes do Fórum Regional de Cidadãos Idosos de Pinheiros para criação e continuidade do Centro de Integração, Informação e Preparação para o Envelhecimento (CIPE), em cujo projeto eles trabalharam durante alguns meses, no ano de 2003.¹¹⁶

O projeto aponta diversas ações que o poder público municipal poderá empreender para assegurar um envelhecimento ativo aos moradores da região, entre elas: desenvolver projeto de memória pessoal do bairro; criar programas habilitadores de atividades rentáveis, com orientação e treinamento; criar cursos de informática para idosos; organizar atividades físicas e esportivas para idosos com acompanhamento técnico e especializado; instalar Centro Regional de Referência à Saúde do Idoso com equipe multiprofissional.

Depois de uma série de reuniões, entre representantes do FRCI Pinheiros e da Prefeitura do Município de São Paulo, foi assinado, pelas partes, um documento denominado Termo de Autorização e Compromisso¹¹⁷, por meio do qual foi cedido

¹¹⁵ Documento anexado à tese.

¹¹⁶ Projeto anexado à tese.

¹¹⁷ Termo de Autorização e Compromisso anexado à tese.

um espaço para o funcionamento do CIPE.¹¹⁸ A esse respeito, veja-se o seguinte relato:

“O Fórum (refere-se ao FRCI Pinheiros) tem alcançado alguns ganhos (...) tem sido considerado na comunidade: jornais divulgam suas ações, realizações (...) conseguiu-se novos espaços para os idosos em Pinheiros como o centro de saúde voltado para o segmento e o CIPE (...) O processo de conquista do CIPE foi muito interessante porque foram feitos muitos debates, estudos e contou com a mobilização dos idosos” (“sra. CR”, assistente social).

Com o passar do tempo, a PMSP foi deixando de enviar pessoal operacional e professores para ministrar aulas de dança, canto e teatro no CIPE. Os idosos têm realizado atividades a fim de arrecadar dinheiro para pagar uma pessoa para manter limpo o ambiente e comprar materiais de limpeza; as atividades realizadas são: bingos e venda de roupas usadas. Eles também têm procurado o apoio de integrantes da Comissão Extraordinária Permanente do Idoso e da Câmara Municipal de São Paulo.

O presidente da referida Comissão compareceu ao FRCI de Pinheiros no dia 21 de fevereiro de 2005, atendendo a um convite dos organizadores do CIPE. Os idosos solicitaram o apoio do vereador no sentido de defender, junto a seus colegas de Comissão, a manutenção desse espaço.¹¹⁹

A relação entre a PMSP e o CIPE ficou ainda mais fragilizada quando funcionários municipais, sem comunicar aos coordenadores do CIPE, cortaram várias árvores centenárias existentes no local, em 2004. Os idosos estiveram na PMSP e foram informados de que as árvores foram cortadas porque havia um

¹¹⁸ Um local bastante agradável. A construção é térrea, contendo uma cozinha, uma sala ampla e duas salas menores, um banheiro e uma área de serviço. Possui um amplo pátio e árvores, que recebem a visita de passarinhos.

¹¹⁹ Segundo os idosos, representantes do poder público municipal têm manifestado interesse de vender o local, onde está instalado o CIPE. Não sabemos precisar se isso é real. De fato, o CIPE fica em uma região bastante valorizada pelo mercado imobiliário. A imprensa tem noticiado que a Editora Abril tem interesse em adquirir essa área para construir ali um centro cultural.

parecer técnico, emitido por um engenheiro, dizendo que elas estavam contaminadas e recomendando o corte.

Os idosos indignaram-se com a forma como a PMSP conduziu essa questão. Algumas pessoas consultadas falaram a esse respeito:

“Foi um descaso do poder público com os idosos, o pessoal poderia ter pelo menos comunicado que iria cortar as árvores” (“sra. OM”, participante do FRCI Pinheiros).

“É lamentável, a população idosa tinha que ter sido ouvida e, ainda por cima, perdem a oportunidade de envolver a população num projeto de educação” (“sra. PO”, participante do FRCI Pinheiros).

“Eu me aborreci muito com essa história, eu estou muito triste. Fui lá até várias vezes.¹²⁰ Falei com a engenheira que eu queria ver o laudo que determinava o corte das árvores, mas ninguém me mostrou” (“sra. CI”, participante do FRCI Pinheiros).

Freqüentadores do CIPE organizaram um ato simbólico de protesto a essa atitude da PMSP, no qual replantaram algumas árvores no mesmo local em que haviam sido cortadas.

Além da Comissão Extraordinária Permanente do Idoso, os idosos têm procurado apoio em ONGs para assegurar a manutenção do CIPE, com bons resultados, como o projeto “Oldnet”, uma parceria entre o CIPE e a ONG Projeto Aprendiz.¹²¹

Até o término desta pesquisa, o relacionamento entre a PMSP e os coordenadores do CIPE continuava inalterado. Assim sendo, o poder público municipal continuava não oferecendo apoio às ações empreendidas pelos idosos no

¹²⁰ Refere-se às suas idas até a subprefeitura de Pinheiros.

¹²¹ A ONG Projeto Aprendiz é coordenada pelo jornalista Gilberto Dimenstein. O jornalista fez algumas reportagens sobre o CIPE que foram publicadas na grande imprensa.

CIPE e estes continuavam buscando caminhos, parceiros para ajudá-los a manter em funcionamento o Centro. Além disso, continuavam ajudando a promover as atividades desenvolvidas pelo FRCI de Pinheiros, uma vez que respondem pela coordenação dos dois espaços.¹²²

Em síntese, os idosos vêm forjando o espaço público; como diz Arendt, a construção do espaço público requer a invenção do homem, não é algo natural. A autora atribui o seguinte significado à vida pública: “(...) *Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública (...)*” (ARENDR, 1991, p. 67).

E aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos, conforme afirma Arendt, “*constitui a realidade*” (Ibidem, 1991, p.67) Portanto, a presença de idosos no espaço público é fundamental para dar visibilidade às questões da velhice.

3. O processo e a temática do envelhecimento humano

As principais discussões e lutas empreendidas pelos FRCIs e pelo IFCI estão voltadas para o atendimento de necessidades básicas e, por esta razão, a discussão da temática do envelhecimento não ocupa um lugar central nesses espaços.

Aspectos relacionados ao envelhecimento do organismo humano apareceram em alguns relatos, como se vê a seguir:

“É difícil envelhecer porque a pessoa tem que conviver com o permanente mal-estar do corpo (...) Não é fácil conviver com um corpo doente e que ainda exige cuidados diários” (“sr. PM”, coordenador).

¹²² Segundo alguns coordenadores do FRCI Pinheiros, a criação do CIPE acabou fragilizando o movimento social de idosos e alegam que a diminuição do número de participantes neste FRCI é reflexo desta situação que se deve, entre outros fatores, ao fato de os idosos não se dedicarem tanto às ações empreendidas pelo FRCI Pinheiros, em razão de compromissos assumidos também com o CIPE.

“Envelhecer não é fácil (...) é duro porque o corpo não consegue mais atender ao comando da mente. Às vezes a pessoa quer ir num lugar, mas ela tem dificuldade de locomoção ou ela está doente (...)” (“sr. Sv”, coordenador).

O envelhecimento do organismo humano é um tema a ser aprofundado pelos FRCIs e pelo IFCI, até porque na velhice há probabilidade de incidência de doenças, em razão de desgaste nos processos vitais. Segundo Renato Veras:

Envelhecer sem nenhuma doença crônica é antes a exceção do que a regra. No entanto, a presença de uma doença crônica não implica que o indivíduo não possa gerir sua própria vida e vivenciar seu dia-a-dia de forma totalmente independente (VERAS, 2004, p. 159).

Todavia, avanços na área da saúde vêm possibilitando que pessoas com algumas enfermidades mantenham uma vida ativa. Para Veras (2004), a meta é assegurar a capacidade funcional¹²³ máxima do indivíduo que envelhece, uma vez que perdas funcionais fazem parte do envelhecimento humano.

Nessa temática, há diversos elementos que podem contribuir para consolidação e ampliação da luta empreendida pelos FRCIs e pelo IFCI e que podem ser objeto de diversos debates, entre eles: saúde como direito do cidadão; aspectos sociais, econômicos, psicológicos e culturais das doenças; o aparecimento da velhice biológica antes mesmo da velhice cronológica e a importância do processo de participação para o surgimento de políticas públicas de saúde para o segmento, entre outras.

A discussão a respeito do envelhecimento do organismo humano nos FRCIs e no IFCI pode se transformar em uma oportunidade para que os idosos compreendam que este processo faz parte da vida, uma vez que todos os seres vivos passam por esta experiência, portanto, não se trata de doença ou fatalidade. E que não associem perdas biológicas à idéia de desgaste ocorrido no decorrer do tempo, pois isso implicaria equivaler os seres humanos aos objetos. De acordo com

¹²³ Capacidade funcional refere-se à capacidade de a pessoa preservar as habilidades físicas e mentais, necessárias à manutenção de uma vida independente e autônoma, ainda que convivendo com limitações.

Cortella (1998), eletrodomésticos, automóveis, sapatos, enfim, os objetos ou coisas saem prontos de fábrica e vão se gastando com o uso e com o tempo, mas isso não deve ser empregado quando se trata do ser humano. O ser humano não nasce pronto, o humano nasce fazendo.

Somado a isso, o debate sobre a temática do envelhecimento deve levar em consideração que o envelhecimento é um fenômeno global, mas manifesta-se de forma desigual, sendo influenciado pelo lugar em que o cidadão está inserido, o gênero, a etnia e demais manifestações do contexto cultural e social.

Alguns sujeitos, com idade avançada, não se definiram como velhos; essa negação da velhice na dimensão individual pode ser mais bem compreendida nas explicações de Elisabeth Frohlich Mercadante:

As qualidades atribuídas ao velho, que vão definir o papel identitário, são estigmatizadoras e são uma produção ideológica da sociedade. Os velhos conhecem e também partilham dessa ideologia que, entretanto, define o velho em geral, mas não em particular. Assim sendo, pessoalmente não se sentem incluídos no grande modelo ideológico (MERCADANTE, 1997, p. 27).

Alguns sujeitos relataram que foram discriminados por serem velhos¹²⁴, como se observa a seguir:

“Quando eu demoro para subir no ônibus, as pessoas lá dentro ficam dando risinhos, o motorista fica impaciente e resmunga alguma coisa que eu não consigo entender direito. Alguns motoristas não param no ponto quando percebem que tem idoso esperando e até aceleram. Os motoristas não respeitam o ritmo do idoso e não compreendem que da mesma forma que eles têm obrigação de levar um jovem, eles têm de levar um idoso, eles não podem fazer diferença” (“sra. JT”, coordenadora).

¹²⁴ Pesquisa realizada pelo SESC nacional, SESC São Paulo e Fundação Perseu Abramo, em 2006, na qual foram entrevistados 2.136 idosos, em 204 municípios de todas as regiões do país, sobre o perfil dos idosos brasileiros, revela que mais de um terço da população idosa considera ter sido vítima de algum tipo de violência ou desrespeito. Quando apresentados os exemplos de situações de maus-tratos pelo entrevistador, 35% dos idosos reconheceram alguma experiência do gênero. A mais comum é ser ofendido, ironizado e humilhado, seguida pela privação de remédio ou tratamento médico e a recusa de emprego ou trabalho.

“Logo que eu me aposentei fiz um curso de fotografia, amei e quis prosseguir. Fui em busca do profissionalizante, no mesmo local. Renovei minha matrícula, comprei a máquina exigida, paguei a inscrição. Mas, na entrevista, fui discriminada, por ser uma das mais velhas do grupo e por ser negra. Me disseram que era melhor deixar a vaga para um jovem, porque o curso seria melhor aproveitado por ele do que por uma senhora de 68 anos. O curso seria pago e não era pouco. Eu teria feito inúmeros cursos, mas eu queria aquele porque ele era profissionalizante” (“sra. Cz”, coordenadora).

Alguns sujeitos não passaram por situações de discriminação, mas relataram que ela existe na nossa sociedade, como se pode observar no depoimento a seguir:

“Um dia eu estava comentando com um amigo meu, ele é delegado de polícia, ele mora em BH (Belo Horizonte), em Minas Gerais, que eu queria fazer logo 65 anos porque assim eu não ia precisar mais pagar condução. A condução está muito cara (...) não é brincadeira, da minha casa até o Conselho do Idoso, que fica no centro da cidade eu gasto dez reais só para ir e voltar (...) E um dia chegou na minha casa uma carta deste meu amigo, ele dizia bem assim: lugar do idoso é dentro de casa e não no ônibus. Porque no ônibus ele está tirando assento de quem está indo trabalhar, do trabalhador. Eu não falei nada, fiquei quieto. Mas, no dia que eu cruzar com ele, vou dizer para ele, que não sabe o que ele está falando, porque ele é delegado de polícia e ganha um salário bem gordo, mas a maioria dos idosos é tudo gente pobre e por isso é que eles precisam sim andar de graça na condução” (“sr. EN”, coordenador).

Alguns dos profissionais que assessoram os FRCIs e o IFCI relataram que sofrem preconceito por desenvolver atividades junto ao segmento idoso, como se observa no relato de uma assessora:

“É sempre uma contradição no dia-a-dia de trabalho, com as chefias e com colegas de trabalho que não valorizam o segmento, há muito preconceito (...) Tentativas de desvalorizar o trabalho, visão jocosa do papel do idoso, minimização da importância das atividades, de enquadrá-lo como recreação e entretenimento, só lazer (...) Enfim, um trabalho que é dispensável” (“sra. CR”, assistente social).

Discriminar a pessoa idosa é crime sujeito à pena de reclusão de seis meses a um ano e multa, conforme prescreve o artigo 96, da Lei Federal nº 10.741/93, denominada Estatuto do Idoso. Portanto, quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo, poderá sofrer as sanções impostas pela lei. Mas, o preconceito é algo difícil de ser denunciado, como diz uma senhora:

“Tudo é muito complicado quando envolve preconceito, porque não é uma coisa dita claramente, mas quem passa pela experiência de ser discriminado sabe que existe sim, preconceito” (“sra. JT”, coordenadora).

Alguns sujeitos revelaram que, através da participação nos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e no Interfórum do Cidadão Idoso, descobriram que podem ser “úteis para a sociedade”, como se vê no relato seguinte:

“É uma satisfação muito grande participar do movimento de idosos porque a pessoa sente que ela está sendo útil na sua comunidade (...) eu não pensava que eu podia fazer tantas coisas, lutar pelos idosos, ainda mais nesta altura da minha vida (sorri)” (“sra. AG”, coordenadora).

Estudos têm revelado que, além da arrecadação de recursos financeiros, os idosos desejam voltar ao mercado de trabalho porque fora deste universo se sentem “inúteis socialmente”, pois, na nossa sociedade, o lugar social do sujeito está associado a sua identidade de trabalhador, como afirma Maria Helena Vilas Boas Cancone:

Conquanto tenha havido mudanças significativas em anos recentes, ainda é comum que a identidade do adulto se confunda com sua identidade como trabalhador. É o lugar no mundo do trabalho que define as pessoas: O que você faz? Em que você trabalha? São perguntas corriqueiras que identificam e situam as pessoas umas diante das outras (...) (CANCONI, 2005, p. 138).

O depoimento da “sra. AG” assinala que idoso é “*alguém que já cumpriu sua missão*”. Conforme afirma Joel Birman, na passagem dos séculos XVIII para o XIX:

As diferentes etapas etárias da história do indivíduo passaram a adquirir valores diversos, de acordo com suas possibilidades para a produção e para a reprodução de riqueza. Evidentemente, a velhice passou a ocupar um lugar marginalizado na existência humana, na medida em que a individualidade já teria realizado os seus potenciais evolutivos e perderia então o seu valor social. Enfim, não tendo mais a possibilidade de produção de riqueza, a velhice perderia também o seu valor simbólico (BIRMAN, 1995, p. 33).

Durante as reuniões dos FRCIs e do IFCI raramente os participantes denunciam que vivenciaram uma situação de discriminação, mesmo sabendo que estes são espaços que atuam em defesa de seus direitos e combatem a violação contra os idosos.

Um dos motivos que leva o idoso a não denunciar situações de discriminação, deve-se ao fato de que os idosos adentram na vida cotidiana, com seus medos, sonhos, desejos, crenças, sua capacidade cognitiva, enfim, “*com todas as facetas de sua individualidade*” (HELLER, 1972, p. 71). E esta dimensão está impregnada pelo “modelo geral de velho”. Elisabeth Frohlich Mercadante tem refletido sobre isso e conclui:

Mesmo que neguemos esse modelo geral de velho, mesmo que não concordemos, sabemos que esse é o modelo cultural de velho que temos e que sempre implica perdas. Perdas tanto biológicas quanto sociais. É o momento do declínio e, daí para frente, tudo piora, em todas as dimensões da vida do sujeito, levando-o implacavelmente para a morte (...) Portanto, nossa tarefa, como pesquisadores, é questionar e criticar essa representação geral de velho, porque as pessoas singulares que encontramos não são assim (MERCADANTE, 2004, p. 197-198).

Nesse sentido, as lutas empreendidas pelos idosos nos FRCIs e no IFCI devem buscar, sobretudo, uma reforma do pensamento em relação ao velho, a partir de uma crítica consciente a essa representação geral de velho, até porque, conforme afirma Frohlich Mercadante, a velhice não é homogênea e os velhos não são iguais.

Embora o tema do envelhecimento seja pouco trabalhado nos FRCIs e no IFCI, alguns sujeitos relataram que ampliaram o seu olhar sobre a velhice, sobre o seu próprio envelhecer, como se vê a seguir:

“Descobri que o ser humano não pode parar nunca, que deve continuar exercitando seu corpo e sua mente, pois a velhice pode ser um tempo para o desenvolvimento humano (...) Descobri que ainda há muito que aprender e crescer nesta fase da vida, antes pensava que na velhice não havia mais nada de interessante a ser feito” (“sra. My”, coordenadora).

O fato é que os idosos estão se recusando a permanecer nos lugares que lhes foram definidos social e culturalmente. Não estão mais restritos à dimensão privada, o que é fundamental, pois, como diz Arendt: *“O homem privado não se dá a conhecer e, portanto, é como se ele não existisse”* (ARENDR, 1991, p. 68).

A autora desta tese acredita que bons frutos poderiam advir de uma parceria entre os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos, o Interfórum do Cidadão Idoso e os grupos discriminados, notadamente, aqueles que representam os mais fragilizados: mulheres, negros, homossexuais, portadores de deficiência, entre outros, que têm lutado por seus direitos. Estes grupos possuem um conhecimento crítico acumulado durante anos de lutas e têm reflexões consistentes a respeito da realidade humano-social.

Assim sendo, a partir do momento em que os grupos discriminados se disponibilizarem a discutir a longevidade, dentro de seus espaços, terão muito a contribuir. Poderão apontar alternativas que venham a assegurar um lugar mais digno para os seus militantes que amanhã serão velhos.

Esses grupos poderão contribuir para o surgimento de leis e para a formulação de políticas públicas, até porque a história nos ensina que as vitórias alcançadas pelas minorias não lhes foram dadas, ao contrário, tudo foi conquistado. Segundo Ecléa Bosi:

Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da humanidade é que as minorias têm lutado, que os grupos discriminados têm reagido. A mulher, o negro, combatem pelos seus direitos, mas o velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por ele (BOSI, 1987, p. 81).

Somado a isso, não é mais possível ficar esperando pela velhice, para começar a pensar em ações, para selecionar qual carência é mais emergencial e, por isso, deve ser atendida em primeiro lugar. Esforços devem ser empreendidos para sensibilizar universidades, ONGs, OAB, Promotoria Pública, governos, sociedade, para a importância da reflexão a respeito da longevidade. E os grupos discriminados têm competência teórica e experiência para iniciarem esta discussão junto com os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e com o Interfórum do Cidadão Idoso. Esta luta é de todos nós, pois, a longevidade é um fenômeno do nosso tempo, da nossa sociedade.

Em síntese, é possível afirmar que os FRCIs e o IFCI, desde a sua criação em 1995 até o ano de 2005, período delimitado para esta investigação, vêm empreendendo ações como sujeito coletivo e político e, apesar dos obstáculos enfrentados na sua trajetória, estes espaços têm contribuído para a efetivação de direitos de cidadania para o segmento.

“Durante a velhice deveríamos estar ainda engajados em coisas que nos transcendem, que não envelhecem, e que dão significado a nossos gestos cotidianos”.

Bosi (1987)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de pesquisa e elaboração da presente tese, procurou-se compreender a trajetória do Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) e dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos da cidade de São Paulo (FRCIs) como um sujeito coletivo e político em movimento, na direção da conquista e efetivação de direitos de cidadania para o segmento, no período de 1995-2005.

A constituição dos Fóruns Regionais dos Cidadãos Idosos (FRCIs) e do Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI) significou uma inovação na forma de participação do segmento idoso. Assim sendo, talvez possa vir a ser incorporada por outras cidades brasileiras, levando-se em conta a realidade existente em cada uma delas.

O primeiro FRCI e o IFCI foram criados em 1995 e algumas condicionantes contribuíram para o surgimento destes espaços, como se vê a seguir.

Nas três últimas décadas, o debate sobre a temática do envelhecimento ganhou densidade e adentrou por diversos espaços: universidades, ONGs, Conselhos do Idoso, governos, entre outros, e surgiram várias leis voltadas para o segmento.

Uma outra condicionante que contribuiu para o surgimento dos FRCIs e do IFCI deve-se ao crescente processo de participação da sociedade civil, desde a segunda metade da década de 1970.

Esse avanço e adensamento influenciaram no surgimento dos FRCIs e do IFCI, isto porque as questões dos idosos, especialmente dos menos favorecidos economicamente, deixaram ser tratadas como problema a ser resolvido no âmbito familiar ou caritativo e passaram a ser compreendidas na perspectiva dos direitos da cidadania, ou seja, olhar e enfrentamento semelhantes aos praticados nos FRCIs e no IFCI.

Além disso, circunstâncias no âmbito local contribuíram para a criação desses espaços de participação na cidade de São Paulo, como a aproximação da Prefeitura

do Município de São Paulo (PMSP) do segmento, por meio de ações e programas voltados para esta faixa etária da população.

Os profissionais da PMSP que iniciaram o trabalho junto com a população idosa foram responsáveis pela criação dos FRCIs e do IFCI e contribuíram de forma significativa para a expansão destes espaços.

Os resultados da pesquisa revelaram que o despertar dos idosos para a importância da luta política, como uma possibilidade de efetivação de direitos de cidadania para o segmento, aconteceu no processo de participação, pois, na ocasião em que foram criados os FRCIs e o IFCI, a maioria dos idosos não a valorizava.

Também revelaram que os FRCIs e o IFCI vêm enfrentando dificuldades na sua trajetória, a saber: falta de recursos financeiros para realizar suas atividades, fragilidades na sua organização, pouca qualificação técnica e política de seus participantes e aspectos relacionados ao campo da cultura política brasileira, como o pouco envolvimento dos cidadãos em processos participativos, pois, conforme pontua Paz: *“Há carência de pessoas que assumam o papel de liderança e representação nos diferentes espaços institucionais criados, como também é pequeno o exercício da participação no cotidiano e na gestão pública”* (PAZ, 2002, p. 26).

Entretanto, a despeito das dificuldades acima referidas, os resultados mostraram que os FRCIs e o IFCI vêm obtendo ganhos na sua caminhada, como as mudanças que vêm sendo incorporadas no âmbito do governo local, no sentido de constituir uma interlocução entre a Prefeitura do Município de São Paulo e o segmento. Nesse sentido, a esfera local vem se constituindo como um lugar privilegiado para a redefinição de regras de convivência entre Estado e segmento idoso e para o exercício da cidadania coletiva.

A cidadania que os idosos exercitam nos FRCIs e no IFCI é perpassada pela estratégia política que, de acordo com Dagnino (1994), vai além das disposições legais, dos direitos constituídos em leis, uma vez que ela é compreendida como possibilidade de criação de novos direitos, que emergem das práticas cidadãs.

A pesquisa revelou que os FRCIs e o IFCI têm contribuído para a formulação de políticas públicas para o segmento, a partir da definição de prioridades de demandas apontadas coletivamente pelos idosos, através de encontros promovidos por esses espaços de participação.

Os resultados mostraram que, através do processo de participação, os idosos vêm redefinindo o seu agir e caminhando na direção de viver de uma forma mais livre, levando em consideração os seus desejos, anseios e na busca da realização do seu eu e não apenas o cumprimento do que dizem as convenções sociais, morais.

Mostraram também que as ações empreendidas pelos FRCIs e pelo IFCI têm dado representatividade para um segmento excluído em várias dimensões e colocado a questão dos idosos na perspectiva de direitos.

A pesquisa revelou que a questão central dos FRCIs e do IFCI é a luta pelo atendimento de necessidades básicas¹²⁵ e, neste contexto, há poucas oportunidades para discussão sobre a temática do envelhecimento, embora ela ofereça elementos que podem contribuir para a consolidação e a ampliação da luta empreendida pelos idosos nestes espaços.

Os FRCIs e o IFCI, como espaços de formação política e de cidadania, são canais privilegiados para o debate de questões como a compreensão do processo do envelhecimento como um fenômeno global, mas, que se manifesta de forma desigual, uma vez que é influenciado pelo lugar em que o cidadão está inserido, o gênero, a etnia e demais manifestações do contexto cultural, social.

A problematização de aspectos relacionados à pobreza, na velhice, também é fundamental nessa discussão e passa pela compreensão de que aspectos resultantes da organização social e econômica vão deixando marcas exteriores nos

¹²⁵ De acordo com Potyara Pereira, necessidades básicas predeterminam condições para se alcançarem objetivos universais de participação social e, quando não são adequadamente satisfeitas, causam sérios prejuízos. Entende-se por sérios prejuízos “*aqueles impactos negativos cruciais que impedem ou põem em sério risco a possibilidade objetiva dos seres humanos de viver física e socialmente em condições de poder expressar sua capacidade de participação ativa e crítica*” (*Necessidades humanas*, p. 39).

seres humanos e que estas marcas ficam mais evidentes nesta fase da vida, quando a pessoa se encontra mais fragilizada. Ou seja, a velhice revela a sociedade de onde viemos e em que vivemos.

Embora, o tema do envelhecimento seja pouco trabalhado nos FRCIs e no IFCl, alguns sujeitos relataram que ampliaram o seu olhar sobre a velhice, sobre o seu próprio envelhecer.

O fato é que os idosos estão se recusando a permanecer nos lugares que lhes foram definidos social e culturalmente. Não estão mais restritos à dimensão privada, o que é fundamental, pois, como diz Arendt: *“O homem privado não se dá a conhecer e, portanto, é como se ele não existisse”* (ARENDR, 1991, p. 68).

Os idosos vêm forjando o espaço público, pois, conforme afirma Arendt, a construção do espaço público requer a invenção do homem, não é algo natural e aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos, de acordo com Arendt, *“constitui a realidade”* (Ibidem, 1991). Portanto, a presença de idosos no espaço público é essencial para dar visibilidade às questões da velhice.

Ainda no tocante ao envelhecimento, os sujeitos relataram que foram discriminados por serem velhos.

Enfim, a luta empreendida pelos idosos nos FRCIs e no IFCl é complexa e se insere no plano das relações sociais, culturais, políticas, etc., na dimensão da vida cotidiana.

Nesses espaços são expressas as condições reais de vida dos idosos e estão impregnados pelo “modelo geral de velho” (MERCADANTE, 2004). Este é um modelo que, segundo Frohlich Mercadante, “sempre implica perdas”. Neste sentido, as lutas empreendidas pelos idosos nos FRCIs e no IFCl devem buscar, sobretudo, uma reforma do pensamento em relação ao velho, a partir de uma crítica consciente a essa representação geral de velho, até porque, como diz Frohlich Mercadante, a velhice não é homogênea e os velhos não são iguais.

Uma parceria entre os FRCIs, o IFCl e os grupos discriminados, notadamente aqueles que representam os mais fragilizados: mulheres, negros, homossexuais,

portadores de deficiência, entre outros, que têm lutado por seus direitos, poderia produzir bons resultados.

Assim sendo, a partir do momento em que grupos discriminados se disponibilizarem a discutir a longevidade, dentro de seus espaços, terão muito a contribuir. Poderão apontar alternativas que venham a assegurar um lugar mais digno para os seus militantes que amanhã serão velhos.

Dessa forma, apesar dos obstáculos que os FRCIs e o IFCI vêm enfrentando na sua trajetória, estes não superam as conquistas alcançadas no que se refere à ampliação da participação na esfera local e às contribuições para a formulação de políticas públicas, entre outras. Nesses termos, as reflexões feitas por Dagnino a respeito dos esforços empreendidos por sujeitos em movimentos sociais oferecem elementos para a compreensão dos esforços empreendidos por idosos nesses espaços de participação: *“(...) para além da consideração dos sucessos ou fracassos que possam resultar deles, os efeitos culturais de tais esforços sobre essa disputa e sobre o imaginário social devem ser compreendidos como políticos”* (DAGNINO, 2002, p. 95).

Somado a isso, não resta dúvida de que a existência de políticas públicas está diretamente relacionada à pressão popular. Portanto, é fundamental o crescente processo de participação dos idosos, conforme afirma Maria Lúcia Carvalho da Silva:

Cabe, sobretudo, pela participação, abrir espaços para interpretações alternativas àquelas produzidas pelas elites e incorporar a sociedade local na construção de uma nova cultura democrática, pluralista e baseada no reconhecimento dos direitos dos cidadãos (CARVALHO DA SILVA, 1996, p. 25).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÇADA BAPTISTA, António. *O Tecido do Outono*. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

ALENCAR SETÚBAL, Aglair. Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). *Pesquisa Qualitativa, um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

ALMEIDA, Vera Lúcia Valsecchi de. Modernidade e velhice. *Serviço Social e Sociedade*, n. 75, p. 33-54, set. 2003. Edição Especial: Velhice e Envelhecimento.

_____. Velhice e projeto de vida: possibilidades e desafios. In: MERCADANTE, Elisabeth Frohlich; CORTE, Beltrina; ARCURI Irene Gaeta (Orgs.). *Velhice, envelhecimento, complex(idade): Psicologia, subjetividade, fenomenologia, desenvolvimento humano*. São Paulo: Vetor, 2005.

_____ et al. *Diretrizes e subsídios para programas e serviços de proteção e inclusão social dos idosos*. São Paulo: IEE/PUC-SP / MPAS, 1998.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARANTES, R.P.G. *Velho com novo olhar: a informática redimensionando as relações*. 2000. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Programa de Pós-Graduação em Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

ARENDT, H. *A condição humana*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

AVRITZER, L. et al. O associativismo na Cidade de São Paulo. In: AVRITZER, L. (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2004.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

BARBOSA RAMOS, Paulo Roberto. *O direito à velhice*. 2001. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

BARROSO, Áurea E. Soares. *A estranha arte de envelhecer longe da pátria: o cotidiano dos imigrantes espanhóis atendidos pela Sociedade Beneficente Rosalia de Castro*. 2001. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Programa de Pós-Graduação em Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

BARROSO, Áurea E. Soares. Reflexão sobre os direitos fundamentais da pessoa idosa. *Lúmen*, Centro Universitário Assunção – UniFAI, v. 10, n. 23, p.141-154, jan./abr. 2004.

_____. Breve reflexão sobre modos de morar da população idosa urbana. *Kairós*, v. 7, n. 1, p.169-173, jun. 2004.

BEAUVOIR, S. *A Velhice*: o mais importante ensaio contemporâneo sobre as condições de vida dos idosos. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

_____. *Balanço Final*. 2. ed. Portugal: Bertrand, 1982.

BECK, Ulrich. *O que é globalização?* Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. Refletindo sobre a noção de exclusão. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 55, 1997.

_____; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, M. Carmelita (Orgs.). *Desigualdade Social e Questão Social*. São Paulo: Educ, 1997.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa*. Referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.

BETLINSKI, Carlos. *O Fórum Municipal de Educação e Cidadania como proposta de democratização do sistema educacional de Santo André, SP (um estudo de caso)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

BIRMAN, Joel. Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In: VERAS, R. (Org.). *Um envelhecimento digno para o cidadão idoso do futuro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. *O futuro da democracia*. Uma defesa das regras do jogo. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

_____; MATEEUCCI, H.; PASQUINO, G. (Orgs.). *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varrialle et al. Brasília: UnB, 2001.

BORÓN, Atílio. Pos-neoliberalismo II que Estado para que democracia? In: SADER, Emir; GENTILI, P. *Pós neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOSI, E. *Memória sociedade*: lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: Queros, EDUSP. 1987.

CALVINO, Ítalo. *Seis Propostas para o próximo Milênio*, incluindo o texto inédito Começar e Acabar. 4. ed. Rio de Janeiro: Teorema, 2002.

CARREIRA, Maria Olinda Costa Santos. *Zona Leste do Município de São Paulo: uma história marcada por manifestações e lutas populares*. 1997. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

_____. *Ferraz de Vasconcelos: Município da Grande São Paulo: o desafio da descentralização das políticas públicas e o associativismo local*. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

CARVALHO DA SILVA, Maria Lúcia. Movimentos Sociais: gênese e principais enfoques conceituais. *Kairós- Gerontologia*, São Paulo, v. 4, n. 2, 2001.

_____. Alguns Elementos Conceituais em Torno da Construção de um Processo de Gestão Pública Participativa Local. *Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais*. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, n. 1, 1996.

_____. Comentários no módulo Projetos e Contribuições de Entidades e Órgãos Públicos. In: SEMANA DE GERONTOLOGIA, VI, São Paulo. *Kairós*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 109-111, jun. 2004.

_____; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; PAZ, Rosangela Dias Oliveira. Fóruns e movimentos sociais na cidade de São Paulo. *Caderno Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise de políticas públicas da cidade de São Paulo*, São Paulo: Instituto Polis/PUC, n. 27, 2006. 80p.

CASTEL, Robert. Transformações da questão social In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia, YAZBEK, M. Carmelita (Orgs.). *Desigualdade Social e questão social*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, Gustavo Carneiro Vidigal. *Uma concessão ao passado*. Trajetórias da União dos Moradores de Moradia de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Apresentação. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Cultura e Democracia*. O discurso competente e outras falas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resignação* – aspecto da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global*. Rio de Janeiro: Fapesp / Nedic / Vozes, 2000. p. 27-51.

_____. *Convite à Filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CÍCERO, Marco Túlio. *Saber envelhecer e amizade*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 1997. Coleção L&PM Pocket.

CONCONE, Maria Helena Villas Boas. O Corpo: cultura e natureza. Pensando a velhice. In: MERCADANTE Elisabeth Frohlich; CORTE, Beltrina; ARCURI, Irene Gaeta (Orgs.). *Velhice, envelhecimento, complex(idade): psicologia, subjetividade, fenomenologia, desenvolvimento humano*. São Paulo: Vetor, 2005. p. 131-144.

CORTELLA, Mário Sérgio. Repensando o envelhecer: entre o mito a razão. *A terceira Idade*. São Paulo: SESC, Ano X, n. 13, abr. 1998.

COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

COVRE, Maria de Lourdes M. *O que é cidadania?* 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. Coleção Primeiros Passos.

_____. (Org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CROCCE, Caetano Flávio. Um instrumento de luta. O Estatuto do Idoso e o combate ao preconceito. *Revés do Averso, Política, Cultura, Ecumenismo*, São Paulo, p. 29-31, out. 2005.

DAGNINO, Evelina. (Org.). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Sociedade civil e espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAHL, R. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. *Prefácio a uma teoria democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: Edusp, 1999.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FELTRAN, Gabriel de Santos. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2005.

FERNANDES, Ana Alexandre. *Velhice e Sociedade, demografia, família e políticas sociais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

FRANCO, M.L.P.B. *Ensino Médio: desafios e reflexões*. Campinas: Papyrus, 1994.

FREI BETO. *O que é comunidade Eclesial de Base?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

GALEANO, Eduardo. Entrevista. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 89, p. 34-37, 2006.

GALINA, Marli Martins. *Construindo competências, compartilhando saberes: a formação de agentes coordenadores de grupos de idosos conveniados com a PMSP em Campo Limpo, na ótica do Serviço Social*. 1998. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *Conselhos populares e participação popular*. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 34, 1990.

_____. *Conselhos gestores e a participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: 2003.

GOMES, Sandra Regina (Org.). *Cartilha do Idoso: mitos e verdades sobre a velhice, guia de serviços*. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, 2006. 154p.

HADDAD, E.G.M. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez, 1986.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____; FEHER, Frence. *Anatomia de la izquierda occidental*. Barcelona: Nova Gráfica, 1985.

HEMINGWAY, Ernest. *O Velho e o Mar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

JACOBI, Pedro. *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

JARDIM DE CERQUEIRA, Lucila Lopes. *As qualidades de localização intrametropolitana dos espaços de escritórios: evidências teóricas e sua evolução recente no mercado de São Paulo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

JERÔNIMO, Luis. Percursos de vida e envelhecimento, para lá das representações. *Santa Casa de Misericórdia de Lisboa*, n. 13, p. 15-19, 2005.

JORDÃO NETTO, Antônio. São Paulo 450 anos: o envelhecer na metrópole. *Kairós*, São Paulo, v. 7, n. 1, p.67-89, jun. 2004.

KALACHE, Alexandre. Entrevista. *Revista da Folha de São Paulo*, São Paulo, n. 613, p. 7-13, mar. 2004.

KROHLING, Beatriz Stella Martins. *Conselho Comunitário de Vila Velha (ES): um sujeito coletivo político em movimento*. 1997. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

LEMOS, Vivian C. H. *Com trabalho e sem salário: valorização para o idoso e ganhos para a sociedade*. 2003. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Programa de Pós-Graduação em Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

LISPECTOR, Clarice. *Laços de Família*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. *Para não esquecer*. São Paulo: Siciliano, 1992.

LOPES, Ruth Gelehrter da Costa. *Velhos indignos: investigação à respeito do projeto de vida de idosos que mantém socialmente ativos*. 1990. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990.

_____. *Saúde na velhice: As interpretações sociais e os reflexos no uso do medicamento*. São Paulo: Educ, 2000.

MACHADO, Maria Alice Nelli. *O movimento dos idosos: um novo movimento social?* 2002. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Programa de Pós-Graduação em Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). *Pesquisa qualitativa um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Desafios do Serviço Social na transição para o próximo milênio. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 57, 1998.

_____. A nova identidade profissional. *Serviço Social Hospitalar*, São Paulo, n. 1, 1997.

MARTINS, Alcina; HENRIQUEZ, B. Alfredo; FIGUEIRA-MCDONOUGH, Josefina (Orgs.). In: *Serviço Social, profissão e identidade*. Que trajetória? Lisboa, São Paulo: Veras, 2004. p. 45-65.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulinas, 1997.

MATZKIN, Karin Ianina. *Metrópoles latino-americanas: convergência ou diversidade no processo de produção contemporânea do espaço*. 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MELO NETO, João Cabral de. *Serial e Antes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MENDONÇA, Jurilza. Os conselhos e o protagonismo do idoso como exercício ativo da cidadania. In: CORTE, Beltrina; MERCADANTE, Elisabeth Frohlich; ARCURI, Irene Gaeta (Orgs.). *Envelhecimento e Velhice: um guia para a vida*. São Paulo: Vetor, 2006. p. 183-196. Coleção Gerontologia.

MERCADANTE, Elisabeth Frohlich. *A Construção da Identidade e da Subjetividade do Idoso*. 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

_____. A identidade e a subjetividade do idoso. *Kairós*, São Paulo, n. 1, p.59-67, 1998.

_____. A contrageneralização. *Kairós*, São Paulo, v. 7, n. 1, p.197-199, jun. 2004.

_____. Velhice: a identidade estigmatizada. *Serviço Social e Sociedade*, n. 75, p. 55-73, set. 2003. Edição Especial: Velhice e Envelhecimento.

_____. Velhice uma questão complexa. In: MERCADANTE, Elisabeth Frohlich; PEREIRA, Beltrina da Purificação da Côrte; ARCURI, Irene Gaeta (Orgs.). *Velhice, envelhecimento, complex(idade): psicologia, subjetividade, fenomenologia, desenvolvimento humano*. São Paulo: Vetor, 2005.

MINAYO, M.C.S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6. ed. Rio de Janeiro: Hucite-Abrasco, 1999.

MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil. *Lua Nova*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 47-86, 1989.

MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, D.F. (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____.; KERN, Anne Brigitte. *Terra Pátria*. Tradução: Armando Pereira da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1995.

NÓBREGA, Nuno Pestana. *Trabalhadores mais velhos: políticas públicas e práticas empresariais*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências do Trabalho e da Empresa) - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa-Portugal, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. (Orgs.). *Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PAOLI, Maria Célia. Apresentação e Introdução. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs). *Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e a hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 2000.

PAUGAM, Serge. Fragilização e ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 60, 1999.

_____. O conceito de desqualificação. In: VÉRAS, Maura Pardini B. *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ, 1999.

PAZ, Rosângela D.O. *Dimensões e indicadores de participação social na avaliação de programas habitacionais*. 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, Potyara A.P.; BRAVO, Maria Inês. *Política Social e Democracia*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Necessidades humanas: Subsídios à Crítica dos Mínimos Sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, Sônia. *A contribuição do homem simples na construção da esfera pública: os trabalhadores rurais de Baturité-CE*. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

PEZOTI, Rosângela Helena. *Relação Estado e Sociedade: suas expressões no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na cidade de São Paulo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

PINTO, Carla. *Empowerment: Uma prática do Serviço Social*. Lisboa, Portugal: ISCSP, 1998.

POCHAMANN, Márcio. *Atlas da exclusão social no Brasil. Os ricos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

QUINTANA, Mário. *Antologia Poética*. São Paulo: L&PM, 1997. Coleção L&PM Pocket.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A relação entre os conselhos e os movimentos sociais. In: PAZ, Rosângela; SOUTO, Anna Luiza Salles (Orgs.). *Articulação entre os Conselhos Municipais. Cadernos do Observatório dos Direitos do Cidadão*, São Paulo: Instituto de Estudos Especiais (IEE), PUC-SP, p.21-30, mar. 2000.

RAMOS, Luiz. Entrevista. *Época*, São Paulo, n. 340, p. 86-93, nov. 2004.

_____. *O Desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Crise da Razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Edaléa Maria. *Movimentos Sociais em Tempos de Democracia e Globalização em Santa Catarina: os anos 90*. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Nara. Retrospectiva da Política Nacional do Idoso. *Revés do Avesso, Política, Cultura, Ecumenismo*, São Paulo, ano 14, p.84-90, out. 2005.

ROUSSEAU, J.J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999. v. II. Coleção Os Pensadores.

_____. *Do Contrato Social*. Ensaio sobre a origem das línguas. Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Coleção Os Pensadores.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.) *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SAWAIA, Bader. O calor do lugar, segregação urbana e identidade. *Fundação Seade*, v. 91, n. 2, abril/jun. 1995.

_____. As artimanhas da exclusão. In: SAWAIA, Bader. (Org.). *Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R.H.F. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, M. (Coord.). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais e processos educativos. *Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais, Educação e Cidadania*, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, n. 4, p. 2-12, abr. 1994.

_____. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22. ed. Revista e ampliada de acordo com a ABNT. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVEIRA, Selma Amaral. *Resignificando a velhice com autonomia*. Um desafio para a família, o Estado, a sociedade e um prazer para os idosos. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

SPOSATI, Aldaísa (Coord.). *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo: dinâmica social dos anos 90*. São Paulo: PUC-SP/Polis/INPE, 2000. CD-ROM.

SUGAHARA, Gustavo Toshiaki Lopes. Contando "novos idosos" brasileiros. In: MERCADANTE, Elisabeth Frohlich; CORTE, Beltrina; ARCURI, Irene Gaeta (Orgs.). *Velhice, envelhecimento, complex(idade): psicologia, subjetividade, fenomenologia, desenvolvimento humano*. São Paulo: Vetor, 2005. p. 267-278.

TEIXEIRA, Francisco J.S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e construção de espaço público. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 2 v.

TÓTORA, Silvana Maria Corrêa. *A questão democrática: perspectivas teóricas e análise do pensamento político brasileiro na década de 1980*. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

_____.; CHAIA, Vera. *Perfil dos Conselhos de políticas setoriais municipais: o caso da região metropolitana de São Paulo*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXV, 2001, Caxambu-MG. Sessão III – Desigualdades, política urbana e governança. (Mimeo).

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Poderemos viver juntos?* Petrópolis: Vozes, 1999.

VELLAS, Pierre. As Universidades para terceira idade seus fins. In: HERBERTO, Manuel de Miranda. *Memórias do Primeiro Seminário Internacional sobre Objetivos da UITI*. 6. ed. Lisboa: Universidade Internacional para a Terceira Idade, 1978. p. 130-139.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. O cenário urbano para o envelhecimento. *Kairós*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 135-149, jun. 2004.

VERAS, Renato. Novos desafios contemporâneos no cuidado ao idoso em decorrência da mudança do perfil demográfico da população brasileira. In: LEMAS, Maria Teresa Toríbio B.; ZAGAGLIA, Rosângela Alcântara (Orgs.). *A Arte de Envelhecer: saúde, trabalho, afetividade, estatuto do idoso*. São Paulo: Idéias, Letras; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

VIEIRA, Evaldo Amaro. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 53, 1997.

_____. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1992.

VIEIRA, Listz. *Cidadania e Globalização*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Os argonautas da cidadania. A sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Os Sujeitos Sociais em Questão. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 40, p.141-156, 1992.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Rumos da Ordem Pública no Brasil. A construção do público. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 10, n. 4, p.96-106, out./dez. 1996.

_____. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho. In: BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY Mariangela (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000.

_____. Enigmas do social. In: BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY Mariangela (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000.

_____; RAICHELIS, Raquel. Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 78, p. 05-32, jul. 2004.

WEFFORT, F.C. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: UNIVERSIDADE NACIONAL DE BRASÍLIA. *Capacitação em serviço social e política social*: módulo 1. Brasília: UNB/CEAD, 1999.

_____. Os fundamentos do Serviços Social na Contemporaneidade. In: UNIVERSIDADE NACIONAL DE BRASÍLIA. *Capacitação em serviço social e política social*: módulo 1. Brasília: UNB/CEAD, 1999.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*, Brasília, n. 3, p. 33-40, 2001.

ZVIRBLIS, Alberto Antonio. *Democracia participativa, opinião pública, cidadania e a desobediência civil*. 2004. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

Leis

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de nº 1 a 6, de 1994. 17. ed. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Texto disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L8742.htm. Acesso em: 18 de maio de 2006.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso e dá outras providências. Texto disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L8.842.htm. Acesso em: 18 de maio de 2006.

SÃO PAULO. Lei nº 9.892, de 10 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a política estadual do idoso. Governo do Estado de São Paulo, Casa Civil, Conselho Estadual do Idoso, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto dos Idosos e dá outras providências. Texto disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 18 de maio de 2006.

SÃO PAULO. Lei nº 13.834, de 27 de maio de 2004. Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de Outubro de 2004. Texto disponível em: <http://www.mds.gov.br/conselhos>. Acesso em: 18 de maio de 2006.

Em meio eletrônico

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. Metodologia. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/>. Acesso em: 18 de maio de 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm. Acesso em: 20 de maio de 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pnad2004/default.shtm>.

Acesso em: 23 de maio de 2006.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: www.ipea.gov.br.

Acesso em: 20 de março de 2007.

Portal do Envelhecimento. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.net>.

Acessos em: 20 de abril de 2005; 25 de maio de 2006.

CPIHTS - Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social.

Disponível em: <http://www.cpihts.com>. Acesso em: 25 de junho de 2005.

Fita de Vídeo

PAULO NETO, José. Vídeo n. 1465 / PUC-SP.

ANEXOS

**QUESTIONÁRIO PARA LIDERANÇAS E COORDENADORES DOS
FÓRUMS REGIONAIS DE CIDADÃOS IDOSOS
E DO INTERFÓRUM DO CIDADÃO IDOSO**

NOME:

FÓRUM REGIONAL DO CIDADÃO
IDOSO EM QUE ATUA:

I - PERFIL DO ENTREVISTADO

1. Idade

1.1 Em que ano o (a) sr.(a) nasceu? _____

2. Sexo

2.1 Fem.

2.2 Masc.

3. LOCAL DE NASCIMENTO

3.1 Cidade:

3.2 Local:

3.3 Estado

3.4 País

3.5 Mora na cidade de São Paulo há quanto tempo?

4. SITUAÇÃO CONJUGAL

4.1 Solteiro(a)

4.2 Viúvo(a)

4.3 Casado(a)

4.4 Separado(a) com companheiro(a)

4.5 Separado(a) sem companheiro(a)

4.6 Outro, especificar

5. MORADIA 5.1 Mora sozinho(a)

5.2 Mora com outras pessoas (o número de pessoas e qual a relação que o idoso mantém com elas)
Resposta:

5.2.1 Casa própria. De quem é a casa? Resposta:

5.2.2 Casa alugada, quem paga o aluguel? Resposta:

6. ESCOLARIDADE

6.1 Não frequentou escola, mas sabe ler e escrever

6.2 Não sabe ler e escrever

6.3 Concluiu o Ensino Fundamental

6.6 Continua estudando, que série está cursando?

6.4 Concluiu o Ensino Médio

6.5 Concluiu o Ensino Superior

7. TRABALHO

7.1 Trabalha em alguma atividade em que receba remuneração financeira?

7.1.1 NÃO 7.1.2 SIM

7.1.2.1 Em que atividade?

7.1.2.2 Quantas horas trabalha por mês?

7.1.2.3 Quanto ganha por mês?

7.2 Qual a sua profissão?

7.3 O (a) sr.(a) desempenha algum trabalho, mas não recebe remuneração financeira por ele? 7.3.1 NÃO

7.3.2 SIM. Qual ou quais?

7.4 O (a) sr. (a) gostaria de voltar a trabalhar com o objetivo de receber remuneração financeira?

7.4.1 NÃO. Por quê?

7.4.2 SIM. Explique.

7.5 Há pessoas que recebem dinheiro na sua casa?

7.5.1 NÃO

7.5.2 SIM. Qual a faixa de renda mensal da sua família? (1 SM, mais de 1SM até 3 SM, mais de 3SM)

8. APOSENTADORIA

8.1 O (a) sr.(a) está aposentado?

8.1.1 NÃO

8.1.2 SIM. Quanto ganha por mês com a aposentadoria?

8.2 O (a) sr.(a) recebe algum benefício (BPC)?

8.2.1 NÃO

8.2.2 SIM. Qual e quanto recebe por mês ?

9.1 O (a) sr.(a) recebe apoio/ajuda (não financeira)?

9.1.1 NÃO

9.1.2 SIM (parentes, amigos, entidades). De quem e qual tipo de ajuda?

10. Qual é o seu lazer, passatempo preferido? Resposta:

11. O senhor recebe ou faz visitas a familiares, amigos?

11.1 NÃO

11.2 SIM. Quem são estas pessoas?

12) O (a) sr.(a) participa de grupo de terceira idade (ginástica, artesanato, etc.)?

12.1 NÃO

12.2 SIM. Qual ou quais ?

13. O (a) sr.(a) tem convênio médico?

13.1 NÃO

13.2 SIM

14.1 O (a) sr.(a) participou de algum curso, encontro de formação de lideranças, nos últimos dois anos?

14.1.1 NÃO

14.1.2 SIM. Quem promoveu?

15. O (a) sr.(a) acha importante o idoso participar de cursos de formação?

15.1 NÃO. Por quê?

15.2 SIM. Por quê?

II – Trajetória de Liderança

16. O (a) sr.(a) participou ou participa de outro movimento social, associação de bairro, em atividades em sua comunidade?

16.1 NÃO

16.2 SIM

16.2.1 Qual? _ _ _ _ _

17. Se respondeu sim, em que ano começou a participar em movimentos sociais, associações de bairro, em atividades na sua comunidade? _ _ _ _ _

18. Em que ano o (a) sr.(a) começou a participar do Fórum Regional do Cidadão Idoso?

19. O que ou quem incentivou o (a) sr.(a) a participar do Fórum Regional do Cidadão Idoso?

20. Qual a importância que o (a) sr.(a) atribui a sua participação no Fórum Regional do Cidadão Idoso e no Interfórum do Idoso?

21. Que atividades o (a) sr.(a) desenvolve com o segmento idoso de sua comunidade?

22. Pensando no período em que o (a) sr.(a) participa do Fórum Regional do Cidadão Idoso e no Interfórum do Cidadão Idoso qual foi o ato, o momento que mais o (a) marcou?

23. O (a) sr.(a) percebe alguma modificação no seu modo de pensar, de agir em seu ambiente familiar, em razão de sua participação no movimento de idosos?

23.1 NÃO

23.2 SIM. Qual modificação?

24. Nesta caminhada de participação, o que o (a) sr.(a) aprendeu e considera que é importante?

25. Quais razões impulsionam o (a) sr.(a) a participar do Fórum Regional do Cidadão Idoso e do Interfórum do Cidadão Idoso?

26. Quais as principais dificuldades e desafios que o (a) sr.(a) vem enfrentando nesta caminhada de participação?

27. Modificou algo no seu dia-a-dia, após a sua entrada no movimento de idosos?

27.1 NÃO

27.2 SIM. O quê?

28. Pensando em toda a sua caminhada, atualmente o (a) sr.(a) se sente mais seguro para dialogar com autoridades, para pressionar o governo?

28.1 NÃO. Por quê? _____

28.2 SIM. Por quê? _____

29. Qual a importância que o (a) sr.(a) atribui à participação de idosos em ações coletivas, como estas desenvolvidas pelo Fórum Regional do Cidadão Idoso e pelo Interfórum do Cidadão Idoso?

30. De que forma o (a) sr.(a) pensa que o Fórum Regional do Cidadão Idoso e o Interfórum do Cidadão Idoso devem interagir/relacionar-se com o governo?

31. De que forma o (a) sr.(a) pensa que o Fórum Regional do Cidadão Idoso e o Interfórum do Cidadão Idoso devem interagir/relacionar-se com os representantes do poder Legislativo: deputados, vereadores?

32. O que tem significado para o (a) sr.(a) toda essa luta no Fórum Regional do Cidadão Idoso e no Interfórum do Cidadão Idoso?

33. O (a) sr.(a) acredita que através da participação os idosos podem amenizar a dura realidade em que vivem?

33.1 NÃO. Por quê? _____

33.2 SIM. Por quê? _____

34. As pessoas à sua volta (familiares, amigos, vizinhos) perceberam alguma modificação no seu modo de pensar, de agir, depois que o (a) sr.(a) começou a participar do Fórum Regional do Cidadão Idoso e do Interfórum do Cidadão Idoso?

34.1. NÃO

34.2. SIM Explique _____

III – Envelhecimento

35. Quais aspectos positivos o (a) sr.(a) observa no seu envelhecimento?

36. Quais aspectos negativos o (a) sr.(a) observa no seu envelhecimento?

37. O (a) sr.(a) sentiu ou sente desejo de realizar algo (trabalho, lazer, namoro) e encontrou ou encontra algum obstáculo em razão de sua idade?

37.1 NÃO

37.2 SIM. Qual desejo e que obstáculo?

38. O (a) sr.(a) já sentiu algum tipo de discriminação em razão de sua idade?

38.1 NÃO

38.2 SIM. Quando?

39) O (a) sr.(a) modificou a forma de sentir/olhar o seu processo de envelhecimento, após a sua entrada no movimento de idosos?

39.1 NÃO. Por quê?

39.2 SIM. Como?

IV – Estrutura e Funcionamento do Movimento

40. Em que ano começaram as atividades neste Fórum Regional do Cidadão Idoso?

41. Qual o número de representantes/coordenadores de grupos de idosos que participava no início das atividades do Fórum Regional do Cidadão Idoso?

42. Qual o número de representantes/coordenadores de grupos de idosos que participa atualmente do Fórum Regional do Cidadão Idoso?

43. Em média, quantas pessoas freqüentam os grupos de idosos?

44. Onde são realizadas as atividades do grupo de idosos que o (a) sr.(a) coordena? _____

45. Fale um pouco sobre os participantes deste Fórum Regional do Cidadão Idoso: escolaridade, renda familiar, idade: _____

46. Além de idosos, neste Fórum Regional do Cidadão Idoso participam técnicos?

46.1 NÃO

46.2 SIM. Quem são essas pessoas? _____

47. Em que local são realizadas as reuniões do Fórum Regional do Cidadão Idoso?

48. O Fórum Regional do Cidadão Idoso recebe alguma ajuda financeira ou algum apoio para a realização das atividades?

48.1 NÃO

48.2 SIM. Fale um pouco a esse respeito.

49. Qual a forma de organização do Fórum Regional do Cidadão Idoso e do Interfórum do Cidadão Idoso?

49.1 Comissão de Planejamento e Plenárias

49.2 Outra: _____

50. Quem preside as reuniões do Fórum Regional do Cidadão Idoso e do Interfórum do Cidadão Idoso?

51. Como são tomadas as decisões no Fórum Regional do Cidadão Idoso e no Interfórum do Cidadão Idoso? _____

52. Este Fórum Regional do Cidadão Idoso dialoga, desenvolve atividades com outros movimentos sociais, entidades, ONGs, universidades?

52.1 NÃO

52.2 SIM. Fale um pouco a esse respeito. _____

53. Nos últimos dois anos, o Fórum Regional do Cidadão Idoso ou o Interforum do Cidadão Idoso promoveu cursos de formação de lideranças?

53.1 Não

53.2 SIM. Fale um pouco a esse respeito. _____

54. Qual ação realizada pelo Fórum Regional do Cidadão Idoso ou Interfórum do Cidadão Idoso que mais lhe tocou/marcou?

55. Quais os principais objetivos do Fórum Regional do Cidadão Idoso e do Interfórum do Cidadão Idoso? _____

56. Quais as principais dificuldades que o Fórum Regional do Cidadão Idoso e o Interfórum do Cidadão Idoso vêm enfrentando para alcançar seus objetivos?

57. Quais as principais reivindicações do movimento social de idosos?

58. Pensando no período em que o (a) sr.(a) participa do Fórum Regional de Cidadão Idoso e do Interfórum do Cidadão Idoso, o (a) sr.(a) avalia que houve avanços, conquistas, melhorias para o segmento idoso?

58.1 NÃO. Por quê? _____

58.2 SIM. Quais? _____

59. Pensando na organização, o que poderia ser melhorado para que o Fórum Regional do Cidadão Idoso possa alcançar seus objetivos?

60. O (a) sr.(a) acredita que a existência de uma instância como o Interfórum do Cidadão Idoso é importante para o fortalecimento dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos da cidade de São Paulo?

60.1 NÃO. Por quê? _____

60.2 SIM. Por quê? _____

61. Pensando na organização do Interfórum do Cidadão Idoso, aponte os aspectos que o (a) sr.(a) acha que podem ser melhorados. _____

62. O (a) sr.(a) gostaria de falar alguma coisa que eu deixei de lhe perguntar?

62.1 NÃO

62.2 SIM. O quê? _____

63. O (a) sr.(a) autoriza que essas informações constem da tese de doutorado que estou realizando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP sobre a trajetória do Interfórum do Cidadão Idoso e dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos, no período de 1995-2005?

63.1 NÃO. Por quê?

63.2 SIM. Por quê?

64. O (a) sr.(a) prefere que na tese apareça seu nome verdadeiro ou um nome fictício? Fale um pouco a esse respeito. _____

QUESTIONÁRIO

Para profissionais que assessoram os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos (FRCIs)
e o Interfórum do Cidadão Idoso (IFCI)

1. Qual o seu grau de escolaridade?
2. Em que ano concluiu sua última formação?
3. Fez outros cursos? Continuou estudando?
4. Participou ou participa de movimentos sociais, associação de bairro, atividades em sua comunidade?
5. Em que ano o (a) sr.(a) começou a participar de movimentos sociais?
6. Acredita que é importante colocar seu conhecimento (o exercício de sua profissão) no sentido de pensar/buscar alternativas para amenizar as desigualdades sociais?
7. Em que ano o (a) sr.(a) começou a assessorar o Fórum do Cidadão Idoso do município de São Paulo?
8. O que motiva o (a) sr.(a) a colocar o seu conhecimento a serviço do segmento idoso?
9. Pensando na organização, na metodologia de trabalho, nas ações do movimento: como o (a) sr.(a) contribui para o fortalecimento/a consolidação do Fórum do Cidadão Idoso?
10. O Fórum Regional de Cidadãos Idosos ou o Interfórum do Cidadão Idoso em que o (a) sr.(a) desenvolve atividades promoveu algum curso, encontro de formação de lideranças, nos últimos dois anos?
11. O (a) sr.(a) acha importante o idoso participar de cursos de formação para qualificá-lo melhor a participar de movimentos sociais, no Fórum do Cidadão Idoso?
12. O (a) sr.(a) percebe alguma modificação no modo de pensar/ falar/ agir do idoso, em razão mesmo do tempo de participação dele no Fórum?
13. Quais razões motivaram/motivam o (a) sr.(a) a assessorar o Fórum?
14. A sua atuação profissional no Fórum é determinada e supervisionada por sua chefia na Prefeitura ou o (a) sr.(a) atua de forma independente? Fale um pouco sobre isso.
15. Quais as principais dificuldades, desafios que o (a) sr.(a) enfrenta para desempenhar suas funções?
16. O (a) sr.(a) observa que o idoso se sente mais seguro para dialogar com autoridades, para pressionar o governo, depois de algum tempo atuando no movimento?

17. Qual a importância que o (a) sr.(a) atribui à participação de idosos em ações coletivas, como estas desenvolvidas pelo Fórum do Cidadão Idoso?
18. De que forma o (a) sr.(a) pensa que o Fórum do Cidadão Idoso deve interagir/relacionar-se com o governo (Prefeitura do Município de São Paulo, Estado)?
19. De que forma o (a) sr.(a) pensa que o Fórum do Cidadão Idoso deve interagir/relacionar-se com os representantes do poder Legislativo: deputados, vereadores?
20. O que tem significado para o (a) sr.(a) toda essa caminhada junto com os idosos?
21. O (a) sr.(a) já sentiu algum tipo de discriminação/preconceito, por desenvolver atividades voltadas para o segmento do idoso?
22. Por favor, cite três atos/ações realizados por este Fórum que mais o (a) tocaram/marcaram.
23. Por favor, cite três objetivos/ metas dos Fóruns de Cidadãos Idosos.
24. Quais as principais dificuldades que o movimento enfrenta para alcançar seus objetivos?
25. Pensando no período em que o (a) sr.(a) presta serviços de assessoria no movimento de idosos, o (a) sr.(a) avalia que houve avanços, conquistas, melhorias para o segmento de idosos?
26. Pensando em organização, o que o (a) sr.(a) acha que poderia ser melhorado para que o Fórum do Cidadão Idoso possa alcançar seus objetivos?
27. O (a) sr.(a) acredita que a existência de uma instância como o Interfórum é importante para o fortalecimento dos Fóruns de Cidadãos Idosos da cidade de São Paulo?
28. Pensando na organização do Interfórum, aponte os aspectos que o (a) sr.(a) acha que podem ser melhorados.
29. O (a) sr.(a) gostaria de falar alguma coisa que eu deixei de lhe perguntar?
30. Esta pesquisa de Doutorado está sendo realizada na PUC-SP, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e tem por objetivo reconstituir a história do Interfórum do Cidadão Idoso e dos Fóruns de Cidadãos Idosos do município de São Paulo. O (a) sr.(a), que é personagem fundamental nesta história, prefere que eu coloque na pesquisa o seu nome verdadeiro ou um nome fictício? Por quê?

**QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELAS PROPOSITORAS DO
PRIMEIRO FÓRUM REGIONAL DO CIDADÃO IDOSO E DO
INTERFÓRUM DO CIDADÃO IDOSO**

NOME COMPLETO:

1. Escolaridade
 - 1.1 Formação escolar (qual graduação)
 - 1.2 Em que ano concluiu a graduação?
 - 1.3 Fez outros cursos após a graduação? (Continuou estudando, pesquisando?)
 - 1.3.1 NÃO
 - 1.3.2 SIM. Fale um pouco a esse respeito.
2. O que motivou a sra. a criar o primeiro Fórum Regional do Cidadão Idoso e o Interfórum do Cidadão Idoso na cidade de São Paulo?
3. A sra. participa ou participou de outro movimento social, associação de bairro, atividades em sua comunidade?
 - 3.1 NÃO
 - 3.2 SIM. Fale um pouco a esse respeito.
4. Se a resposta anterior for sim: Em que ano a sra. começou a participar de movimentos sociais, associações de bairro?
5. A sra. acredita que é importante colocar seu conhecimento (o exercício de sua profissão) no sentido de pensar/buscar alternativas para amenizar as desigualdades sociais?
 - 5.1 NÃO
 - 5.2 SIM. Por quê?
6. Depois de propor a criação do primeiro Fórum Regional do Cidadão Idoso e do Interfórum do Cidadão Idoso na cidade de São Paulo, a sra. continuou prestando assessoria nestes espaços?
 - 6.1 NÃO. Por quê?
 - 6.2 SIM. Por quê? Durante quanto tempo?
7. Se resposta anterior for sim: O Fórum Regional do Cidadão Idoso e o Interfórum do Cidadão Idoso vêm promovendo cursos de formação de lideranças?
 - 7.1 NÃO
 - 7.2 SIM. Quem promoveu? Fale um pouco a esse respeito.
8. A sra. percebe alguma modificação no modo de pensar/ falar/ agir do idoso, em razão mesmo de participar do Fórum Regional do Cidadão Idoso e do Interfórum do Cidadão Idoso?
 - 8.1 NÃO
 - 8.2 SIM. Fale um pouco a esse respeito.
9. Qual a importância que a sra. atribui à participação de idosos em ações coletivas, como estas desenvolvidas pelo Fórum Regional do Cidadão Idoso e pelo Interfórum do Cidadão Idoso?
10. De que forma o Fórum Regional do Cidadão Idoso e o Interfórum do Cidadão Idoso devem interagir/relacionar-se com o governo (Prefeitura do Município de São Paulo, Estado)?
11. De que forma o Fórum Regional do Cidadão Idoso e o Interfórum do Cidadão Idoso deve

interagir/relacionar-se com os representantes do poder Legislativo: deputados, vereadores?

12. O que tem significado para a sra. toda essa caminhada?
13. A sra. já sentiu algum tipo de discriminação/preconceito, por desenvolver atividades com esta faixa da população?
 - 13.1 NÃO
 - 13.2 SIM. Fale um pouco sobre isso.
14. Por favor, cite dois atos/ações realizados pelo movimento de idosos que mais a tocaram/marcaram?
15. Pensando no período em que a sra. assessora o Fórum Regional do Cidadão Idoso e o Interfórum do Cidadão Idoso, a sra. avalia que houve avanços, conquistas, melhorias para o segmento do idoso? Fale um pouco a esse respeito.
 - 15.1 NÃO
 - 15.2 SIM
16. Quais as principais dificuldades que os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e o Interfórum do Cidadão Idoso vêm enfrentando no sentido de concretização de direitos para o segmento do idoso?
17. Pensando em organização, o que a sra. acha que poderia ser melhorado para que os Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos e o Interfórum do Cidadão Idoso possam alcançar seus objetivos?
18. A sra. acredita que a existência de uma instância como o Interfórum do Cidadão Idoso é importante para o fortalecimento dos Fóruns Regionais de Cidadãos Idosos da cidade de São Paulo?
 - 18.1 NÃO
 - 18.2 SIM
19. A sra. gostaria de falar alguma coisa que eu deixei de lhe perguntar?
 - 19.1 NÃO
 - 19.2 SIM. O quê?
20. A sra., que é personagem fundamental nesta história, prefere que eu coloque na pesquisa o seu nome verdadeiro ou um nome fictício?
 - 20.1 Nome fictício. Por quê?
 - 20.2 Nome verdadeiro. Por quê?

Subprefeituras e Distritos do Município de São Paulo





AV. Giovanni Gronchi - Morumbi - Paraisópolis

FOTO: FLÁVIO L. FATIGATI



<http://www.prefeitura.sp.gov.br/>

Realizada em 05 de dezembro de 2006



PMS - SUPERVISÃO REGIONAL DO BEM-ESTAR SOCIAL - SÉ/LA
EQUIPE DE ASSISTÊNCIA PÚBLICA

“MELHOR IDADE” TEMPO DE CONQUISTAS

PARTICIPE!

*Venha conquistar seu espaço buscando
juntos construir momentos de
convivência, cultura e lazer.*

30 de Setembro de 1997
Av. Paulista, 1842 - 25o. andar

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

13h30 às 14h30 - Apresentação do Grupo de Musicoterapia
“Obras Sociais N. Sa. Aquirópita”

15h00 às 16h00 - Peça “Madame Aurora e Suas Meninas”
Grupo SESC do Carmo - Texto, Coreografia, Figurino e
Direção Geral: Terezinha Bertolini

16h00 às 17h00 - Apresentação do Grupo “Movimento e
Dança” do MOPI - Coordenação: Maria Helena Gonzales

17h00 às 18h00 - Confraternização, Coquetel e Exposição de
Pintura em Tela

Promoção: Movimento Pró-Idoso - MOPI

**SORTEIO E
DISTRIBUIÇÃO DE
BRINDES!**

Apoio

MOPI
MOVIMENTO
PRÓ-IDOSOS

UNIBES
UNIÃO BRASILEIRO-
ISRAELITA
DO BEM-ESTAR
SOCIAL

SESC
Carmo

OBRAS
SOCIAIS N. Sa.
AQUIROPITA

Patrocínio

**CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**

Os idosos, idosas e demais representantes das forças sociais que trabalham com o segmento idoso, reunidos no dia 10 de Setembro de 2002, no Auditório Elis Regina, na plenária da Pré Conferência da Política Municipal do Idoso, vêm apresentar a proposta da Política Municipal do Idoso da Cidade de São Paulo:

CAPÍTULO I - DA FINALIDADE

Art. 1 - A presente proposta visa garantir os direitos sociais dos idosos, estabelecendo formas que promovam sua *autonomia, integração e participação* efetiva na sociedade, em conformidade com a Lei nº 8.842 de 04 de Janeiro de 1994, Decreto nº 1.948 de 03 de Julho de 1996, que a regulamenta; Lei 12.604 de 05 de Maio de 1998, Projeto de Lei do Estatuto do Idoso, Portaria nº 1.395 de 10 de Dezembro de 1999 da Política Nacional de Saúde do Idoso e ainda a Carta do Idoso do Município de São Paulo, elaborada pelos cidadãos idosos no ano de 2001.

Art. 2 - Para os efeitos desta proposta, considera-se Idosa e Idoso, a mulher ou o homem, com idade igual ou superior a sessenta anos.

CAPÍTULO II - DOS PRÍNCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3 - A Política Municipal do Idoso que ora se estabelece, reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - O processo de envelhecimento populacional diz respeito a sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

II - O processo de envelhecimento dos indivíduos é um processo global que compreende as dimensões biológica, social, cultural, psicológica e espiritual;

III - O idoso e a idosa devem ter igualdade no uso de seus direitos, não

devendo sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV - A Família, a Sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso e a idosa todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo seu direito à vida, bem estar, dignidade;

V - O envelhecimento é parte do ciclo vital e deve ser compreendido numa perspectiva intergeracional;

VI - As ações governamentais devem ser regidas intersetorialmente;

VII - A sociedade deve oferecer ao idoso e a idosa o acesso a recursos educativos, culturais e recreativos da sociedade;

VIII - As ações governamentais devem ser compreendidas numa dinâmica de corresponsabilidade com a sociedade civil;

IX - O idoso e a idosa devem ser os principais agentes e destinatários das transformações efetivadas através desta política, considerando-os como sujeitos dos seus direitos e responsabilidades, com papel ativo para desempenhar na sociedade;

Art. 4 - A Política Municipal do Idoso que ora se estabelece, reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

I - Estimular e garantir a participação do idoso e da idosa através das suas organizações representativas na formulação, deliberação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;

II – Priorizar o atendimento ao idoso e a idosa em órgãos públicos e privados, prestadores de serviços, quando desabrigado ou sem família;

III – Capacitar os recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;

IV – Implementar um sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada nível do governo;

V – Apoiar estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento;

VI – Apoiar, incentivar e garantir a criação de grupo de idosos e idosas, propiciando a capacitação, organização e participação social de forma que seja estimulada a formação política dos novos grupos, bem como oferecendo inclusive apoio financeiro.

VII – Incentivar a organização e participação dos idosos e idosas nos canais de representação e participação existentes, tais como Conselhos Municipais, Fóruns Regionais, Associações, Sindicatos, Conselhos de Representantes nas Sub Prefeituras.

CAPÍTULO III – ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Art. 5 – Garantir a participação direta da população idosa em todas as fases do processo de gestão democrática da cidade, de forma a implementar e assegurar a execução da presente política.

Art. 6 – Criar mecanismos que assegurem a participação do idoso e idosa no processo de planejamento municipal, através do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 7 - Criar mecanismos que assegurem a participação do segmento idoso, nos diversos conselhos da cidade.

Art. 8 - O Conselho Municipal do Idoso deverá ser órgão permanente e deliberativo, composto de representantes do governo municipal e sociedade civil.

§ - Os representantes do governo municipal serão indicados pelos respectivos secretários municipais e a sociedade civil em pleito direto.

Art. 9 - Compete ao Grande Conselho Municipal do Idoso, de que trata o artigo anterior, a formulação, deliberação, acompanhamento e avaliação da Política Municipal do Idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas.

Art. 10 – Indicar a criação de uma Coordenadoria Municipal do Idoso e Idosa, ou órgão similar, responsável pela coordenação geral da Política Municipal do Idoso, com a participação do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 11 – As competências desta instância central a que se refere o artigo anterior são:

I – Coordenar as ações relativas a política municipal do idoso e idosa;

II – Participar na formulação, acompanhamento e avaliação da política municipal;

III – Promover as articulações intersecretariais e intrasecretariais, intersetoriais e intrasetoriais necessárias a implementação da política municipal;

IV – Subsidiar as secretarias municipais e as subprefeituras na elaboração da proposta orçamentária, no âmbito de suas competências, visando o financiamento de programas municipais compatíveis com a política municipal do idoso.

V – Criar, manter atualizado e centralizar banco de dados que contenha informações sociais, culturais, econômicas, financeiras sobre a população idosa do Município de São Paulo e do País.

VI – Apresentar anualmente, relatório da gestão da Política Municipal do Idoso, inclusive relatórios regionais, por subprefeitura, procedendo a sua divulgação por meios eletrônicos e publicação na imprensa oficial em sua versão reduzida.

VII – Promover a realização periódica de sessões públicas de debate sobre temas relativos ao envelhecimento e de interesse público.

VIII – Promover a articulação e integração com municípios vizinhos, formulando políticas, diretrizes e ações comuns que abranjam a totalidade ou parte de seu território, baseadas nesta lei, destinadas à superação de problemas setoriais ou regionais comuns, bem como firmar convênio ou consórcios com esse objetivo, sem prejuízo de igual articulação com o Governo do Estado de São Paulo.

Art. 12 – Para discutir as questões do envelhecimento na cidade e as políticas públicas, a cada dois anos deverá ser realizada uma Conferência Municipal do Idoso e Idosa;

CAPÍTULO IV - DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

1. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 13 – Garantir os mínimos sociais de forma integrada às demais políticas setoriais, afim de assegurar uma melhor qualidade de vida;

Art. 14 – Criação de uma rede de proteção e inclusão para pessoas idosas, tais como:

- Centros de convivência: local destinado à permanência diurna do idoso e idosa, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania;
- Centro de cuidados diurnos: local destinado à permanência do idoso e idosa dependente ou que possua deficiência temporária e necessite de

assistência médica ou assistência multiprofissional;

- Casa lar: residência, em sistema participativo, cedida por instituições públicas ou privadas, destinada a idosos e idosas detentores de renda insuficiente para a manutenção e sem família;
- Atendimento domiciliar: é o serviço prestado ao idoso e idosa que vive só e dependente, a fim de suprir as suas necessidades da vida diária. Esse serviço é prestado em seu próprio lar, por profissionais da área de saúde ou por pessoas da própria comunidade;
- Projeto de trabalho e renda (oficinas abrigadas): local destinado ao desenvolvimento do idoso e idosa, de atividades produtivas, proporcionando-lhe oportunidade de elevar sua renda, sendo regida por normas específicas.
- Centro de Referência

Art. 15 – Coordenar, apoiar e publicar estudos e levantamentos sobre a situação social do idoso no Município, visando a implementação de ações de atenção ao seguimento;

Art. 16 – Garantir a capacitação em gerontologia para as equipes interprofissionais que atuam com os idosos no campo da administração pública municipal;

Art. 17 – Garantir a preparação de cuidadores de idosos para atendimento domiciliário;

Art. 18 – Fiscalizar e fomentar juntos às ONG (Organizações Não Governamentais) e OG (Organizações Governamentais) a prestação de assistência social aos idosos em suas diversas modalidades.

2. ESPORTES E LAZER

Art. 19 – Intensificar ações de atividades físicas, culturais e sociais diretamente ligadas ao esporte;

Art. 20 – Estimular a prática de atividades físicas em praças, áreas verdes e outros espaços da cidade, em condições adequadas, facilitando os benefícios da atividade física segura e da apropriação de conhecimentos sobre os cuidados com a saúde e com o corpo, orientando os indivíduos a tornarem-se difusores de conhecimento da prática esportiva e seus benefícios;

Art. 21 – Incentivar a prática da atividade autônoma e facilitar o acesso ao conhecimento e auto gestão dos cuidados com a saúde e o corpo através de atividades estrategicamente elaboradas por profissionais capacitados para a população idosa;

Art. 22 – Propiciar junto aos equipamentos públicos destinados ao esporte e lazer (incluindo praças e parques) ações que possibilitem o convívio intergeracional tais como shows, mostras de dança e ginástica, festas, bailes e eventos esportivos da mais variada ordem;

Art. 23 – Garantir programas específicos para idosos, capacitando os profissionais para o atendimento adequado;

Art. 24- Criar dentro dos Clubes da Cidade espaços físicos e condições adequadas para o desenvolvimento das atividades.

Art. 25 - Propiciar e garantir aos idosos e idosas o acesso a locais públicos e particulares, em eventos esportivos, mediante preços reduzidos e/ou entrada franca.

Art. 26 - Assegurar em caráter complementar, a realização de atividade física e de lazer em associações locais e espaços comunitários.

3. SAÚDE

Art. 27 - Garantir ao idoso a assistência integral à saúde nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

Art. 28 - Promover e desenvolver programas e ações para que a população tenha um envelhecimento ativo;

Art. 29- Promover ações que mantenham durante o maior tempo possível a capacidade funcional do idoso, através da prevenção e detecção precoce dos agravos à saúde;

Art. 30 - Promover ações que atendam as necessidades especiais de saúde do idoso.

Art. 31 - Garantir a capacitação de recursos humanos em gerontologia e geriatria, para as equipes interprofissionais e interdisciplinares, que atuam com os idosos na rede do SUS (Sistema Único de Saúde) e instituições de longa permanência .

Art. 32 – Incentivar, promover e divulgar estudos e pesquisas científicas sobre o tema do envelhecimento.

Art. 33 - Estimular a participação dos idosos nas diversas instâncias de controle social do Sistema Único de Saúde;

Art. 34 - Elaborar, manter atualizado e divulgar o perfil epidemiológico do idoso no município, visando subsidiar ações de promoção, prevenção e reabilitação;

Art. 35 – Desenvolver um sistema de apoio formal e informal de cuidados para os idosos que tenham dificuldade na manutenção das Atividades de Vida Diária (AVDs);

Art. 36 – Estimular ações para o auto cuidado;

Art. 37 – Adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do SUS (Sistema Único de Saúde);

Art. 38–Fiscalizar e adequar as normas de serviços geriátricos hospitalares;

Art. 39 – Criar e ampliar serviços de saúde para o idoso, tais como:

- a) Centros Regionalizados de Referência ao Idoso e Idosa
- b) Centro Dia
- c) Hospital Dia
- d) CECCO (Centro de Convivência)
- e) Leitos de retaguarda
- f) Instituição de longa permanência
- g) Programa de assistência domiciliar
- h) Central de Vagas

4. HABITAÇÃO

Art. 40 - Oferecer diversidade de programas e projetos habitacionais, condizentes com as diferentes realidades socioeconômicas da demanda dos idosos e idosas;

Art. 41 - Oferecer atendimento prioritário aos idosos e idosas nos programas habitacionais de interesse social, respeitados os critérios de seleção social da demanda.

Art. 42 - Destinar prioritariamente aos idosos e idosas, nos empreendimentos verticalizados, unidades habitacionais do nível térreo, procedendo-se adaptações de acessibilidade, de acordo com a legislação.

Art. 43 - Destinar prioritariamente nas unidades não verticalizadas, de três a dez por cento das unidades habitacionais para pessoas idosas, com as adaptações exigidas pela legislação.

Art. 44 - Complementar o atendimento habitacional aos idosos e idosas com ações de caráter intersetorial, tais como Centros de Convivência; Programas de geração de renda; Programas de Saúde para idosos e idosas bem como ações interinstitucionais, junto a concessionárias de serviços, visando a redução de tarifas públicas.

Art. 45 - Propor alternativas habitacionais adequadas, facilitando a convivência e sociabilidade, respondendo as demandas e desejos dos idosos (as) de escolha de moradia definitiva de forma coletiva compartilhando espaços e despesas, ou moradia individual definitiva.

Art. 46 - Assegurar o Programa de Locação Social, conforme resolução do Conselho do Fundo Municipal de Habitação, n.º 23 de 12 de Junho de 2002.

5. CULTURA

Art. 47 - Incentivar a formação de núcleos de convivência nos quais se desenvolvam atividades culturais na perspectiva intergeracional.

Art. 48 - Divulgar amplamente os eventos culturais;

Art. 49 - Propiciar e garantir aos idosos e idosas acesso a locais, eventos culturais mediante preços reduzidos e/ou entrada franca.

Art. 50 - Promover formação artístico-cultural, através de oficinas, nas unidades da secretaria de cultura e/ou fora delas, utilizando várias linguagens de expressão (corporal, musical, plástica, escrita, falada, cênica e outras);

Art. 51 - Adequar os equipamentos culturais às necessidades dos idosos e idosas, assegurando-lhes facilidade de acesso aos serviços oferecidos, promovendo a sensibilização dos funcionários para atendimento dirigido ao segmento;

Art. 52 - Dar visibilidade e valorizar a produção cultural dos idosos e idosas, ampliando os espaços culturais do município para sua divulgação;

Art. 53 - Promover a capacitação profissional dos técnicos que desenvolvem trabalho diretamente com idosos e idosas;

Art. 54 - Desenvolver programação cultural voltada para o idoso e idosa, com atuação integrada nos diversos departamentos da secretaria e demais secretarias municipais, garantindo o direito à memória e aos valores culturais da população idosa.

Art. 55 – Criar projetos de memória com vistas a recuperar a história social e política da qual os idosos e idosas foram partícipes, dando-lhes oportunidade de realizarem o resgate da própria identidade.

Art. 56 – Valorizar o registro desta memória, estimulando a transmissão de informações, habilidades e experiências a crianças e jovens, em favor da integração entre gerações e garantia da cultura e tradições.

Art. 57 – Criar a Escola Livre de Artes para a Maturidade (ELAM).

Art. 58 - Estimular a participação dos idosos e idosas em ações, programas e projetos voltados a preservação do patrimônio cultural no âmbito do município.

Art. 59 - Sensibilizar a mídia falada, escrita e televisiva sobre o processo de envelhecimento da sociedade.

6 - EDUCAÇÃO

Art. 60 – Incluir nos currículos da pré escola, ensino fundamental , médio e superior, conteúdos relativos ao processo de envelhecimento de forma a eliminar preconceitos e produzir conhecimentos sobre o assunto.

Art. 61– Criar programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento.

Art. 62 –Estimular a participação do idoso e idosa nos cursos de alfabetização para adultos;

Art. 63 – Universalizar o acesso do idoso e idosa nos cursos das Universidades abertas para Terceira Idade.

Art. 64 – Garantir o acesso gratuito, através de parecerias, a prestação de serviços educacionais destinados ao segmento;

Art. 65 - Cooperar com as demais secretarias e ONGs (Organização Não Governamental) na produção de materiais de divulgação sobre a questão do envelhecimento;

Art. 66 – Criar e estimular a manutenção de programas de preparação para a aposentadoria nos setores públicos e privados;

Art. 67 - Promover espaços de participação e integração do idoso e idosa na comunidade, nas escolas locais, estimulando a convivência intergeracional.

Art. 68 - Promover cursos de lideranças para idosos e idosas, objetivando a formação e participação política;

7 . TRANSPORTE E TRÂNSITO

Art. 69– Garantir a gratuidade do transporte coletivo urbano para homens e mulheres a partir dos 60 anos, os assentos reservados e condições de conforto e segurança adequadas as suas necessidades;

Art. 70 - Fortalecer ações no sentido de coibir o desrespeito ao idoso e idosa na utilização dos transportes coletivos urbanos, penalizando as empresas concessionárias com multa por colocar em risco a integridade física dos passageiros em casos de: excesso de velocidade, descaso na subida e descida dos veículos e recusa a parada para apanhá-los em pontos do percurso;

Art. 71 – Capacitar e fiscalizar os recursos humanos que operam nos transportes no sentido de melhorar o atendimento ao idoso e idosa;

Art. 72 – Adaptar os transportes coletivos, garantindo aos idosos e idosas, adequada acessibilidade, com reserva de espaço físico aos cadeirantes, melhor visibilidade ao nome da linha e abrigos com bancos nos pontos de parada;

Art. 73 – Realizar programas de educação de trânsito para os idosos e idosas;

Art. 74 – O poder público deverá promover campanhas educativas e de conscientização na área de trânsito e transporte sobre o respeito aos direitos do idoso e das idosa, inclusive com a participação da iniciativa privada e organizações não governamentais;

Art. 75 – Garantir acesso do idoso e da idosa a todo o espaço físico do veículo em um prazo máximo de um ano, a partir da data da publicação da lei;

Art. 76 – Aumentar a frota de veículos e ampliar a rede de transporte a fim de atender à demanda.

Art. 77 – Promover condições de acessibilidade nas vias e praças públicas, terminais de ônibus e ponto de parada, garantindo a segurança e conforto para a circulação dos idosos e idosas;

Art. 78 - Criar um serviço de atendimento especial para o idoso.

8. JUSTIÇA E SEGURANÇA URBANA

Art. 79 - Nortear a formulação e implementação das políticas de segurança urbana e justiça, garantindo o reconhecimento da multidimensionalidade do tema e necessidades específicas da população idosa;

Art. 80 - Estimular e garantir a participação do idoso e idosa por meio de suas organizações representativas na formulação, deliberação, implementação e avaliação das políticas de justiça e segurança urbana;

Art. 81 - Implementar um sistema de informações que permita formular, acompanhar e avaliar a política de segurança urbana, respeitando a regionalização, a multidisciplinaridade e a peculiaridade dos idosos e idosas;

Art. 82 - Propugnar serviços de melhor qualidade prestados pelos órgãos de justiça e segurança pública;

Art. 83 – Promover a defesa dos direitos e interesses da pessoa idosa;

Art. 84 – Divulgar as leis que tratam dos direitos dos idosos e idosas para que eles possam exercer sua cidadania;

Art. 85 – Divulgar os órgãos de assistência jurídica e segurança para orientação e prestação de serviços;

Art. 86 – Participar conjuntamente com órgãos competentes de denúncias, prevenções e punições de maus tratos, violências e agressões contra os idosos e idosas, propondo a ampliação e aprimoramento dos mecanismos existentes nos órgãos de segurança do município;

Art. 87 – Incrementar ações que ampliem a assistência, orientação e fiscalização sob os direitos dos idosos, estabelecendo e fortalecendo parcerias com o ministério público, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), associações de advogados, entidades de defesa de direitos e universidades.

Art. 88 - Criação de uma casa de apoio transitória para os idosos e idosas, vítimas dos diversos tipos de violência.

9 – TRABALHO

Art. 89 – Criar mecanismos inibidores à discriminação e a desvalorização do idoso e idosa no mercado de trabalho;

Art. 90 – Criar programas habilitadores de atividades rentáveis para os idosos e idosas, buscando recursos junto à órgãos governamentais ou privados;

Art. 91 – Apoiar programas de reinserção da pessoa idosa na vida econômica da comunidade através da criação de projetos de produção associativa, centros de treinamento comunitários, incubadoras de cooperativas, buscando apoio dos institutos, Universidades e outros órgãos;

Art. 92 - Incentivar a participação dos idosos e idosas em atividades comunitárias de utilidade pública como fonte de renda, subsidiadas pelo município;

Art. 93 - Criar um programa social que garanta a transferência de renda ao idoso e idosa.

São Paulo, Auditório Elis Regina, 10 de Setembro de 2002.

**FÓRUM DO CIDADÃO IDOSO
DA CIDADE DE SÃO PAULO**

REGIÃO LESTE

**CARTA DO IDOSO
IBIÚNA 2004**

CIDADÃO IDOSO UNIDO E ORGANIZADO

**FÓRUM DO CIDADÃO IDOSO DA REGIÃO LESTE
DA CIDADE DE SÃO PAULO**

CARTA DO IDOSO - IBIÚNA 2004

APRESENTAÇÃO

O Encontro em Ibiúna, em 11 de agosto de 2004, proposto pelo Fórum da Região Leste surgiu da necessidade de fortalecer o movimento, trazer novos grupos à participação e indicar diretrizes para a organização social. Já tivemos esta mesma iniciativa em anos anteriores, portanto este é o nosso IV Encontro, porém este se constituiu de maneira especial pelo envolvimento de representação de outros fóruns da região, pela participação do Grande Conselho Municipal do Idoso, e a Comissão Permanente Extraordinária do Idoso da Câmara Municipal de São Paulo.

O encontro foi patrocinado pelo Centro de Lazer Xico Karpa, e organizado pela Comissão de Planejamento do Fórum Leste.

Nesta data, participaram coordenadores de grupos dos Fóruns da Região Leste I, II, III, IV, V e VI, num total de 220 pessoas; representantes dos fóruns das macro-regiões da cidade: Zona Norte – Sra. Diva de Magalhães Brito, Ênio Francisco Magri, Zona Sul – Sras. Odete Maria A. Marques, Maria Amélia S. Costa- Zona Oeste – Sra. Maria Ap. Caprino e Vera Lúcia - Zona Centro – Sras. Francisca Martucci e Olga Quiroga, e representante do Interfórum – Sra Elzie Maria Mariano. Representando a Comissão Permanente do Idoso o Sr. Presidente Vereador Augusto Campos e o Vereador Odilon Guedes.

Tivemos como pauta principal da mesa de trabalhos o histórico, conquistas e metodologia de trabalho do Fórum da Região Leste representado pela Sra. Cleusa Correa Pinto, em seguida a presidente do Grande Conselho Sra. Terezinha Abreu, relata a atuação do Conselho, seus avanços e suas dificuldades, o Sr. Presidente da Comissão Permanente Extraordinária do Idoso o Sr. Augusto Campos e o Sr. Odilon Guedes, insistem na importância da participação do segmento idoso no Legislativo da cidade. O inter-Fóruns representado pela Sra. Elzie relata a organização de todo o movimento na cidade e a necessidade de maior participação e integração de ações.

Em seguida tivemos o trabalho de 31 sub-grupos que desenvolveram duas questões básicas: o que é necessário para fortalecer o movimento social? E o que deve constar na Carta de Ibiúna, a ser entregue à próxima gestão municipal.

O resultado deste trabalho foi sistematizado, inicialmente, por áreas de atuação, por uma comissão especialmente constituída. Optamos em não repeti-las, mas sim reiterá-las exigindo o cumprimento e atendimento integral e irrestrito a todas as reivindicações contidas em importantes documentos anteriores: Carta do Idoso - 1991, Carta do Idoso - Bertioga 1999, Carta Cidadania de Fato de 2001, bem como, presentes na Legislação Federal - Política Nacional do Idoso – PNI - 1994, no Estatuto do Idoso - 2004 e na Proposta da Política Municipal do Idoso- SP - 2002. Divulgaremos tão somente os

acréscimos que julgarmos serem inovadores e que irão servir de complementação. Assim, a tônica principal do IV Encontro está voltada para o conteúdo da Organização e Participação Social dos idosos na cidade de São Paulo.

Será entregue em 13.09.2004, em encontro público da região leste, aos candidatos ao cargo de Prefeito e Vereadores. Será encaminhada ao Interfórum para que leve ao conhecimento dos demais fóruns da cidade para um referendo, e em seguida entregue ao Grande Conselho Municipal do Idoso, que fará os devidos encaminhamentos para órgãos competentes de divulgação e de compromisso com o segmento, em evento público.

A seguir destacaremos as propostas e sugestões no campo da Organização e Participação Social, e itens complementares em outras áreas:

No campo da Organização e Participação Social

Compete aos idosos:

- assumir ativamente a cidadania, participando efetivamente dos grupos, Fóruns Interfórum, Conselhos e demais instâncias do movimento social
- participar no processo de discussões das políticas públicas de suas comunidades

Compete aos Fóruns

- Mobilização popular através de reuniões, encontros, seminários, palestras, etc
- conhecer as necessidades dos idosos de sua região
- buscar a inclusão de todos os idosos, principalmente aqueles que ainda não integram o movimento
- fortalecer os grupos incentivando-os à sua formação e participação
- manter idosos informados de seus direitos e deveres
- promover a formação de lideranças
- apoiar ações do Grande Conselho Municipal do Idoso

Compete ao Interfórum

- realizar o cadastramento dos grupos de idosos da cidade
- promover a integração entre os fóruns
- apoiar o GCMI em suas ações
- promover a formação de lideranças

Compete ao Grande Conselho Municipal do Idoso- GCMI

- fortalecer o movimento social de idosos, buscando maior apoio das autoridades públicas e de representantes da sociedade civil
- realizar cadastramento dos grupos de idosos existentes na cidade
- promover a divulgação e o cumprimento do Estatuto do Idoso e de toda legislação referente à proteção e inclusão
- cuidar da formação de lideranças realizando cursos, palestras seminários, com a participação dos Fóruns e Interfórum, buscando parcerias

- exigir dos conselheiros a efetiva participação nas ações desenvolvidas pelos respectivos fóruns
- reformular as regras do processo eleitoral em relação à participação dos representantes da sociedade civil no GCMI

Compete ao Poder Público

- apoiar o cidadão idoso na conquista e realização de seus direitos
- estimular a maior integração e participação do idoso, bem como da sociedade em geral, criando políticas públicas que garantam proteção e inclusão
- apoiar o Grande Conselho Municipal do Idoso em suas ações de divulgação, participação e realização
- apoiar a formação de grupos de idosos, através de infra-estrutura e espaço físico
- apoiar os Fóruns Regionais disponibilizando locais para reuniões e equipe técnica para acompanhamento
- realizar políticas públicas intersetoriais

No campo da Assistência Social

- criar Centro de Referência Alimentar nas subprefeituras
- criar programa de Refeições sobre Rodas nas regiões periféricas
- realização de sepultamento digno ao idoso carente

No campo da Saúde

- farmácias populares sediadas nas subprefeituras, com funcionamento ininterrupto
- condição de trabalho aos profissionais da saúde que trabalham nas regiões periféricas
- divulgação e ampliação das unidades de referências de saúde do idoso
- diminuir a faixa etária de 70 para 60 anos no INCOR
- fornecimento, pela rede de saúde, de atestados médicos para a prática de exercícios físicos

No campo do Transporte e Trânsito

- Melhoramento e manutenção das vias públicas, especialmente calçadas.
- Transporte gratuito, através das subprefeituras, para atividades de cultura e lazer

No campo da Educação

- utilização das unidades dos Centros Educacional Unificados - CEUs com salas apropriadas para alfabetização de idosos
- estímulo de bolsa-estudo (1 Salário Mínimo) para participantes do curso de alfabetização

No campo da Cultura

- realização de oficinas culturais em espaços comunitários e subprefeituras
- ampliar e fomentar as atividades culturais junto aos fóruns

No campo da Moradia

- cabe ao poder público garantir e agilizar o funcionamento de moradia a idosos a partir de 60 anos, visto que o Estatuto do Idoso garante em seu artigo 38, parágrafo IV, critérios de funcionamento compatíveis com os rendimentos, mas não garante o financiamento aos idosos acima de 60 anos
- transformar em lei, decreto de aluguel social $\frac{1}{2}$ a 3 Salários Mínimos
- ampliação para 10% a reserva, e não 3%, como consta do Estatuto do Idoso, visto a grande quantidade de idosos sem moradia no município

No campo de Encargos e Impostos

- isenção ao idoso quanto as contribuições referentes a: ISS- Imposto sobre Serviços, CCM – Cadastro de Contribuintes Mobiliários, IR- Imposto de Renda , CPMF

No campo da Previdência Social

- reforçamos todos os itens contidos na Carta do Idoso Cidadania de Fato- 2001, destacando:
- criar órgãos de direção colegiada no Ministério da Previdência e Assistência Social em plano regional e nacional, com a participação do governo, de trabalhadores ativos, aposentados, pensionistas empregadores
- criar programas de preparação de aposentadoria
- desburocratizar o processo de concessão de aposentadorias e pensões
- garantir o retorno dos índices de reposição de perdas para os aposentados e pensionistas
- assegurar ao idoso a paridade de vencimento entre aposentados e trabalhadores ativos
- isenção de pagamento do Imposto de Renda sobre os vencimentos de aposentadoria e pensão
- recebimento de pensão integral do (a) falecido(a) pensionista pelo cônjuge ou companheiro (a), mesmo que este venha a contrair novo matrimônio

Nos campos: Meio Ambiente – Esporte e Lazer – Trabalho

Reiteramos integralmente o constante na Carta do Idoso- Cidadania de Fato 2001

A Carta de Ibiúna – 2004 é um instrumento da voz dos idosos da Região Leste da Cidade de São Paulo, em união com os idosos do município, que registram seu compromisso perante o segmento, cuidando de seu desenvolvimento, organização e ação popular .

A CARTA DO IDOSO –IBIÚNA 2004, AFIRMA QUE O MOVIMENTO SOCIAL DOS IDOSOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTÁ UNIDO E ORGANIZADO. EXIGE DO PODER PÚBLICO A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL EM SÃO PAULO E O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL ATRAVÉS DO ESTATUTO DO IDOSO.

Nossos agradecimentos aos participantes das comissões:

Comissão Organizadora do IV Encontro e Comissão de Redação da Carta

Adélia Carvalho
Antonio Almeida
Carmem Reis
Cleusa Correa Pinto
Creuza Duarte
Darci Abreu
Deise Gervásio
Dirce de Angelis
Dirce Patrocínio
Diva Magalhães
Edi Cavalcante
Eliane Carteiro
Elzie M.Mariano
Esso Alencar
Francisca Martucci
Francisco Miguel
Gorette Felipe
José Billarubia
Lavinia Assumpção
Laura Costardi
Luiz Antonio
Madalena Menezes
Maria Cecilia T. Sanches
Nair Grecco
Nelson Ribeiro
Odete Gresele
Odete Oliveira
Olga Quiroga
Orlando Francisco
Rodrigo Suñer
Rubens Corá
Sueli de Oliveira
Tereza Morales
Terezinha Abreu

FORUM DOS IDOSOS REGIÃO OESTE
PROJETO-CIPE-CENTRO DE INTEGRAÇÃO, INFORMAÇÃO E PREPARAÇÃO
PARA O ENVELHECIMENTO.

No distrito de Pinheiros, rua Sumidouro onde se pretende construir um parque com centro cultural, foi cedida uma construção já existente aos idosos da região.

O Fórum dos Idosos da Região Oeste, espaço de discussão, levantamento de dificuldades, decisões da população idosa onde se encontram os índices de maior concentração dessa população organizou uma comissão com o objetivo de garantir junto aos órgãos competentes da PMSP que o espaço contemple as necessidades já amplamente discutidas nas suas reuniões.

Inicialmente gostaríamos de enfatizar os seguintes pontos:

- Os idosos deverão poder usufruir de todo o espaço do parque e do Centro Cultural onde se pretende que tenham atividades de seu interesse, com acesso acomodações adequadas a essa faixa etária. Bem como que estejam previstos esquemas de segurança e vigilância garantindo a presença e o lazer da comunidade.

- Sabe-se que quase todos os requisitos de segurança e acessibilidade para pessoas idosas criam conforto para qualquer pessoa em boa parte de sua vida.

- Considerando que para cada decisão no projeto requer um ambiente físico apropriado que apoia o comportamento relacionado à atividade a ser desenvolvida.

- Considerando ainda que o CIPE será um polo nucleador, cultural, esportivo, um núcleo de informação e formação de grupos e de profissionais voltados às questões atuais do envelhecimento, com banco de dados.

- Sugerimos algumas adaptações que solicitaríamos o desenvolvimento das atividades propostas no espaço cedido:

- Previsão de áreas cobertas ao redor da construção para proteção sol e chuva(alpendre nos dois lados de maior extensão);

- Janelas e portas bem fechadas;

- Rampas de acesso;

- Portas largas (eventuais cadeiras de roda);

-Aproveitamento da iluminação natural e previsão de pontos de luz que garantam a execução de atividades de pintura, trabalhos manuais, etc...

- Manter a pequena cozinha, com hidráulica funcionando, pia com armário embaixo, espaço para fogão e geladeira. Na parede onde tem um espaço tipo passa-prato prever uma bancada de alvenaria com prateleiras embaixo (pequena dispensa).

- Salão maior com duas portas de entrada que se abrem para os dois lados da construção, pia com duas cubas e bancada.

- Sala menor com uma porta para área externa e outra que comunica com o salão menor. Prever bancada numa parede e lavatório pequeno.

- Um banheiro simples.

- Um escritório pequeno, no espaço de antigo banheiro que também deverá se comunicar com a sala menor.

- Previsão de uma pequena área de serviço com tanque, varal, lugar para guardar material de limpeza.

- Precisam ainda definir quem se responsabiliza pela manutenção, conservação bem como gastos de água, luz.

FORUM DOS IDOSOS DA REGIÃO OESTE

SENHORA SUB-PREFEITA

Esse documento foi elaborado pelos participantes do Fórum dos Idosos da Região Oeste, com as especificações de suas necessidades em diferentes áreas para serem discutidas, buscar soluções possíveis, com o objetivo maior de propiciar a esses moradores um envelhecimento ativo, sadio, com qualidade de vida.

Considerando a efetiva participação dos idosos nas Assembléias dos Fóruns onde no exercício de cidadania tem a possibilidade de reflexões sobre seus direitos e deveres.

Considerando que a organização desse segmento da população tem facilitado sua atuação em Assembléias de Orçamento participativo, desde o seu início de implantação, como forma democrática de participação nas decisões e definições de propriedades.

Considerando que as reivindicações colocadas nessas Assembléias não foram atendidas.

Considerando a Política Municipal do Idoso da Cidade de São Paulo divulgada na última Conferência Municipal do Idoso que visa garantir os direitos sociais dos idosos estabelecendo formas que promovam sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Considerando que nossa região tem a maior concentração de pessoas com mais de sessenta anos em todo Município.

Considerando o interesse e consideração que V.S^a tem demonstrado pelas causas que atingem esse segmento da população.

Destacamos, assim, por área, algumas necessidades.

Assistência Social

1. Reiterar a destinação do espaço público no Parque da Sumidouro, para o Centro de Integração, Informação e Preparação para o Envelhecimento.
2. Destacamos que a administração dessa unidade deva ficar de responsabilidade da Sub-Prefeitura e com a participação de idosos no planejamento de um Programa a ser desenvolvido nesse espaço.

Cultura

1. Desenvolver projeto de memória pessoal do bairro, valorizando a participação do idoso em equipamento de cultura.
2. Criar o Museu Histórico do Bairro de Pinheiros, considerado o mais antigo de São Paulo, cujos acontecimentos na sua formação estão ligados a história de São Paulo e do Brasil.
3. Estimular projetos de turismo local, com participação do idoso, visando a preservação do patrimônio cultural local.
4. Dar visibilidade a produção cultural dos idosos, ampliando espaços culturais existentes.
5. Incentivar e promover a formação cultural e artística através de oficinas de interesse do idoso, abertas a integração intergeracional.

Trabalho

1. Criar programas habilitadores de atividades rentáveis, com orientação e treinamento.
2. Organizar feiras periódicas com assessoria técnica e administrativa da Sub-Prefeitura.

Transporte e Trânsito

1. Divulgação maior do Serviço Bilhete Único, através inclusive da Imprensa.
2. Agilização na entrega dos cartões magnéticos.
3. Disponibilização, através de parcerias de ônibus e micro ônibus para idosos deslocarem-se na região e fora dela, em programas de interesse dos idosos (culturais, educativos, de lazer, etc...)

Educação

1. Desenvolver atividades nas escolas que possibilitem o conhecimento e reflexão sobre o processo de envelhecimento; valorizando a experiência de vida.
2. A exemplo do que vem sendo feito no Butantã, criar Concurso Escolar (parceria NAE – 12, Rede 1 de Jornais, e comércio local), tendo como tema o envelhecimento.
3. Criar programas de aprimoramento da linguagem escrita para idosos que mesmo considerados alfabetizados têm dificuldade em lidar com comunicação gráfica.
4. Objetivando a inclusão digital criar cursos de informática para idosos.
5. Criar cursos de liderança para idosos objetivando participação política.

Habitação

1. Criar um setor que estudasse questões de inadimplência, da população idosa; visando acordos para taxas em débitos.
2. Programa de Locação Social para Idosos em situação de risco.
3. Criar, em parceria com órgãos competentes, programa habitacional de interesse social a idosos.
- 4.

Esporte e Lazer

1. Organizar atividades físicas e esportivas para idosos com acompanhamento técnico especializado.
2. Organizar evento anual de natureza esportiva, destinado a idosos, como torneios, competições.
3. Espaço para práticas esportivas, através parceiros/convênios com entidades e clubes que existem na região.
4. Promover estudos viabilizando a criação de um Centro Esportivo na Região.

Segurança Pública

1. Serviço de Acolhimento, Orientação e Encaminhamento de denúncias de idosos vítimas de negligência e maus tratos em parceria com a OAB e outros órgãos competentes, com atendimento jurídico, psicológico e assistencial.
2. Criação de casas de apoio transitório para Idosos: vítimas de violência.

Informação

1. Atendimento personalizado (com pessoal treinado), sobre serviços oferecidos pela Sub-Prefeitura, desde revisão de pagamentos de taxas, impostos, encaminhamentos de pedidos, orientações gerais, esclarecimento de dúvidas.

Vias Públicas

1. Melhorias das vias públicas, com fiscalização da situação de calçadas, realizando campanhas de esclarecimentos, objetivando evitar quedas e acidentes com idosos.

Saúde

1. Agilizar Unidades do Programa Saúde da Família dentro da região (Pinheiros e Alto de Pinheiros), com atendimento especial ao idoso, garantindo a capacitação de todos os profissionais em Gerontologia e Geriatria.
2. Centro Regionalizado de Referência à Saúde do Idoso (a) com equipe multiprofissional.
3. Implantação do programa de assistência domiciliar para atendimento de idosos dependentes.
4. Realizar discussões e reflexões sobre aspectos ligados ao envelhecimento, com a participação de especialistas e idosos, objetivando o autocuidado.

5. Capacitar e atualizar cuidadores informais, familiares de idosos dependentes.

Sendo o que nos cumpria, antecipadamente agradecemos a atenção, certos de que essa Sub-Prefeitura acolherá nossas reivindicações estudando com interesse e encaminhando para possíveis soluções.

Atenciosamente,

Fórum dos Idosos da Região Oeste.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA DE PINHEIROS
GABINETE DA SUBPREFEITA**

**SUBPREFEITURA
Pinheiros**

São Paulo, 17 de Dezembro de 2003

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO

A Prefeitura do Município de São Paulo, através da Subprefeitura de Pinheiros, representada por sua Subprefeita, Sra. BEATRIZ PARDI, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei 13.399/2002 e Fórum do Cidadão Idoso de São Paulo – Região Oeste, representado por _____, designada doravante “Autorizada”, objetivando a utilização do espaço sito à Rua Sumidouro, 706, firmam o presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO, com observância às seguintes condições:

- 1 – A Autorizada se compromete a utilizar o espaço supra referido unicamente para instalação de dependências de suas obras sociais ou beneficentes, sem quaisquer finalidades lucrativas.
- 2 – A Autorizada, neste ano, declara, sob as penas da Lei, ser entidade de caráter social, filantrópico ou assistencial, sem finalidades lucrativas e que aplica a totalidade de suas rendas em suas atividades institucionais.
- 3 – Fica expressamente proibida a construção de mais um pavimento, bem como qualquer obra de movimentação de terra no local, observadas as restrições e disposições legais pertinentes.
- 4 – Fica expressamente proibido, do mesmo modo, a utilização de quaisquer materiais combustíveis, seja para instalação de benfeitorias no local, seja para o desenvolvimento da atividade autorizada.
- 5 – A Prefeitura do Município de São Paulo, por si só, através da Subprefeitura de Pinheiros ou ainda através de qualquer um de seus órgãos competentes, reserva-se o direito de vistoriar o local, sem prévia



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA DE PINHEIROS
GABINETE DA SUBPREFEITA

SUBPREFEITURA
Pinheiros


comunicação, a qualquer tempo, ocasião em que todas as dependências deverão ser imediatamente franqueadas.

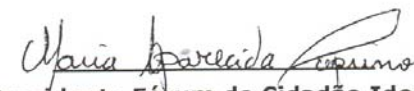
6 - A Autorizada se compromete a desocupar imediatamente o local, assim que solicitada pela Subprefeitura de Pinheiros, independentemente da apresentação de quaisquer motivos ou razões.


7 - Caso seja constatada a não utilização da área para a finalidade ora prevista dentro de 90 (noventa) dias contados da formalização do presente termo, o desvirtuamento da utilização ou a má conservação ou abandono da área, a presente autorização será imediatamente revogada pela Subprefeitura, independentemente de prévia comunicação.

8 - Não cabe à Autorizada qualquer indenização, seja a que título for, ainda que por benfeitorias realizadas no local ou por solicitação de desocupação imediata, ou ainda por revogação do presente termo.

9 - A presente autorização de uso se faz a título precário e gratuito e por tempo indeterminado.


BEATRIZ PARDI
Subprefeita de Pinheiros
SP-PI


Presidente Fórum do Cidadão Idoso
de São Paulo - Região Oeste



TESTEMUNHAS



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)